

Relatório de Sustentabilidade 2025



Brazilian Nickel

Sumário

Relatório de Sustentabilidade 2025

Sobre o relatório

Mensagem do CEO

Sobre a Brazilian Nickel

Quem somos

Onde estamos

Destaques de 2025

Nossa produção

Nossos valores

Estratégia ESG

Governança ESG

Materialidade

Governança

Estrutura de governança

Ética, conduta e transparência

Direitos humanos

Gestão de riscos

Due diligence de fornecedores

Governança financeira e financiamento

Social

Gestão de pessoas

Desenvolvimento social e econômico

Meio ambiente

Mineração sustentável

Gestão de água

Gestão e tratamento de efluentes

Rejeitos

Resíduos sólidos

Emissões atmosféricas

Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)
e mudanças climáticas

Gestão da fauna e flora

Anexos

Sumário GRI



Brazilian Nickel

Sobre o relatório GRI 2-3

Nosso terceiro Relatório de Sustentabilidade apresenta o desempenho e os impactos da Brazilian Nickel referentes ao ciclo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. O documento segue as diretrizes das International Financial Reporting Standards (IFRS) e foi elaborado em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI), padrão global de referência para o relato de impactos ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês). Adicionalmente, correlaciona as iniciativas estratégicas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Publicado anualmente, o relatório detalha as conquistas, os desafios enfrentados e a gestão de impactos do período, reiterando o compromisso institucional com a evolução contínua de suas práticas de sustentabilidade.

A Diretoria Executiva é responsável por revisar e endossar as informações contidas no documento. Nesse processo estruturado de aprovação, o objetivo é assegurar a integridade, a consistência e a confiabilidade dos dados divulgados. GRI 2-14

Para esclarecer dúvidas a respeito do relatório, envie uma mensagem para o e-mail: comunicacaocorporativa@brnickel.com



Mensagem do CEO

GRI 2-22

Em 2025, continuamos avançando no Projeto Piauí Níquel (PPN), reforçando nossa ambição de nos tornarmos líderes no fornecimento de níquel produzido de forma responsável e com baixa emissão de carbono, apoiando a transição energética global e contribuindo para a diversificação das cadeias de suprimento de minerais críticos. Ao longo do ano, mantivemos nosso foco na preparação do Projeto para a implementação em escala comercial, com o apoio de engenharia avançada, aceleração do licenciamento ambiental e uma equipe altamente qualificada, comprometida em gerar valor de longo prazo de forma responsável.

Do ponto de vista técnico, nossa operação da planta-piloto PNP1000 permaneceu em regime de manutenção e conservação durante todo o período de reporte. Ainda assim, os resultados alcançados durante sua operação continuam a representar um marco significativo, tendo demonstrado a viabilidade do processamento por lixiviação em pilhas em escala comercial para a produção de Precipitado Hidróxido Misto (MHP) de alta qualidade, com baixos níveis de impurezas – um insumo essencial para a cadeia de suprimentos global de baterias e para a transição energética mais ampla, bem como para cadeias de valor industriais consolidadas que têm o níquel e o cobalto como matérias-primas fundamentais.

Embora as condições de mercado para o níquel tenham permanecido desafiadoras, com a contínua volatilidade dos preços afetando o setor e os mercados de capitais, essas circunstâncias reforçaram a importância de manter nossa disciplina financeira, fortalecer parcerias estratégicas e focar na criação de valor de longo prazo. Durante o ano, continuamos nosso

diálogo com investidores e parceiros financeiros, observando ao mesmo tempo um crescente reconhecimento da importância de diversificar as cadeias de abastecimento de minerais críticos e fortalecer a segurança do abastecimento. Nesse contexto, o PPN continua bem-posicionado em razão de sua estrutura de custos competitiva, seu perfil de baixa emissão de carbono e seu compromisso com a produção responsável.

A sustentabilidade segue no centro do nosso negócio e orienta as decisões que tomamos à medida que avançamos no Projeto. A manutenção do selo Nickel Mark e nosso alinhamento contínuo aos padrões da International Finance Corporation (IFC) refletem nosso compromisso com a mineração responsável e com as melhores práticas internacionais. Em 2025, continuamos fortalecendo nosso desempenho ambiental e social por meio de iniciativas voltadas à gestão da água, à conservação da biodiversidade no bioma da Caatinga, à governança responsável do uso da terra e ao relacionamento transparente com as comunidades locais.

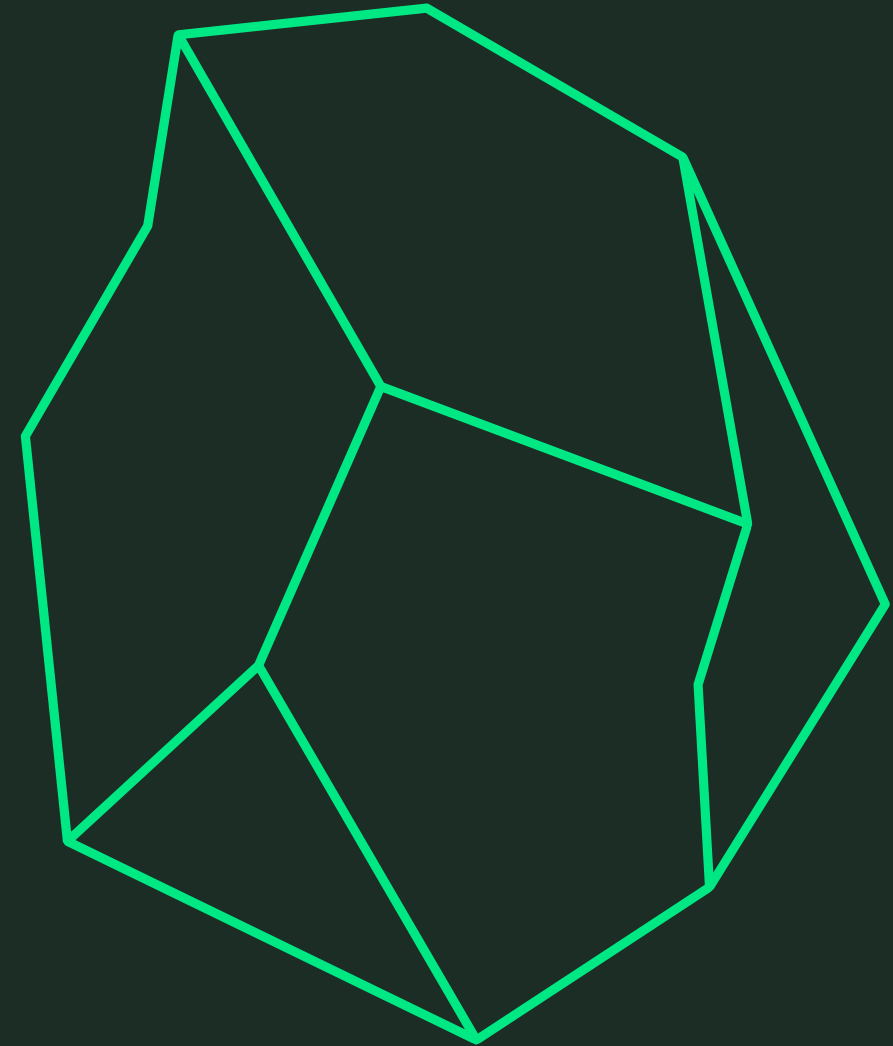
Olhando para o futuro, nossas prioridades permanecem claras: finalizar o processo de financiamento do Projeto e avançar rumo à construção de nossa operação em escala comercial. Seguimos confiantes nos fundamentos de longo prazo que sustentam a transição energética e na crescente demanda por minerais críticos de origem responsável.

Nosso progresso não seria possível sem a dedicação de nossos colaboradores, a confiança de nossos investidores e parceiros, o apoio de nossos contratados e fornecedores, e o diálogo contínuo com as comunidades e partes interessadas em todo o Piauí. Juntos, estamos construindo um projeto concebido para gerar valor econômico, social e ambiental duradouro, ao mesmo tempo que contribuimos para um futuro mais resiliente e sustentável.

Mark Travers, CEO, Brazilian Nickel



Sobre a Brazilian Nickel

[Quem somos](#)[Onde estamos](#)[Destaques de 2025](#)[Nossa produção](#)[Nossos valores](#)

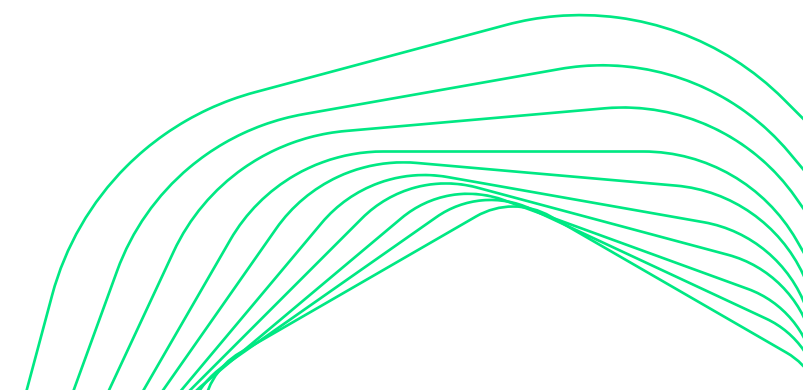
Quem somos GRI 2-1, 2-2

Somos a Brazilian Nickel (BRN), uma mineradora de capital fechado, focada na produção responsável de níquel e cobalto a partir de depósitos lateríticos. Nosso diferencial competitivo reside no uso da tecnologia de lixiviação em pilhas, um método com menor impacto ambiental que contribui para o fornecimento de minerais críticos utilizados em uma ampla gama de aplicações industriais, tecnológicas e relacionadas à energia.

Com sede em Londres, no Reino Unido, operamos no Brasil por meio de nossa subsidiária integral, a Piauí Níquel Metais S.A., que tem escritório administrativo em Belo Horizonte (MG) e unidade operacional em Capitão Gervásio Oliveira (PI), onde será implantado o Projeto Piauí Níquel (PPN). Adquirido da Vale S.A. em 2014, ele é o nosso principal projeto e teve sua viabilidade comprovada por operação em pequena escala – a planta-piloto PNP1000, que produziu o seu primeiro níquel em 2022. O PPN avançará para a escala comercial, com capacidade para extrair 3 milhões de toneladas de minério bruto por ano quando estiver em plena atividade.

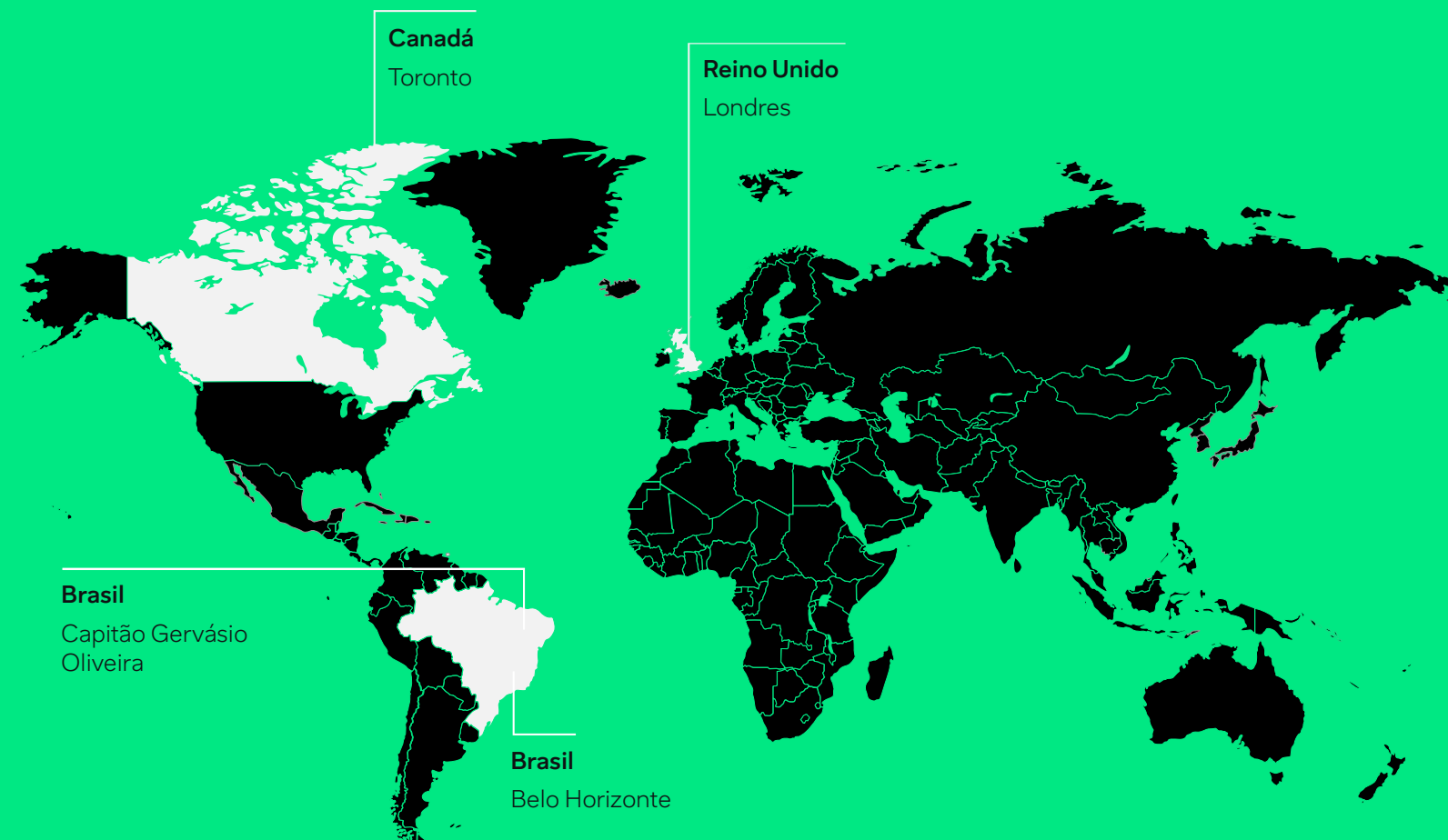


A estrutura global do Grupo é complementada pela BRN Canada Limited, outra subsidiária integral da BRN, sediada em Toronto, Ontário (Canadá). Nosso modelo de gestão abrange todas as empresas do Grupo BRN, assegurando a padronização das informações contábeis e a aplicação dos princípios de governança corporativa e sustentabilidade. Essa estrutura reflete nosso compromisso com a transparência e com uma gestão integrada, alinhada à estratégia global da Companhia.

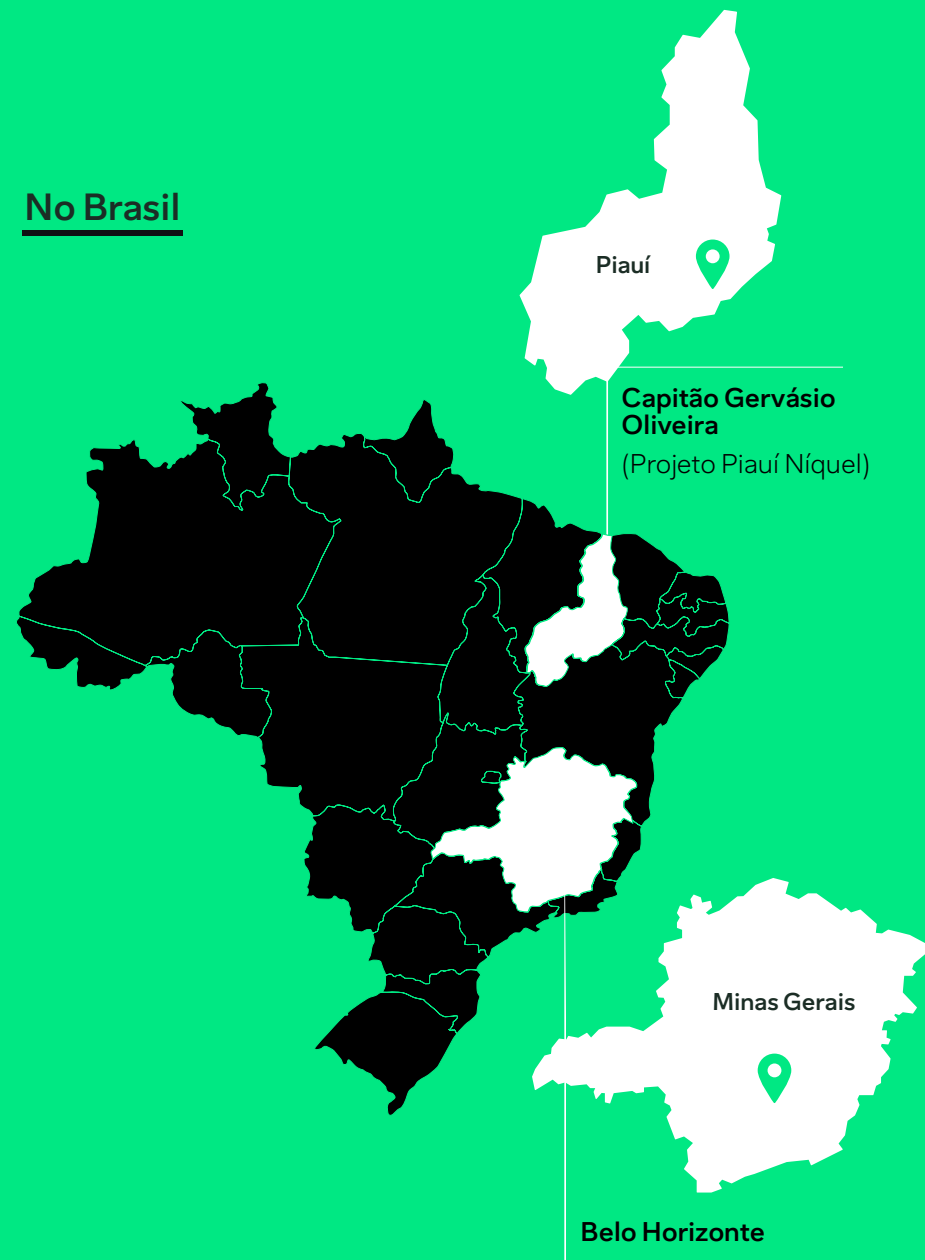


Onde estamos

No mundo



No Brasil



Destques de 2025



90% da produção

do PPN coberta com a assinatura de MoUs
(acordos preliminares de fornecimento)
na Europa e nos Estados Unidos



Conclusão

das sondagens geotécnicas e avanço da
engenharia de detalhamento da infraestrutura
do Projeto em escala comercial



A implementação

dos Comitês de Monitoramento do Projeto (CMPs),
das Rodas de Conversa com Mulheres e o lançamento
do Programa de Visitas à planta operacional
marcaram o avanço da estratégia de engajamento
com *stakeholders*



Avanços

no processo de aquisição de terras e
reassentamento, em alinhamento com
padrões internacionais de desempenho



Zero

acidentes com afastamento



Reafirmação

do selo Nickel Mark



2ª certificação

Great Place to Work (GPTW)



O Programa Apoiar

foi consolidado e seguiu amparando os
colaboradores em situações de grande impacto
pessoal e familiar, como o nascimento de um
filho ou a perda de um ente querido

Nossa produção GRI 2-6

O PPN produzirá dois produtos. O principal será o precipitado misto de hidróxido *premium* (Premium MHP), com teor superior a 45% de níquel e 2% de cobalto, adequado para a cadeia de suprimentos de baterias para veículos elétricos, além de aplicações industriais tradicionais. O Projeto também produzirá um precipitado misto de hidróxido de níquel e cobre (NiCuMHP), destinado ao processamento em refinarias convencionais de níquel e cobre.

Nossa principal vantagem competitiva está no uso da tecnologia de lixiviação em pilhas (LP) para a extração de níquel e cobalto de minérios lateríticos. Ela oferece uma abordagem fundamentalmente diferente para o processamento de minérios lateríticos de níquel e cobalto, baseada na simplicidade, escalabilidade e em menor impacto ambiental. Em vez de depender de reatores de alta pressão e alta temperatura, a LP utiliza a percolação controlada de soluções ácidas através do minério empilhado para dissolver os metais de valor. O processo maximiza o aproveitamento dos recursos, opera com baixa demanda energética e, consequentemente, baixas emissões de CO₂. Além disso, gera resíduos secos e fisicamente estáveis, que são gerenciados em uma instalação de armazenamento projetada, eliminando a necessidade de barragens de rejeitos tradicionais e os riscos a elas associados.

A planta em escala comercial contará com uma unidade própria de produção de ácido sulfúrico, integrada a um sistema de cogeração que aproveita o calor residual do processo para gerar energia elétrica. Eventuais excedentes gerados poderão ser vendidos para a rede elétrica.

O fluxo produtivo funciona da seguinte forma:



→ Mineração e preparação

O minério laterítico é extraído de uma mina a céu aberto, britado e aglomerado para prepará-lo para o processo de lixiviação. O minério aglomerado é transportado para uma pilha de lixiviação projetada, onde é empilhado em módulos.



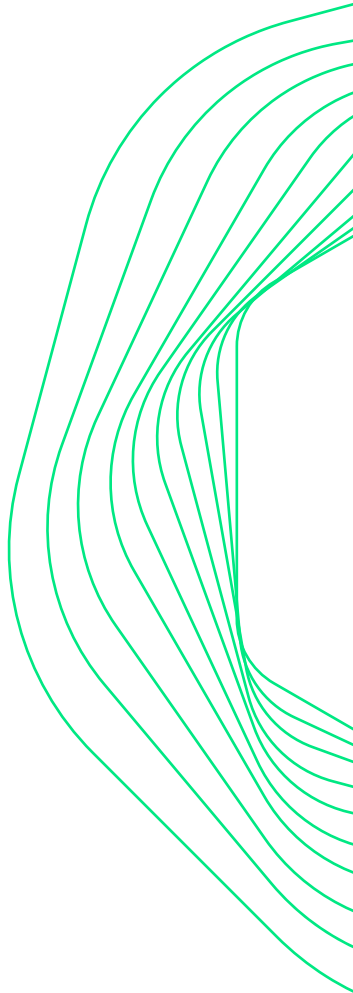
→ Lixiviação

O minério empilhado é irrigado por um sistema de gotejamento com ácido sulfúrico diluído para dissolver os metais de valor. A solução percola por gravidade através do minério e é coletada na base dos módulos por um sistema de drenagem, antes de ser conduzida a um sistema de lagoas, onde é recirculada para a pilha de lixiviação como solução intermediária de lixiviação (*intermediate leach solution – ILS*) ou enviada à planta de processo como solução rica de lixiviação (*pregnant leach solution – PLS*).



→ Recuperação e filtragem

A PLS é inicialmente tratada em um circuito de remoção de impurezas, que são precipitadas e removidas da solução. Os sólidos resultantes são filtrados e armazenados em uma instalação de armazenamento de resíduos. A solução purificada passa então por um processo de troca iônica em três etapas, no qual o cobre é recuperado primeiro com uma parte do níquel, seguido pela recuperação do níquel e do cobalto remanescentes. Os materiais resultantes são processados em circuitos de precipitação para produzir NiCuMHP e MHP Premium, que são filtrados, embalados e preparados para envio aos clientes.



Modelo de negócio

O modelo de negócio da Brazilian Nickel apoia a produção responsável de minerais críticos, ao mesmo tempo em que promove a gestão ambiental, a eficiência operacional e valor a longo prazo.

Nosso objetivo é nos tornarmos uma fornecedora confiável de níquel e cobalto de baixo carbono para os mercados internacionais, contribuindo para a diversificação e a resiliência das cadeias de abastecimento de minerais críticos, ao mesmo tempo que criamos valor a longo prazo para acionistas, colaboradores, comunidades e outros *stakeholders*. Para alcançar esse objetivo, combinamos conhecimento técnico, eficiência operacional, desenvolvimento disciplinado de projetos e um forte compromisso com as diretrizes ambientais, sociais e de governança (ESG). Nossos princípios de sustentabilidade estão integrados ao planejamento de projetos e à tomada de decisões, apoiando o desenvolvimento de uma operação financeiramente viável e ambientalmente responsável.

Após a operação bem-sucedida da planta PNP1000, que demonstrou a viabilidade técnica de nosso processo de lixiviação em pilha e a qualidade do produto resultante, estamos focados em avançar rumo à implementação em escala comercial do PPN. Com isso, a previsão é processar 3 milhões de toneladas secas de minério por ano. Durante os primeiros dez anos de operação, a produção média anual está projetada para aproximadamente 28 mil toneladas de níquel contido e mil toneladas de cobalto contido.



3 milhões

de toneladas de minério por ano são previstos quando o PPN estiver em atividade

Cadeia de valor GRI 2-6, 204-1

Nossa cadeia de suprimentos é composta por uma rede diversificada de fornecedores locais*, nacionais e internacionais, responsáveis pelo fornecimento de bens e serviços essenciais ao desenvolvimento do PPN. São parceiros estratégicos que fornecem desde máquinas e reagentes químicos até serviços especializados de engenharia, consultoria técnica e ambiental.

Em 2025, os fornecedores locais representaram cerca de 17% da nossa cadeia de fornecimento e responderam por aproximadamente 7% do valor total das aquisições realizadas no período. Os pagamentos efetuados a fornecedores totalizaram aproximadamente R\$ 87 milhões.

Além dessa cadeia, nos relacionamos com uma ampla gama de *stakeholders*, incluindo instituições financeiras e investidores, autoridades regulatórias, comunidades locais, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e parceiros do setor. Essas relações apoiam o desenvolvimento de projetos, a governança, o compartilhamento de conhecimento e o próprio envolvimento de *stakeholders*. Durante esse período, não houve mudanças significativas em nossas atividades comerciais, cadeia de valor ou principais relações comerciais.

** Fornecedores locais são definidos como empresas localizadas nos quatro municípios que compõem a área de influência direta do Projeto Piauí Níquel: Capitão Gervásio Oliveira, Campo Alegre do Fidalgo, São João do Piauí e Dom Inocêncio. O percentual de fornecedores locais considera a participação desses fornecedores no número total de fornecedores ativos no período. Já o percentual de aquisições considera a participação dos pagamentos realizados a fornecedores locais sobre o valor total pago a fornecedores de bens e serviços em 2025.*



Nossos valores



Segurança

Aprimorar e expandir continuamente nossas medidas de segurança, garantindo que nossos colaboradores retornem para casa em segurança todos os dias



Sustentabilidade

Cuidar das pessoas, da comunidade, dos recursos naturais e do negócio



Colaboração

Trabalhar e crescer juntos de forma ética, coesa e transparente, valorizando e respeitando diferentes perspectivas e abordagens



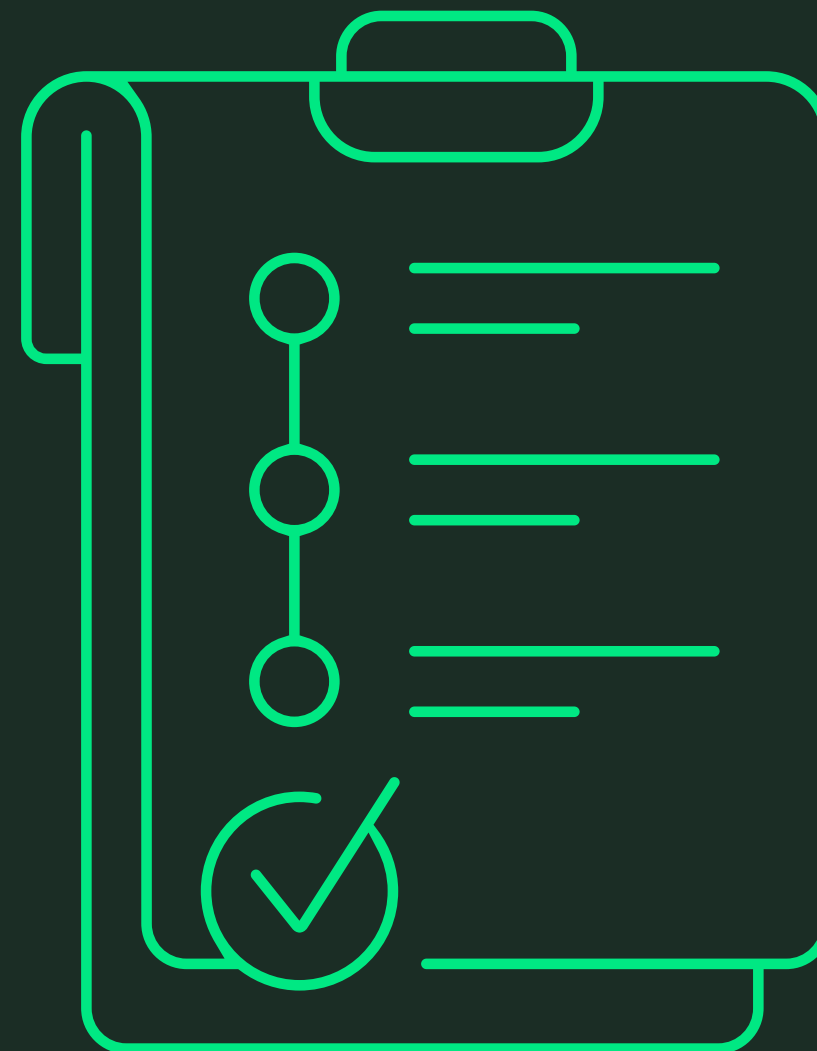
Eficiência

Alcançar resultados por meio de processos simples e entregas otimizadas

Estratégia ESG

Governança ESG

Materialidade



Estratégia ESG

A sustentabilidade fundamenta a nossa estratégia de longo prazo, com foco na produção responsável de minerais críticos para a economia de baixo carbono. Por isso, 2025 foi um ano de avanços no amadurecimento de nossas práticas socioambientais, com o desenvolvimento e a implementação de programas e planos de gestão estruturados para orientar nossas atividades operacionais e a fase de construção do Projeto Piauí Níquel em escala comercial.

Esse compromisso se reflete na manutenção do selo Nickel Mark até 2027, reconhecimento internacional que atesta nossa aderência a critérios globais de responsabilidade na cadeia de valor do níquel e garante diferencial competitivo no mercado de capitais.



Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS)

Nosso Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) estabelece a estrutura para a gestão dos aspectos, impactos e riscos socioambientais do Projeto Piauí Níquel ao longo de todo o seu ciclo de vida. O sistema orienta a implementação dos nossos compromissos ESG, assegurando o atendimento aos requisitos legais aplicáveis e às diretrizes corporativas e internacionais adotadas pelo Projeto.

Baseado no ciclo de melhoria contínua PDCA (Planejar, Fazer, Verificar e Agir), o SGAS é de aplicação obrigatória para colaboradores, contratados e fornecedores.

A governança do sistema está estruturada nos seguintes pilares:

- **Políticas e gestão de riscos:** diretrizes corporativas e processos voltados à identificação, avaliação, mitigação e monitoramento de riscos e impactos socioambientais;
- **Execução prática:** implementação de programas e planos socioambientais voltados aos meios físico, biótico e socioeconômico, orientados pela hierarquia de mitigação;
- **Capacidade organizacional:** atuação integrada de equipes multidisciplinares responsáveis pela gestão socioambiental do Projeto;
- **Engajamento e comunicação:** relacionamento contínuo com *stakeholders*, incluindo canais de diálogo, escuta e reporte;
- **Monitoramento e melhoria contínua:** acompanhamento do desempenho socioambiental por meio de indicadores, auditorias e revisões periódicas do sistema.

Governança ESG

Para assegurar que as questões ESG permeiem as mais altas esferas de tomada de decisão, instituímos, no início de 2025, o Comitê de Sustentabilidade do Conselho de Administração. O órgão se reúne trimestralmente para avaliar riscos e deliberar sobre temas ambientais e sociais estratégicos, garantindo a incorporação de diretrizes socioambientais ao planejamento corporativo.

A integração da sustentabilidade à estratégia também se refletiu no estabelecimento de 11 metas globais para 2025. Dessas, três foram dedicadas exclusivamente aos pilares ESG: atingir o Zero Dano em saúde e segurança; aprimorar a gestão de *stakeholders* e o relacionamento social; e avançar de forma bem-sucedida na gestão fundiária, no licenciamento ambiental e na manutenção de nossas credenciais ESG.



Materialidade GRI 3-1

Nossa estratégia ESG é fundamentada em um processo estruturado de materialidade, desenvolvido em conformidade com as normas da GRI e alinhado às expectativas dos nossos *stakeholders* e aos ODS. A matriz de materialidade, revisada a cada dois anos, é a bússola que orienta a tomada de decisões, a estratégia corporativa e a definição do escopo e do conteúdo a ser reportado anualmente.

Em 2025, atualizamos a nossa materialidade por meio de uma abrangente fase de consulta a diferentes *stakeholders*, incluindo comunidades, representantes do poder público, fornecedores, colaboradores próprios e terceiros, investidores e executivos. Conduzimos o processo com base em análises de impacto, estudos de tendências setoriais e na aplicação de questionários *online*. Realizamos ainda entrevistas com lideranças e reuniões com vários grupos de *stakeholders*, como os moradores dos municípios da área de influência direta do Projeto Piauí Níquel. Os resultados obtidos subsidiaram a identificação e avaliação dos temas mais relevantes para o negócio e para nossos públicos de interesse.

A partir desse processo, os 11 temas materiais foram definidos com base em critérios de priorização que consideraram a probabilidade e a severidade dos impactos, incluindo intensidade, extensão e reversibilidade, bem como a relevância atribuída pelos *stakeholders* durante a etapa de validação.



A nova matriz foi aprovada pela Diretoria Executiva e, em relação ao ciclo anterior, apresentou uma reorganização dos temas, refletindo uma visão mais integrada dos nossos impactos. Parte dos temas anteriormente reportados foi incorporada a escopos mais abrangentes. Direitos Humanos, Não Discriminação, Igualdade e Inclusão, Segurança da Comunidade e Transparência passaram a ser abordados de forma transversal, especialmente no contexto dos temas Práticas Trabalhistas, Relacionamento com Comunidades Locais e Povos Tradicionais e Gestão de Riscos.

Adicionalmente, passamos a tratar separadamente alguns temas para maior clareza na gestão, como Água e Efluentes, assim como Resíduos e Rejeitos. Também realizamos ajustes de nomenclatura e refinamentos conceituais, a exemplo da evolução de Mudança Climática para Adaptação às Mudanças Climáticas e da ampliação do escopo de Saúde e Segurança Ocupacional para Saúde, Segurança e Qualidade de Vida.

Os temas Diversidade e Igualdade de Oportunidades, Pagamentos ao Governo e Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), embora não classificados como materiais, foram considerados no conteúdo do relatório por sua relevância regulatória e estratégica.



Governança

Estrutura de governança

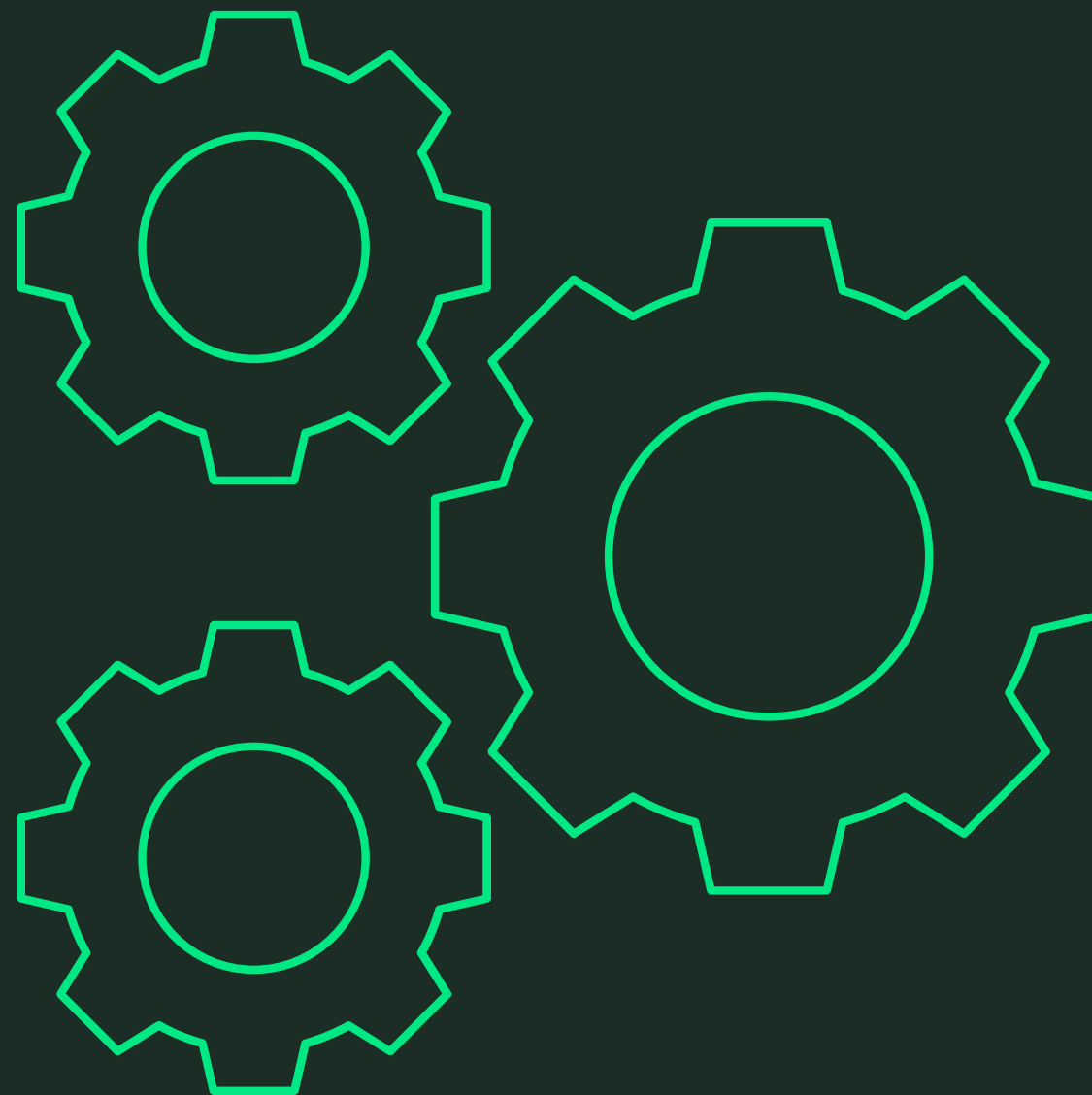
Ética, conduta e transparência

Direitos humanos

Gestão de riscos

Due diligence de fornecedores

Governança financeira e financiamento



Estrutura de governança

GRI 2-9, 2-12, 2-17

Nossa estrutura de governança é composta pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Executiva e pelos comitês delegados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva. Esse modelo tem o suporte de um conjunto de instrumentos jurídicos e institucionais, como o Estatuto Social, o Acordo de Acionistas e políticas corporativas do Grupo.

As questões ESG são diretamente atreladas aos processos de governança e de tomada de decisão estratégica. O Conselho e a Diretoria participam regularmente de discussões técnicas sobre o desempenho ambiental e social, prioridades estratégicas e gestão de riscos corporativos, além de supervisionar indicadores de desempenho ESG e o progresso de iniciativas.

Ao longo de 2025, promovemos avanços para amadurecer esse processo, com foco nessa integração estratégica da sustentabilidade e no fortalecimento do *compliance*. Um dos principais marcos foi a institucionalização do Comitê de Sustentabilidade do Conselho, que realizou sua reunião inaugural no início do ano.

→ **Conselho de Administração:** como principal órgão de direção estratégica, tem como responsabilidade definir o planejamento corporativo, supervisionar a Diretoria Executiva e aprovar matérias relevantes, conforme estatutos e acordos vigentes. Possui presidência não executiva e é composto por seis membros (dois são independentes) com mandatos com prazo indeterminado. A classificação de independência considera que esses membros não exercem funções executivas nem mantêm vínculo empregatício com a Companhia, atuando na supervisão da gestão executiva. **GRI 2-11**

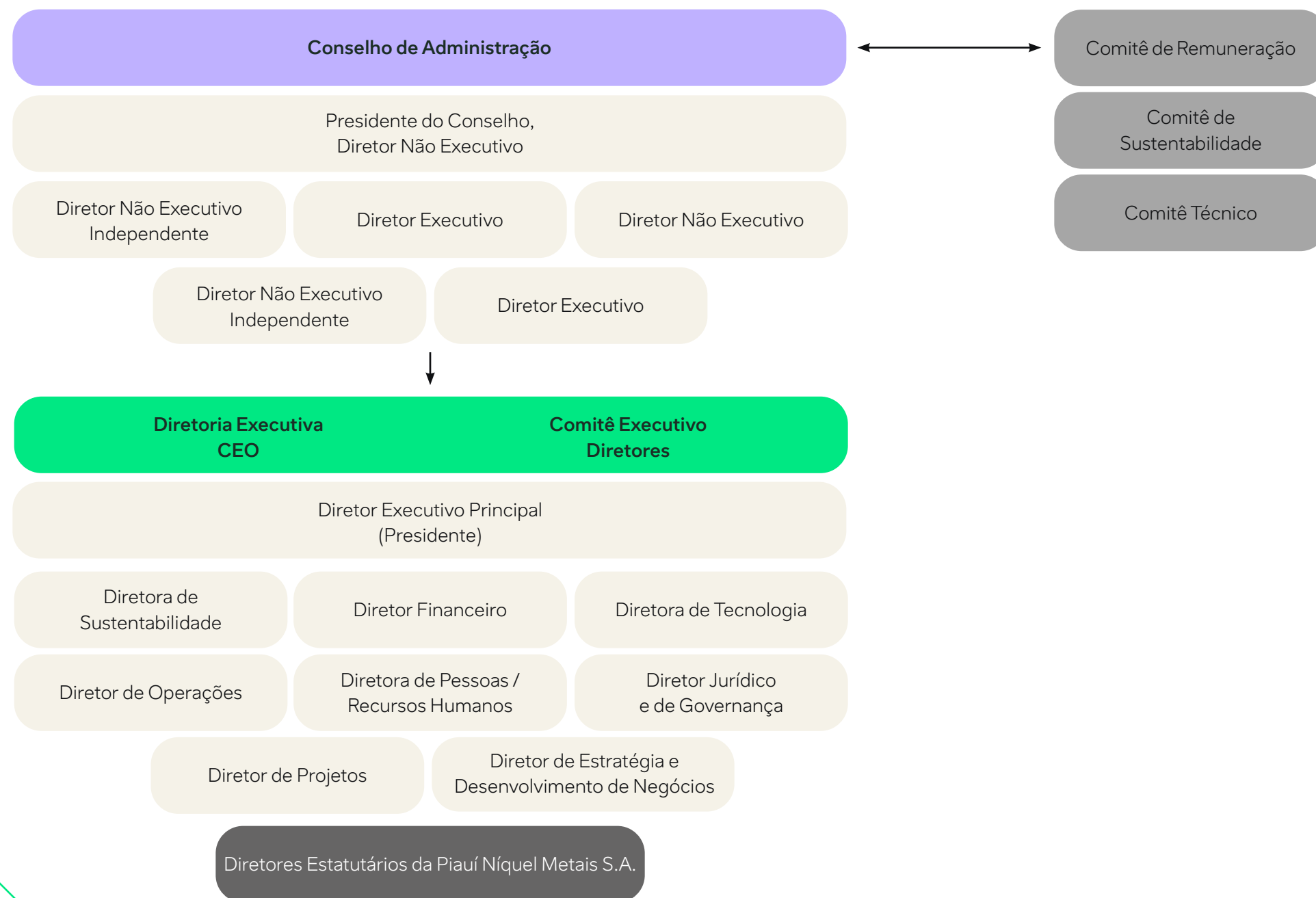
→ **Diretoria Executiva:** órgão que responde diretamente ao Conselho de Administração e é responsável pela gestão da Companhia, incluindo a execução da estratégia corporativa, a gestão financeira e operacional, a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável e a alocação de recursos. No âmbito da sustentabilidade, o Conselho delega à Chief Sustainability Officer (CSO) a responsabilidade por liderar o desenvolvimento e a implementação da estratégia de sustentabilidade, assegurar o cumprimento de normas e regulamentações aplicáveis, avaliar riscos e oportunidades ESG e promover a integração de práticas sustentáveis aos processos e operações da Companhia. **GRI 2-13**

→ **Comitê de Remuneração:** define a remuneração dos diretores, estabelece a política de remuneração da alta gestão e assegura o alinhamento entre incentivos e a estratégia de longo prazo da Companhia.

→ **Comitê de Sustentabilidade:** supervisiona a estratégia ESG, monitora o desempenho em saúde, segurança, meio ambiente e aspectos sociais e avalia impactos relacionados à sustentabilidade. Sua atuação acontece sob quatro eixos: Saúde e Segurança (riscos críticos e segurança geotécnica); Meio Ambiente (gestão hídrica, resíduos e riscos climáticos); Comunidades e Desempenho Social (direitos humanos e desenvolvimento local); e Governança (ética, conformidade e integração ESG).

→ **Comitê Técnico:** avalia e submete as principais decisões técnicas antes de seu encaminhamento ao Conselho. Fornece ao Conselho análises técnicas sobre o desenvolvimento do Projeto e recomendações sobre engenharia, mineração, metalurgia e execução operacional.

Organograma



Diretoria Executiva
BRN Canada

Diretores Estatutários da Piauí Níquel Metais S.A.

Ética, conduta e transparência GRI 2-26

A ética e a transparência sustentam o modelo de negócio e o compromisso com a mineração responsável. Guiados por nossos valores corporativos, adotamos elevados padrões de integridade aplicáveis aos nossos colaboradores, parceiros e fornecedores. Essa cultura é fortalecida com treinamentos específicos sobre o Código de Ética e Conduta, realizados durante o processo de integração de novos colaboradores e reforçados por reciclagens anuais.

O Código atua como guia para a condução das nossas atividades, refletindo nossa tolerância zero a práticas de corrupção, suborno, assédio e discriminação, e assegurando que o respeito aos direitos humanos permeie o dia a dia de toda a operação. Seu cumprimento também é exigido contratualmente de fornecedores e parceiros de negócios.

O compromisso com a transparência materializa-se na permanência de um ambiente seguro para a escuta ativa e o reporte de desvios. O nosso Mecanismo de Queixas inclui o Canal da Transparência, disponível para todos os *stakeholders*, e o Fale Conosco, que se distingue do Canal da Transparência pelo nível de gravidade e pela natureza dos assuntos, sendo a principal ferramenta para recebimento de reclamações, solicitações, dúvidas e elogios.

Canal da Transparência GRI 2-25

O Canal da Transparência é o nosso principal mecanismo de denúncias e queixas em relação a irregularidades, desvios éticos e violações do Código de Ética e Conduta ou questões de *compliance*. Ele é aberto a todos os *stakeholders*, podendo ser utilizado por colaboradores, contratados, fornecedores, parceiros de negócios e pelas comunidades locais, incluindo as do entorno do Projeto Piauí Níquel.

Com funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana, garante anonimato, imparcialidade e proteção contra retaliação, podendo ser acessado pelo telefone 0800 591 2605 ou pelo site <https://canalconfidencial.com.br/braziliannickel/>.

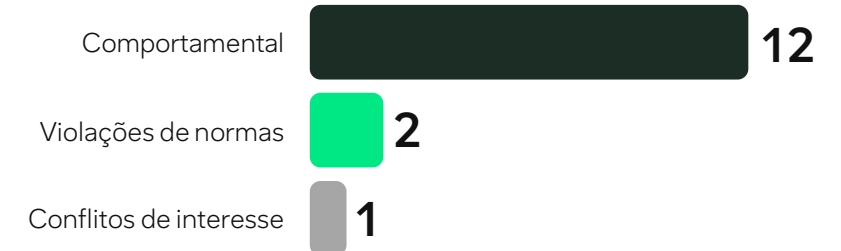
As manifestações registradas no canal são inicialmente analisadas e, caso apresentem materialidade, seguem o fluxo definido de apuração e investigação. O processo de análise e investigação é conduzido por uma empresa terceirizada independente, garantindo imparcialidade, confidencialidade e transparência.

O denunciante pode começar a acompanhar o andamento do caso por meio do número de protocolo em até 24 horas após o registro da denúncia. Após a conclusão da investigação, é fornecido retorno às partes envolvidas e são adotadas as medidas disciplinares e/ou corretivas cabíveis, para deliberação e implementação pelo Comitê de Ética.

Em 2025, o Canal recebeu um total de 44 denúncias. Após análise, 15 foram consideradas procedentes, relacionadas a desvios de conduta e ao descumprimento de normas internas. Os casos foram acompanhados pelo Comitê de Ética para subsidiar o processo de avaliação e decisão. Todas as denúncias procedentes foram devidamente tratadas e encerradas no período. GRI 2-16

Registros no Canal da Transparência

Denúncias procedentes

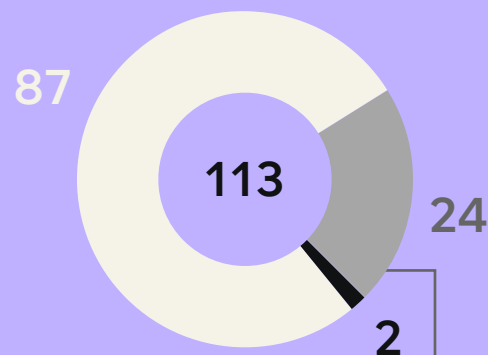


Fale conosco

O Fale Conosco, o canal que recebe reclamações, solicitações, dúvidas e elogios, está disponível gratuitamente por telefone ou WhatsApp pelo número 0800 942 2102. Ele foi reformulado em 2025 e passou a ser gerenciado por uma plataforma externa. A atualização aprimorou os recursos de gerenciamento, acompanhamento e geração de relatórios sobre as ocorrências, ao mesmo tempo que fortaleceu a integração com o Canal da Transparência.

Entre as manifestações registradas, destacaram-se temas relacionados a negociações com proprietários de terras, impactos operacionais decorrentes das atividades do Projeto e preocupações levantadas por comunidades. As denúncias recebidas pelo Fale Conosco relacionadas a possíveis violações do Código de Ética e Conduta foram encaminhadas ao Canal da Transparência para avaliação e tratamento conforme os procedimentos estabelecidos.

Números do Fale Conosco



- Elogios
- Solicitações
- Reclamações

100% resolvidas,
sendo 54% com a adoção de ações adicionais para tratamento da demanda.



Compromissos e incorporação de políticas

GRI 2-23, 2-24

Nossas políticas corporativas, aprovadas pela Diretoria Executiva e supervisionadas pelo Conselho de Administração, abrangem temas como Anticorrupção, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), Relacionamento com Comunidades e Cadeia de Suprimentos Responsável. Esses compromissos se alinham a instrumentos globais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os Padrões de Desempenho da IFC, os Princípios do Equador e os ODS da ONU.

A incorporação dessas diretrizes às nossas estratégias e operações ocorre por meio de uma abordagem preventiva, baseada na identificação, avaliação e gestão de potenciais impactos, aliada à realização de processos de devida diligência. A responsabilidade pela implementação dessas políticas é delegada por meio de metas claras e sistemas de prestação de contas em todos os níveis hierárquicos, com monitoramento contínuo.

Para sustentar essa cultura, as políticas são disponibilizadas publicamente em nosso site e são realizados treinamentos obrigatórios para os colaboradores por meio da plataforma UniBRN, nossa universidade corporativa, para que todos estejam tecnicamente capacitados e alinhados aos nossos valores.

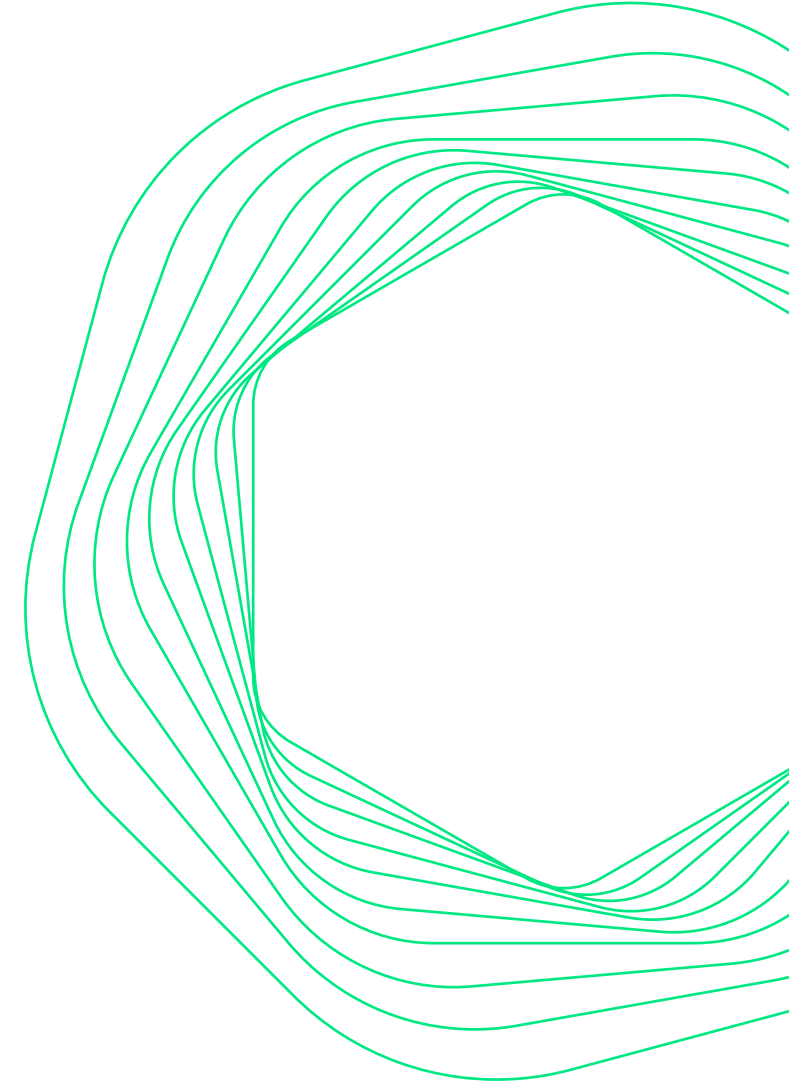
Nas relações de negócios, a conformidade é resultado da seleção cuidadosa de parceiros, auditorias periódicas e cláusulas contratuais obrigatórias que vinculam fornecedores ao nosso Código de Ética e Conduta.

Combate à corrupção

O comprometimento inegociável com a ética e a transparência é formalizado em nosso Código de Ética e Conduta e em políticas específicas, como a Política Anticorrupção e Antissuborno e a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo. Para assegurar as melhores práticas globais de integridade, essas diretrizes operam em conformidade com legislações internacionais, incluindo o UK Bribery Act e o US Foreign Corrupt Practices Act (FCPA).

Um dos principais pilares dos nossos esforços de prevenção à corrupção é o sistema de controles internos. Para atendermos aos requisitos de preservação de registros previstos no Código de Ética e Conduta, mantemos livros, registros e contas financeiras que refletem as operações de forma detalhada e correta, impedindo qualquer tentativa de ocultação de transações.

**Nosso Código de Ética e Conduta,
além de políticas específicas,
formaliza o comprometimento
inegociável com a ética e a
transparência**



Prevenção a conflitos de interesse GRI 2-15

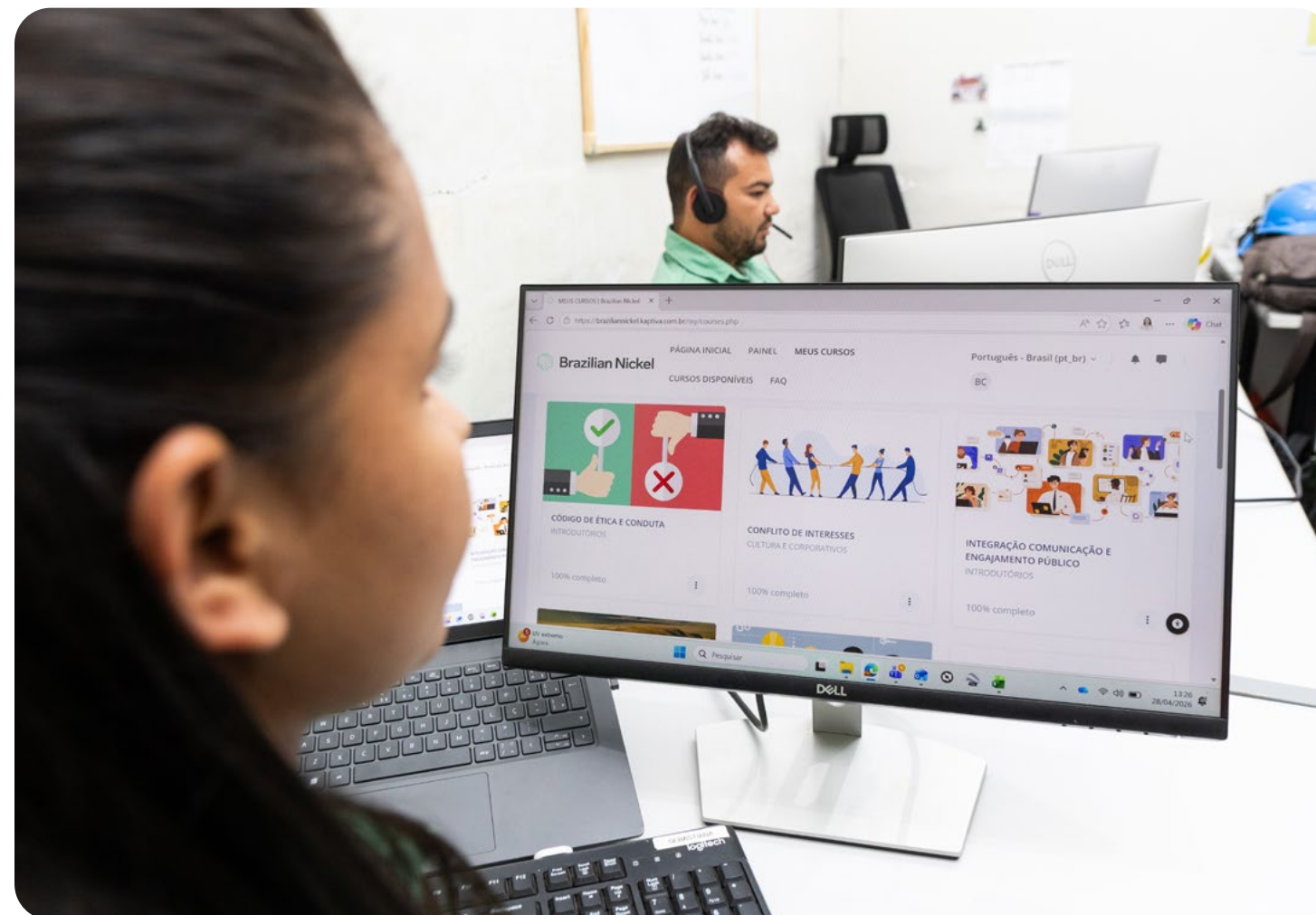
Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses define conflito de interesses como qualquer situação em que um colaborador influencie, direta ou indiretamente, uma decisão organizacional que possa resultar em benefício pessoal para si, seus familiares ou pessoas com as quais mantenha relacionamento próximo.

O Código de Ética e Conduta proíbe práticas como o uso de informações privilegiadas, a aplicação indevida de recursos corporativos e o recebimento de benefícios impróprios, salvaguardando a integridade do ambiente de negócios. No âmbito do Conselho de Administração, potenciais conflitos de interesses são tratados em conformidade com essa Política e com o Código de Ética e Conduta, cabendo aos membros comunicar situações que possam comprometer sua independência ou imparcialidade, para avaliação e adoção das medidas cabíveis. Para garantir a conformidade no mais alto órgão de governança, adotamos políticas formais, procedimentos de revisão regular e a atuação de um Comitê de Ética, vinculado ao Comitê Executivo, dedicado à prevenção e mitigação desses riscos.

A transparência também rege as relações interpessoais e os processos de recrutamento, sendo a contratação de familiares e amigos permitida, desde que siga os critérios adotados para quaisquer contratações, sem privilégios ou preferências. Temos mecanismos para prevenir e monitorar participações societárias cruzadas significativas entre membros do Conselho de Administração, de outros órgãos de governança e de organizações externas.

Também mantemos práticas de transparência para identificar e divulgar potenciais conflitos de interesses, incluindo participações societárias relevantes, relações com fornecedores e parceiros, acionistas controladores e transações com partes relacionadas, preservando a integridade dos nossos processos decisórios.

Qualquer colaborador que identifique um possível conflito de interesses tem o dever de comunicar à sua liderança para a adoção de medidas adequadas. O fortalecimento dessa cultura organizacional ética acontece por meio de treinamentos contínuos, abordando a temática de forma obrigatória na integração de novos funcionários e nas atualizações periódicas do Código de Ética e Conduta.



Abordagem tributária e fiscal

GRI 207-1, 207-2, 207-3

Nossa estratégia fiscal é fundamentada no compromisso com a conformidade regulatória e com os princípios estabelecidos em nosso Código de Ética e Conduta. Embora não seja pública, essa abordagem é analisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e está alinhada às estratégias de negócios e de desenvolvimento sustentável.

Esse alinhamento ocorre por meio da integração de objetivos corporativos, da análise de impactos financeiros, da transparência nos relatos e de processos contínuos de revisão e ajuste. Também consideramos os impactos socioeconômicos associados à nossa atuação, incluindo a contribuição para serviços públicos, o desenvolvimento das comunidades e aspectos relacionados à empregabilidade e à capacitação profissional.

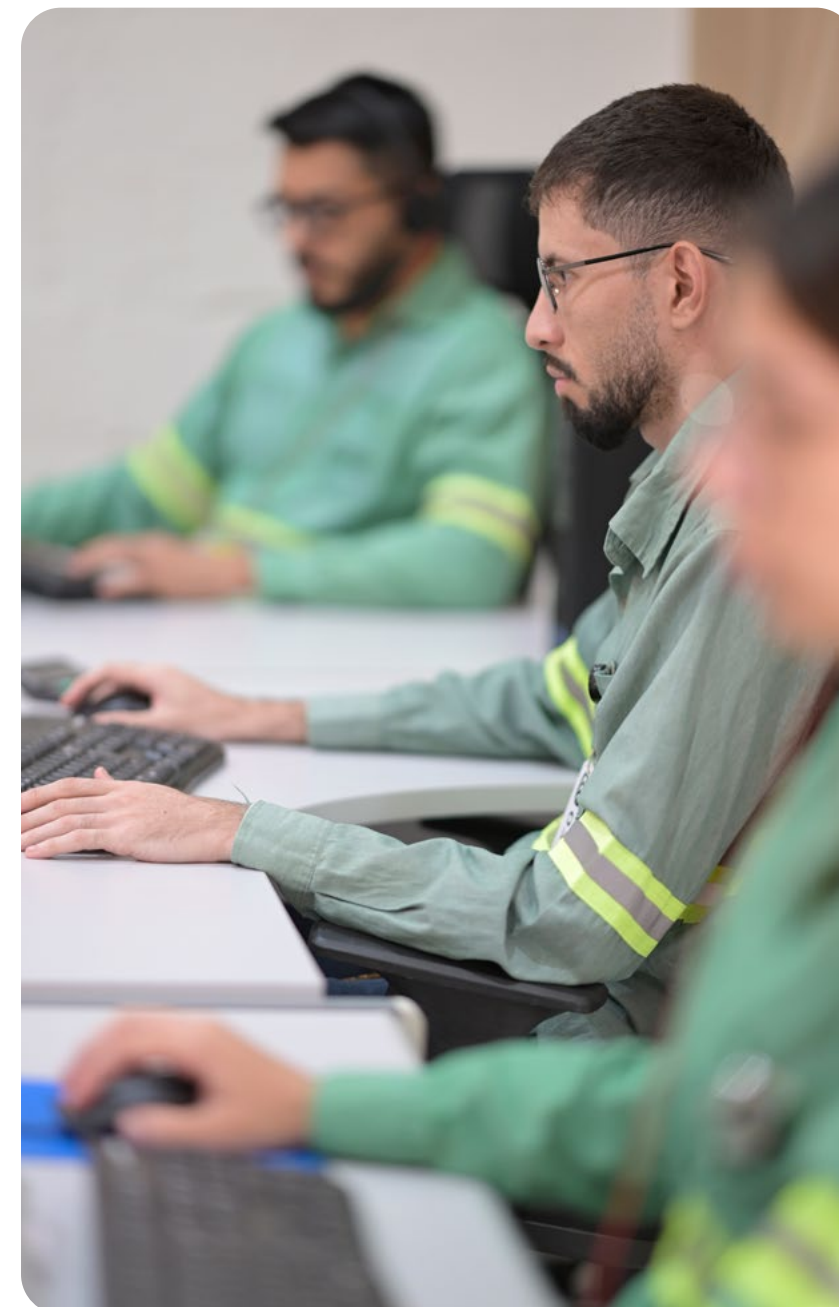
A governança tributária é conduzida com participação da alta liderança, monitoramento regulatório contínuo e avaliações periódicas de riscos fiscais. O processo de identificação e gestão desses riscos considera nossa estrutura organizacional, a legislação vigente e possíveis implicações internacionais, contando, quando necessário, com o suporte de consultorias especializadas.

Controle, gestão de riscos e integridade

Para assegurar a eficácia dos controles fiscais, mantemos definições claras de responsabilidades, acompanhamento das práticas de governança, treinamentos e processos de avaliação de riscos. A integridade do sistema é reforçada por mecanismos de ética e conformidade, incluindo o Canal da Transparência para relato de preocupações e instâncias responsáveis por sua análise e tratamento.

A qualidade e a consistência das informações fiscais são apoiadas por revisões regulares e pelo suporte de revisões periódicas, auditorias externas anuais e, quando aplicável, do apoio de consultorias tributárias especializadas. Nossa gestão fiscal é ativa, baseada no acompanhamento contínuo das mudanças na legislação tributária aplicável e na avaliação de seus potenciais impactos sobre o Projeto. Esse processo orienta a adoção das medidas necessárias para assegurar a conformidade das obrigações fiscais e a adequada gestão dos riscos tributários, com apoio de consultorias especializadas sempre que necessário. Em 2025, não houve disputas ou consultas materiais em aberto com autoridades fiscais relacionadas às atividades da Companhia.

O relacionamento com as partes interessadas em temas fiscais segue as diretrizes do nosso Plano de Engajamento de Stakeholders (PES). A interlocução com autoridades públicas é conduzida pelas equipes responsáveis pelo relacionamento institucional e comunitário, com apoio da alta liderança quando necessário. No âmbito municipal, esse diálogo ocorre, entre outros mecanismos, por meio dos Comitês de Monitoramento do Projeto, realizados trimestralmente com representantes das cidades da área de influência direta do Projeto.



Direitos humanos

Nossa abordagem de direitos humanos está integrada ao Sistema de Gestão Ambiental e Social, orientando processos de identificação, prevenção, mitigação, monitoramento e remediação de potenciais impactos associados às nossas atividades. Essa atuação considera os riscos e impactos sobre trabalhadores, comunidades locais e demais partes interessadas, com atenção especial a grupos potencialmente vulneráveis, conforme identificado nos estudos socioambientais, nos processos de engajamento e nos instrumentos de gestão aplicáveis.

Temos uma Política de Direitos Humanos que estabelece os princípios orientadores de nossa conduta, em alinhamento com padrões internacionais de referência e com os compromissos assumidos no âmbito do Projeto. Esses princípios são incorporados aos planos e procedimentos do SGAS, incluindo diretrizes relacionadas às condições de trabalho, respeito à diversidade, prevenção de assédio e discriminação, proteção de comunidades, gestão de riscos sociais e acesso a canais de manifestação, reclamação e remediação.



Segurança patrimonial e vigilância

Desenvolvemos um Plano de Gestão de Segurança Empresarial em alinhamento aos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos que estabelece diretrizes para as atividades de segurança patrimonial e vigilância envolvendo colaboradores, fornecedores e forças públicas ou privadas, quando aplicável. Ele orienta que a avaliação e o gerenciamento de riscos de segurança sejam conduzidos de forma responsável, proporcional e compatível com o respeito aos direitos fundamentais.

Como parte de sua implementação, estruturamos ações de capacitação para profissionais de segurança, com conteúdo alinhado às diretrizes do Plano e às boas práticas internacionais, incluindo referências da IFC para a gestão da segurança privada. Essas capacitações buscam assegurar que as atividades de segurança sejam conduzidas com respeito aos direitos humanos, uso proporcional da força, prevenção de abusos e adequada interação com comunidades e demais partes interessadas.

Gestão de riscos

GRI 3-3 Gestão de riscos

Consolidamos nossas práticas de gestão de riscos por meio de um processo corporativo orientado por diretrizes reconhecidas de gestão de riscos, incluindo a ABNT NBR ISO 31000:2018. Essa abordagem padroniza a identificação, avaliação, priorização, tratamento, comunicação e revisão dos riscos associados do Projeto Piauí Níquel, considerando aspectos operacionais, socioambientais, regulatórios, financeiros, reputacionais e de governança.

Nosso processo de gestão de riscos está estruturado nas seguintes etapas: início do processo, identificação dos riscos, análise de causas, consequências e controles existentes, avaliação e priorização dos riscos, definição de medidas de mitigação e monitoramento contínuo. A classificação dos riscos considera critérios de probabilidade e severidade. Isso permite priorizar ações de mitigação, definir responsáveis e estabelecer o nível adequado de acompanhamento gerencial, incluindo o reporte à alta administração para os riscos mais críticos.

A gestão de riscos apoia o fortalecimento da governança corporativa, a prevenção e mitigação de impactos socioambientais e operacionais, a conformidade regulatória e o desenvolvimento responsável do Projeto Piauí Níquel. Também contribui para ampliar impactos positivos associados ao Projeto, como geração de empregos, capacitação profissional e incentivo ao desenvolvimento local, em alinhamento às nossas estratégias de sustentabilidade.

Monitoramento, aprendizado e melhoria contínua

Para acompanhar a efetividade das medidas adotadas, monitoramos indicadores operacionais, socioambientais e de gestão, definidos conforme a natureza dos riscos e impactos acompanhados. Esses indicadores incluem, entre outros, dados sobre gestão de água, emissões de gases de efeito estufa (GEE), geração e destinação de resíduos, saúde e segurança ocupacional, treinamentos e manifestações de *stakeholders*. Eles apoiam o acompanhamento dos planos de ação e a identificação de oportunidades de melhoria.

Os aprendizados gerados nesse processo contribuem para o aprimoramento de controles internos, especificações técnicas e práticas de gestão, sendo incorporados ao desenvolvimento do projeto de engenharia e às revisões do plano de execução do PPN. As demandas e percepções dos *stakeholders*, coletadas por meio dos mecanismos de queixas, canais de comunicação e processos de engajamento, também são consideradas pontos de melhoria contínua e contribuem para avaliar a efetividade das ações implementadas, fortalecendo a transparência, o diálogo e a conformidade.

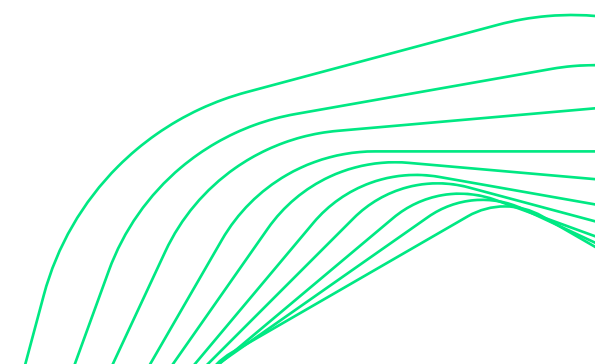
A identificação e o gerenciamento de impactos são conduzidos de forma integrada aos nossos processos de gestão de riscos, licenciamento ambiental, SGAS e planejamento do Projeto Piauí Níquel. Os impactos e medidas específicos relacionados a temas como cadeia de fornecedores, saúde e segurança, comunidades, água e efluentes, resíduos e rejeitos, emissões atmosféricas, mudanças climáticas e biodiversidade são apresentados nas respectivas seções deste relatório.

Avanços em 2025

Todos os riscos identificados são documentados em uma matriz corporativa, que centraliza as informações e apoia a tomada de decisão preventiva. Em 2025, avançamos na revisão dessa ferramenta, com *workshops* voltados à validação de causas, consequências e controles existentes, além de discussões específicas sobre riscos de execução do projeto. Esse processo também incorporou recomendações e ajustes decorrentes de auditorias independentes e revisões técnicas.

A escuta ativa das comunidades e demais partes interessadas também foi integrada à gestão preventiva de riscos. A partir das informações e percepções coletadas nas reuniões dos Comitês de Monitoramento do Projeto, atualizamos nossa Matriz de Riscos Sociais, o que subsidiou a realização de um *workshop* interno sobre Risco Social e Reputação.

Os riscos do projeto são reavaliados periodicamente, com maior ênfase para aqueles classificados como mais críticos. Esse processo contribui para fortalecer a preparação para as próximas fases do Projeto Piauí Níquel, apoiando uma atuação segura, responsável e alinhada às melhores práticas de gestão.



Due diligence de fornecedores GRI 414-1, 414-2

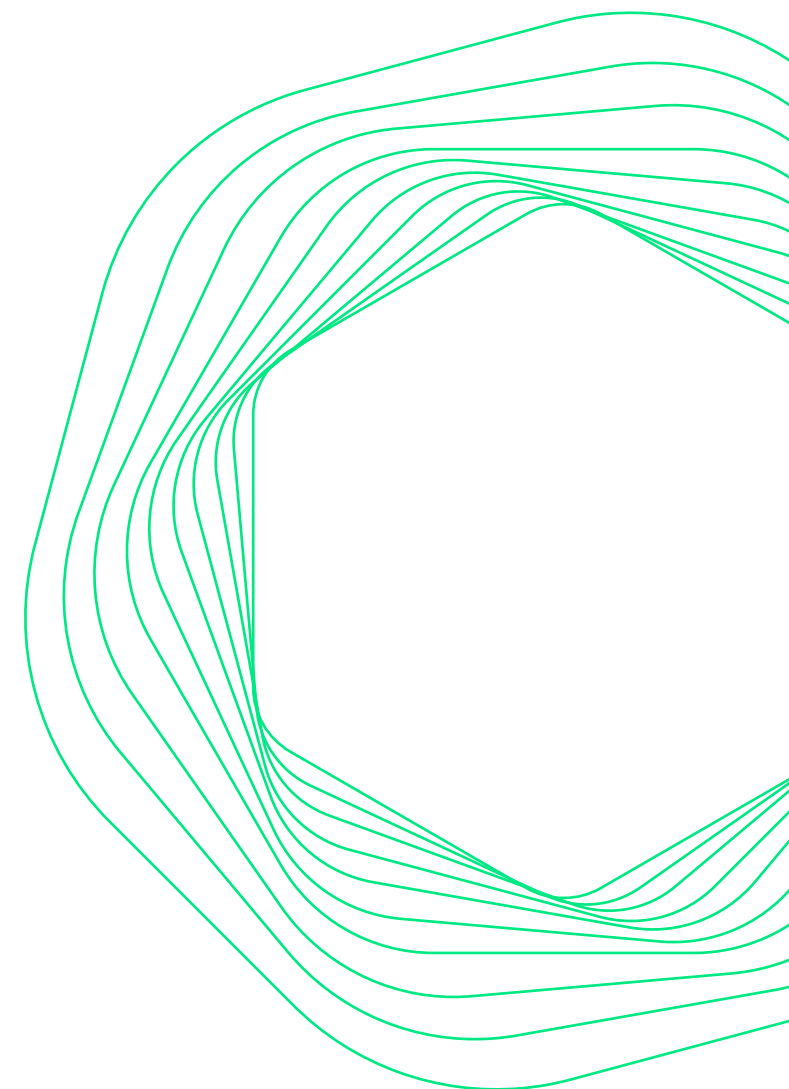
Nosso processo de *due diligence* e seleção de parceiros é orientado por políticas de Suprimentos que estabelecem diretrizes pautadas na ética, na transparência e na melhor relação custo-benefício. Em 2025, a avaliação de fornecedores foi realizada com o apoio de uma plataforma digital, gerenciada por empresa especializada em auditoria reputacional e verificação de conformidade, e aplicada de forma direcionada a parte dos fornecedores considerados no processo de contratação. Ao longo do período, foram realizadas 163 análises na plataforma, as quais resultaram na homologação de 60 fornecedores, correspondendo a aproximadamente 36,8% das análises realizadas. Esse percentual não representa um índice de não conformidade, uma vez que, em função do estágio de desenvolvimento do Projeto Piauí Níquel, diversas avaliações foram conduzidas como parte de pesquisas de mercado, prospecção e qualificação de potenciais fornecedores, sem que houvesse necessariamente contratação.

Estabelecemos no período a Política de Gestão de Fornecedores e, para 2026, está prevista a implantação de uma nova plataforma digital de suporte à essa gestão. Com essas iniciativas, temos o objetivo de ampliar o escopo das análises, fortalecer a rastreabilidade das informações, padronizar os critérios de avaliação e expandir gradualmente o processo para uma parcela mais ampla dos fornecedores.

A homologação de fornecedores e prestadores de serviços vai além da análise técnica e operacional, incorporando critérios de conformidade financeira, socioambiental, legal e reputacional. A avaliação considera aspectos relacionados ao respeito aos direitos humanos, ao cumprimento da legislação trabalhista, à prevenção de trabalho infantil, forçado ou análogo à escravidão, às condições adequadas de saúde e segurança ocupacional e à adoção de práticas de integridade.

Esse processo de análise preventiva de riscos realizado ao longo do ano não apontou ocorrências relevantes ou impactos negativos materiais associados aos fornecedores avaliados. Dessa forma, não foram registrados casos de encerramento contratual ou implementação de planos de ação corretivos materiais no período.

A homologação de fornecedores e prestadores de serviços incorpora critérios de conformidade financeira, socioambiental, legal e reputacional



Parcerias estratégicas GRI 2-28

Participamos de organizações e iniciativas estratégicas que apoiam o alinhamento das nossas práticas aos principais referenciais setoriais, regulatórios e de sustentabilidade. Essas parcerias contribuem para o acompanhamento de tendências, o intercâmbio técnico e institucional e o fortalecimento de boas práticas aplicáveis ao setor mineral e à cadeia de valor do níquel e do cobalto. Entre as principais, destacam-se:

- **IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração):** participamos de discussões regulatórias e institucionais do setor mineral no Brasil.
- **WIM Brasil (Women in Mining):** apoiamos a promoção da diversidade e equidade de gênero na mineração.
- **ADIMB (Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral):** fomentamos o intercâmbio técnico-científico e a inovação no setor.
- **Nickel Institute:** somos parte de uma plataforma global que reúne os principais produtores primários de níquel, dedicada a promover o abastecimento responsável de níquel e o desenvolvimento sustentável do setor. Em junho de 2025, a cofundadora e diretora de tecnologia da BRN, Anne Oxley, foi nomeada presidente do Conselho de Administração do Instituto, o que reflete a contribuição ativa da BRN para o diálogo no setor e para o avanço de práticas responsáveis em todo o setor global de níquel.
- **Cobalt Institute:** acompanhamos tendências globais e padrões de sustentabilidade aplicáveis ao cobalto.



Governança financeira e financiamento

Em 2025, fortalecemos nossa governança financeira por meio da consolidação de processos que integraram o avanço técnico do Projeto à estratégia de captação de recursos. Internamente, aprimoramos a gestão financeira com o reforço de sistemas e controles, assegurando maior aderência entre o planejamento e a execução orçamentária ao longo do ano.

Avançamos na estratégia de financiamento, conduzindo negociações para a captação de recursos por meio de dívida e *equity*. Nesse contexto, estreitamos o relacionamento com instituições financeiras no Brasil, na América do Norte e na Europa, ampliando as possibilidades de estruturação financeira do Projeto.

Como parte de nossa estratégia para mitigação de riscos e fortalecimento da atratividade do Projeto para investidores, firmamos Acordos de Entendimento (MoUs) correspondentes a, aproximadamente, 90% da produção prevista. Além disso, celebramos um Memorando de Entendimento com uma refinaria norte-americana, reforçando a credibilidade do Projeto para potenciais financiadores e agências internacionais de crédito. Também estabelecemos parcerias com empresas da Europa e da América do Norte, fortalecendo a estrutura comercial do Projeto e ampliando o acesso a fontes de financiamento.



Social

Gestão de pessoas

Desenvolvimento social e econômico



Gestão de pessoas

Avançamos de forma consistente no fortalecimento de uma cultura organizacional pautada na confiança, colaboração e valorização das pessoas, consolidando práticas, alinhadas aos nossos valores, que promovem um ambiente de trabalho mais engajado e ético.

Esse movimento foi reconhecido, em 2025, por meio de nova certificação Great Place to Work (GPTW), refletindo a evolução das nossas práticas de gestão de pessoas e os esforços direcionados à construção de uma experiência positiva para os colaboradores.

A certificação evidencia o equilíbrio entre excelência operacional, desenvolvimento humano e integridade, ao mesmo tempo que reforça nosso compromisso com a melhoria contínua e o aprimoramento constante das iniciativas voltadas às pessoas. O período também foi marcado pela ampliação de ações voltadas ao bem-estar, à qualidade de vida e ao cuidado com os colaboradores e seus dependentes, fortalecendo uma cultura que reconhece as pessoas como elemento essencial para a sustentabilidade e o crescimento do negócio.



Gestão organizacional, cultura e competências

O fortalecimento da cultura organizacional foi um dos focos do período, considerando a necessidade de maior alinhamento e integração entre as áreas à medida que seguimos para a fase de implementação do Projeto Piauí Níquel em escala comercial. Nesse contexto, avançamos na consolidação de práticas voltadas à comunicação interna e ao engajamento dos colaboradores.

O Encontro Markado, iniciativa que reúne periodicamente colaboradores e presidente da Empresa para compartilhamento de atualizações sobre o Projeto, foi uma das ações de comunicação implementadas, ampliando a transparência e o diálogo interno. A edição realizada em abril no escritório de Belo Horizonte teve transmissão direta para as equipes de Capitão Gervásio Oliveira e Toronto, contribuindo para fortalecer o alinhamento e a transparência entre as unidades. Após o evento, 93% dos participantes relataram satisfação com as informações recebidas e 100% consideraram a iniciativa muito importante.

Nossos valores e nossa cultura foram ainda mais reforçados com a criação do programa Conexão Valores, que reconhece e premia os colaboradores que melhor representam, no dia a dia, os alinhamentos aos valores organizacionais. Esse processo foi complementado pela escuta ativa, por meio da pesquisa de clima (GPTW), cujos resultados orientaram ações de melhorias voltadas à experiência, ao engajamento e ao bem-estar dos colaboradores.



Gestão de Performance e Competências

A Gestão de Performance foi implementada em 2025, baseada em um modelo estruturado que equilibra a avaliação de resultados e comportamentos organizacionais (“O quê” e “Como”, respectivamente), gerando assim o Nine Box. A ferramenta de gestão de talentos realiza o cruzamento dos dados e identificação dos colaboradores, que são classificados, num primeiro momento, em nove quadrantes, para promover o alinhamento entre desempenho individual e nossos objetivos estratégicos.

A avaliação é orientada por competências organizacionais, sendo quatro delas avaliadas para todos os colaboradores: Trabalho em Colaboração, Orientação para Resultados, Responsabilidade e Comunicação Clara e Transparente. Além dessas, outras duas são avaliadas para grupos específicos: Liderança (para todos os colaboradores em posições de liderança), e Conhecimento Técnico (colaboradores de níveis técnicos e operacionais).

O modelo também é composto por Comitês de Talentos, responsáveis por garantir a imparcialidade e a consistência nas avaliações realizadas, apoiando na identificação do Box adequado para cada colaborador, bem como o mapeamento de posições críticas e identificação de sucessores.

Os resultados do Ciclo de Performance são desdobrados em Planos de Desenvolvimento Individuais (PDIs), orientando ações estruturadas para o desenvolvimento técnico e comportamental dos colaboradores.

Após a identificação dos cursos recomendados nos PDIs, são considerados elegíveis os colaboradores posicionados nos Boxes 6, 8 e 9. Para esse público, oferecemos apoio financeiro para a realização de cursos externos voltados ao desenvolvimento técnico e comportamental, especialmente em temas não contemplados pela nossa Universidade Corporativa.

Gestão de práticas trabalhistas GRI 2-30, 3-3 Práticas trabalhistas, 402-1

Tratamos as práticas trabalhistas como um componente essencial da nossa gestão, especialmente no contexto de preparação para a implantação do Projeto Piauí Níquel em escala comercial. Nossa abordagem considera a identificação, prevenção e mitigação de impactos reais e potenciais sobre colaboradores próprios, trabalhadores terceiros e demais pessoas envolvidas em nossa cadeia de valor, incluindo aspectos relacionados a direitos humanos, condições de trabalho, saúde e segurança, diversidade e inclusão.

No âmbito dos impactos positivos, priorizamos a geração de empregos diretos e indiretos com foco na mão de obra local, bem como o desenvolvimento de competências técnicas e profissionais. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da empregabilidade regional e são apoiadas por ações de capacitação, pela escuta ativa dos colaboradores e por uma cultura organizacional orientada pela confiança, segurança, diversidade e respeito.

A gestão de riscos e impactos negativos é conduzida de forma preventiva, considerando temas como desigualdade de oportunidades, condições inadequadas de trabalho, riscos de saúde e segurança ocupacional e potenciais violações de direitos trabalhistas na cadeia de suprimentos. Para orientar essa atuação, adotamos políticas, procedimentos e instrumentos de gestão, incluindo a Política de Direitos Humanos, a Política de Relações Trabalhistas, o Código de Ética e Conduta e a Política de Gestão de Fornecedores.

Nossa atuação também incorpora processos de *due diligence* em direitos humanos, voltados à identificação, avaliação e tratamento de riscos e impactos potenciais relacionados às atividades próprias e à cadeia de fornecedores. A supervisão desses temas é realizada pelas áreas responsáveis por Pessoas, Saúde e Segurança e Sustentabilidade, com reporte periódico à liderança executiva para acompanhamento dos riscos, desempenho e definição de ações de melhoria.

As medidas de controle incluem o monitoramento do cumprimento da legislação trabalhista, a gestão de jornadas e condições de trabalho, a promoção de ambientes seguros, a disponibilização de canais de diálogo e denúncia, e o fortalecimento de mecanismos de avaliação e monitoramento de fornecedores. Quando são identificadas não conformidades ou conflitos, acionamos os canais e procedimentos aplicáveis para apuração, diálogo e definição de medidas corretivas.

A eficácia dessas ações é acompanhada por meio de monitoramentos internos, verificações de conformidade e indicadores de gestão, como taxa de rotatividade, frequência de acidentes, participação de mão de obra local, adesão a treinamentos e resultados de pesquisas de clima organizacional. Esses acompanhamentos são realizados de forma contínua, com consolidações periódicas para suporte à gestão e à definição de ações de melhoria. Os dados apoiam a identificação de oportunidades de melhoria e o fortalecimento contínuo das práticas de gestão de pessoas.

Ressaltamos que 94,17% dos colaboradores estão cobertos por acordos de negociação coletiva. Os profissionais não abrangidos por esses instrumentos correspondem aos colaboradores vinculados a unidades fora do país, aos quais não se aplicam acordos coletivos brasileiros. Para esses casos, as condições e os termos de trabalho são estabelecidos de acordo com a legislação trabalhista aplicável em cada país e com as nossas políticas internas.

Em relação a mudanças operacionais significativas com potencial impacto sobre as condições de trabalho, adotamos um prazo mínimo de quatro semanas para comunicação aos nossos colaboradores. As informações são compartilhadas por meio de canais internos de comunicação, quadros informativos, *e-mails* e reuniões presenciais. Em casos de efeitos diretos nas condições de trabalho, promovemos diálogos com representantes dos trabalhadores e sindicatos para assegurar a consulta prévia, alinhamento e mitigação de possíveis impactos negativos.

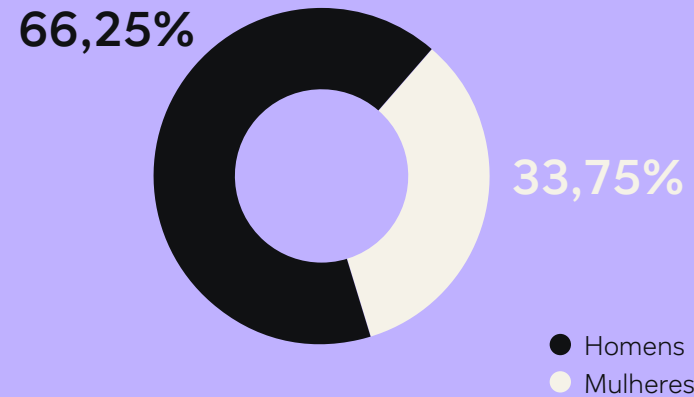
Nossa atuação em práticas trabalhistas incorpora processos de *due diligence* em direitos humanos

Inclusão e bem-estar GRI 2-7, 405-1

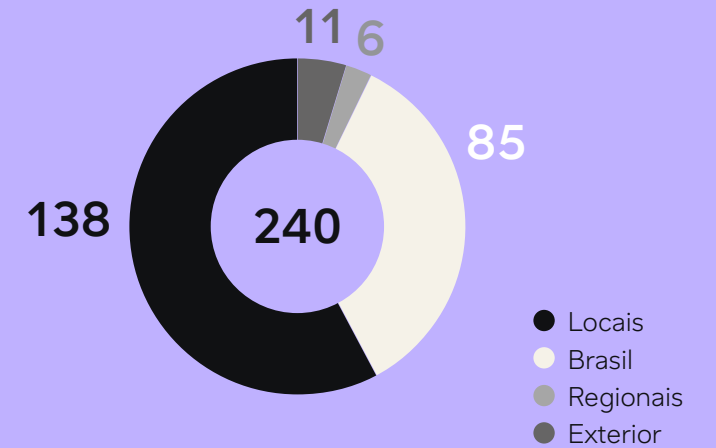
Promovemos o respeito, a não discriminação e a valorização das pessoas como parte de nossa cultura organizacional. Embora ainda não tenhamos ações afirmativas ou programas estruturados especificamente voltados à diversidade, buscamos incorporar esses princípios às práticas de gestão de pessoas, especialmente nos processos de recrutamento, desenvolvimento, avaliação de desempenho e relacionamento interno. Nosso foco está no fortalecimento da conscientização, da educação corporativa e da promoção de um ambiente de trabalho respeitoso, seguro e livre de discriminação.

Essa abordagem é complementada por iniciativas voltadas ao bem-estar, incluindo benefícios, ações de escuta interna e programas de apoio ao colaborador e a seus familiares.

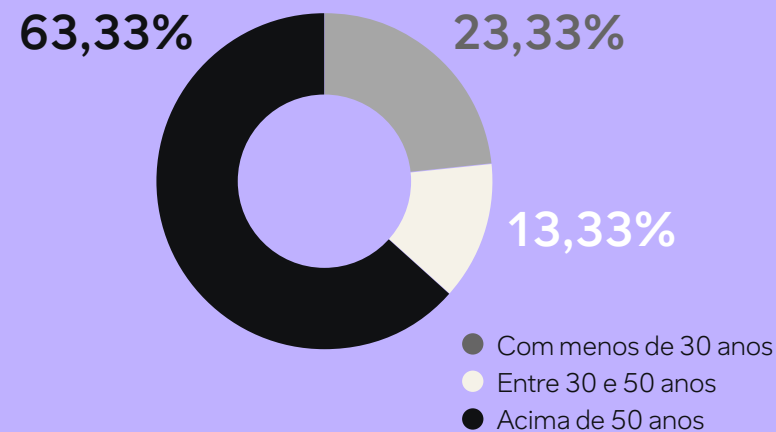
Gênero



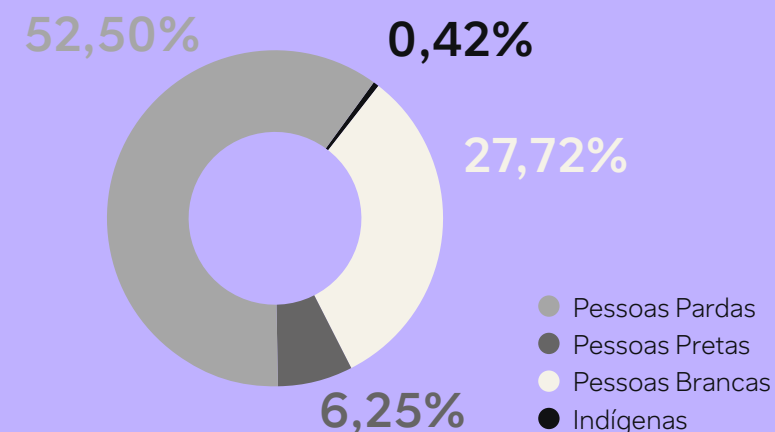
Região¹



Faixa etária



Raça



3,33%
Pessoas com
deficiência
(PcD)

¹ Locais: colaboradores de Capitão Gervásio Oliveira, Campo Alegre do Fidalgo, São João do Piauí e Dom Inocêncio, municípios da área de influência direta do Projeto. | Regionais: colaboradores de outros locais do Piauí | Brasil: colaboradores de outras regiões do país. | Exterior: colaboradores de outros países

Programa de apoio ao colaborador

O Programa Apoiar é uma iniciativa da área de Recursos Humanos voltada para o cuidado e o suporte aos colaboradores e suas famílias. Em 2025, ampliou seu escopo com o Ao Seu Lado, direcionado a auxiliar pessoas que enfrentam doenças graves, raras ou tratamentos de maior complexidade. A iniciativa oferece orientação e acolhimento por meio do compartilhamento de informações relevantes, contato com profissionais capacitados para atuação consultiva e suporte psicológico aos colaboradores e familiares atendidos.

Entre as modalidades principais do Programa está o Apoio à Maternidade, que oferece acompanhamento especializado às colaboradoras e esposas de colaboradores durante a gestação; apoio no nascimento do bebê e acompanhamento dos pais durante o primeiro ano de vida da criança. No retorno da licença-maternidade, as colaboradoras também contam com suporte psicológico, sendo acompanhadas por até 90 dias para se reajustar às atividades e expectativas de produtividade de acordo com esse novo momento.

Ainda há o Apoio ao Luto, que acolhe colaboradores que perderam um familiar, oferecendo suporte psicológico, orientações sobre procedimentos burocráticos, como o acionamento do seguro de vida, e o envio de condolências.



Políticas de remuneração e benefícios

GRI 2-19, 2-20, 401-2

Nossas políticas de remuneração são orientadas por critérios de transparência, equidade interna, competitividade de mercado e alinhamento às responsabilidades de cada cargo. As práticas de remuneração buscam assegurar tratamento equitativo e não discriminatório, considerando critérios objetivos relacionados às responsabilidades do cargo, desempenho e competências.

O processo de definição e revisão é supervisionado pelo Comitê de Remuneração e considera análises de mercado, avaliações de desempenho e, quando aplicável, o suporte de consultores externos independentes. As análises consideram referências setoriais e práticas compatíveis com o porte e o segmento de nossa atuação, e as políticas são revisadas periodicamente para acompanhar movimentações de mercado e diretrizes internas.

A remuneração da alta liderança é composta por parcela fixa e variável. A fixa é definida com base em referências de mercado, complexidade das responsabilidades e competências exigidas para cada função. Já a remuneração variável segue o Procedimento de Bônus de Desempenho e está condicionada ao atingimento de metas corporativas, operacionais e individuais, conforme os ciclos previstos na Política de Gestão de Desempenho. A remuneração variável dos executivos de alto escalão e dos membros do mais alto órgão de governança está atualmente vinculada aos objetivos financeiros, operacionais e estratégicos da empresa, que incluem elementos e prioridades relacionados à sustentabilidade.



À medida que continuamos a aprimorar nossa estratégia de sustentabilidade e estrutura de governança, revisamos periodicamente nossas práticas de remuneração para assegurar o alinhamento com a geração de valor de longo prazo, o crescimento responsável e as expectativas das partes interessadas.

Além da remuneração fixa e variável, oferecemos benefícios alinhados às práticas de mercado e às necessidades dos colaboradores, conforme elegibilidade e localidade de atuação, refletindo nosso compromisso com saúde, bem-estar, segurança e qualidade de vida.

No Brasil, os colaboradores estão vinculados ao regime previdenciário oficial, o INSS, enquanto os profissionais vinculados a unidades fora do país seguem os regimes previdenciários oficiais em suas respectivas jurisdições. Em casos de rescisão, adotamos os ritos e prazos de aviso prévio previstos na legislação aplicável e nas políticas internas, com valores definidos conforme as responsabilidades e os contratos individuais.

Benefícios

Oferecemos um pacote de benefícios aos colaboradores, conforme elegibilidade, localidade e políticas internas. Entre os principais benefícios oferecidos* estão plano de saúde extensivo a dependentes diretos, com cobertura nacional e coparticipação; seguro de vida, invalidez e acidentes; vale-alimentação e vale-refeição ou acesso ao refeitório da Empresa a custo simbólico; vale-transporte e outros auxílios para deslocamento; auxílio-moradia e acomodação para empregados que atuam fora de sua região de origem; e voucher de Natal.

Em 2025, ampliamos esse pacote com a inclusão de convênio com academias e revisamos a cobertura do seguro de vida, reforçando nosso compromisso com a promoção da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar dos colaboradores.

*Abrange todos os colaboradores no Brasil.

Capacitação GRI 404-1, 404-2

Investimos no desenvolvimento dos colaboradores como parte da preparação para a implantação e futura operação do Projeto Piauí Níquel. Em 2025, nossas iniciativas de capacitação tiveram como foco o fortalecimento de competências técnicas, comportamentais e de liderança, além da disseminação de temas corporativos prioritários, como Ética, Direitos Humanos e Saúde, Segurança e Meio Ambiente.

A UniBRN, nossa Universidade Corporativa, é um dos principais canais para a oferta e o acompanhamento de diversas capacitações internas. A plataforma reúne cursos organizados em quatro categorias, sendo elas: Introductórios, Comportamentais, Técnicos e Cultura e Corporativos – apoiando desde o processo de integração de novos colaboradores até o desenvolvimento contínuo de competências técnicas, comportamentais e institucionais. A partir dos relatórios gerados pela plataforma, é possível realizar o monitoramento da adesão aos treinamentos por meio de indicadores e metas de participação. Em 2025, a plataforma registrou um total de 6.948 horas de treinamento. No período reportado, não mantivemos programas formais de transição de carreira ou de preparação para aposentadoria, considerando o estágio de desenvolvimento do Projeto Piauí Níquel.

Além das capacitações internas, oferecemos aos colaboradores que se destacaram em suas avaliações de *performance* e identificados em seus PDIs um apoio financeiro para cursos realizados externamente direcionados a treinamentos técnicos e comportamentais.

Como reflexo dessa cultura de aprendizado, celebramos, ao fim de 2025, a conclusão de 100% do Plano Anual de Treinamento, gerado com base nos PDIs identificados, com destaque para a Jornada de Liderança, na qual trabalhamos questões de gestão e competências, reafirmando nosso compromisso com a excelência técnica e o desenvolvimento humano.

Média de horas de capacitação por ano, por empregado GRI 404-1

Média de horas de capacitação, por gênero¹ GRI 404-1

	2024	2025
Homens	33,60	27,66
Mulheres	21,30	20,66
Total	29,00	25,27

¹ Neste ciclo de reporte, a Brazilian Nickel ajustou a metodologia de divulgação deste indicador para melhor alinhamento aos requisitos da norma. A metodologia de consolidação foi revisada para considerar cada colaborador apenas uma única vez, utilizando o cargo ocupado no encerramento do período de reporte para fins de classificação. No Relatório de Sustentabilidade 2024, colaboradores que ocuparam mais de um cargo ao longo do ano foram contabilizados em cada um dos cargos exercidos, o que resultou em diferenças na distribuição das horas de treinamento por categoria funcional. Dessa forma, os dados comparativos de 2024 foram reprocessados de acordo com a metodologia adotada neste ciclo de reporte, a fim de assegurar a comparabilidade entre os períodos. Não foi possível, contudo, recompilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

A UniBRN, nossa Universidade Corporativa, é um dos principais canais para a oferta e o acompanhamento de diversas capacitações internas

Média de horas de capacitação, por categoria funcional¹ GRI 404-1

	2024	2025
C-level	13,67	7,00
Diretores	13,00	21,19
Gerência	10,20	40,83
Coordenação	16,90	25,59
Especialistas	23,50	21,79
Engenheiros	25,36	25,61
Supervisores	31,24	29,36
Analistas	19,69	22,91
Técnicos	85,44	31,50
Administrativo	27,57	18,94
Operacional	38,56	22,75
Total	30,95	25,27

¹ Neste ciclo de reporte, a Brazilian Nickel ajustou a metodologia de divulgação deste indicador para melhor alinhamento aos requisitos da norma. A metodologia de consolidação foi revisada para considerar cada colaborador apenas uma única vez, utilizando o cargo ocupado no encerramento do período de reporte para fins de classificação. No Relatório de Sustentabilidade 2024, colaboradores que ocuparam mais de um cargo ao longo do ano foram contabilizados em cada um dos cargos exercidos, o que resultou em diferenças na distribuição das horas de treinamento por categoria funcional. Dessa forma, os dados comparativos de 2024 foram reprocessados de acordo com a metodologia adotada neste ciclo de reporte, a fim de assegurar a comparabilidade entre os períodos. Não foi possível, contudo, recompilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4.

Saúde, segurança e qualidade de vida

GRI 3-3 Saúde, segurança e qualidade de vida, 403-1, 403-3, 403-9, 403-10

A segurança é um pilar essencial da nossa cultura e se destaca na forma como planejamos e executamos nossas atividades. Temos o compromisso de garantir ambientes de trabalho seguros e saudáveis para profissionais próprios e terceiros, assegurando que todos retornem aos seus lares ao fim de cada dia de trabalho.

Esse princípio é formalizado na nossa Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que estabelece um esforço conjunto para Zero Dano às pessoas, ao meio ambiente e às comunidades onde atuamos. Em 2025, alcançamos um importante marco de desempenho preventivo, mantendo zerado o indicador de acidentes com afastamento (LTIFR).

Para sustentar esse compromisso na prática, nossa gestão de saúde e segurança apresenta um sistema estruturado em conformidade com as Normas Regulamentadoras brasileiras, a legislação trabalhista aplicável e diretrizes reconhecidas de saúde e segurança ocupacional. Esse sistema abrange colaboradores e terceiros que atuam em áreas sob nossa gestão, considerando atividades rotineiras e não rotineiras, instalações operacionais e frentes de trabalho relacionadas ao Projeto Piauí Níquel. Em 2025, esse sistema encontrava-se em processo de estruturação e aprimoramento, compatível com o estágio de desenvolvimento do Projeto, não sendo certificado pela ISO 45001.

A identificação de perigos e a avaliação de riscos ocupacionais são conduzidas por meio de instrumentos como o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), o Laudo Técnico das

Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Esses instrumentos apoiam o reconhecimento, a avaliação e o controle de riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos, além dos associados a atividades críticas.

Há, ainda, a Análise Preliminar da Tarefa (APT) e a Permissão de Trabalho Especial (PTE) para serviços críticos, assinada pelo líder da equipe, e os Diálogos Diários de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (DDSMS) promovem o compartilhamento entre lideranças e equipes sobre orientações preventivas antes do início das atividades. Nenhum risco previamente identificado e classificado causou acidentes graves durante o período de relato.

Quando ocorrem incidentes, um processo de investigação inicia com ações como entrevistas, avaliações no local, elaboração de plano de ação, monitoramento das ações e divulgação das informações.

As medidas adotadas para eliminação de perigos e redução de riscos seguem a hierarquia de controle, priorizando medidas coletivas e estruturais, incluindo eliminação ou substituição de perigos, medidas de engenharia, isolamento de áreas e equipamentos, ventilação, manutenção preventiva, treinamentos, sinalização de segurança, procedimentos operacionais, incentivo à atuação da CIPA, adequação ergonômica do ambiente de trabalho e fornecimento de EPIs.



Saúde ocupacional

Com base nos dados de saúde ocupacional e no acompanhamento médico realizado no período, não foram registradas doenças ocupacionais em 2025. Esse resultado reflete o fortalecimento da cultura preventiva, a melhoria contínua dos controles operacionais e o acompanhamento sistemático das condições de trabalho.

Para estabelecer e manter o ambiente seguro, disponibilizamos serviços de saúde ocupacional, que incluem atendimento ambulatorial de primeiros socorros, resgate aeromédico, suporte psicológico remoto e acompanhamento por médico do trabalho e equipe de enfermagem. Esses atendimentos são realizados na planta industrial e, quando necessário, complementados por parcerias com unidades de saúde e consultorias especializadas, apoiando a prevenção, a assistência clínica e a conformidade com os requisitos legais aplicáveis.

A cultura preventiva é fortalecida pela participação dos trabalhadores e por ferramentas de reporte como o Programa Registros 360

Prevenção e gestão de riscos

GRI 403-2, 403-4, 403-7

A prevenção de incidentes é orientada pela identificação contínua de perigos, avaliação de riscos e definição de controles aplicáveis às atividades rotineiras e não rotineiras. Em complemento aos instrumentos de gestão ocupacional, mantemos procedimentos e requisitos específicos para atividades críticas (RAC), como trabalho em altura, espaços confinados, riscos elétricos, operação de máquinas, equipamentos e veículos, movimentação de cargas, dentre outros.

Durante a preparação para a fase de construção do Projeto em escala comercial, avançamos no mapeamento e na padronização de procedimentos para essas atividades críticas, reforçando a incorporação de requisitos de saúde e segurança nos processos de contratação, nas licitações e na gestão de terceiros.

A cultura preventiva é fortalecida por ferramentas de reporte e participação dos trabalhadores, como o Programa Registros 360, atualizado em 2025, que permite o registro de condições inseguras, desvios e oportunidades de melhoria. Também realizamos caminhadas de segurança, inspeções de campo e reuniões periódicas para acompanhamento de indicadores, planos de ação e medidas corretivas.

A participação dos colaboradores é promovida por meio da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes na Mineração (Cipamin), das reuniões mensais, das campanhas de segurança e dos DDSMS. Complementarmente, mantemos reuniões semanais de Safety Leadership, com participação das lideranças, para acompanhamento dos principais temas de saúde e segurança.



Também adotamos o Direito de Recusa como premissa fundamental da gestão de segurança, conferindo a todos os trabalhadores a autoridade para interromper atividades diante de condições inseguras, sem risco de retaliação. Todos os incidentes são reportados, analisados e investigados, e os aprendizados resultantes são incorporados aos planos de ação e à melhoria contínua do sistema de gestão.

Treinamento e capacitação em saúde e segurança **GRI 403-5**

A capacitação em Saúde e Segurança do Trabalho integra nossa estratégia de prevenção e reforça nosso compromisso com o Zero Dano, por meio de um processo sistemático e obrigatório de treinamento para colaboradores próprios e terceirizados que acessam áreas sob nossa gestão.

O ciclo de segurança começa na admissão, quando os novos colaboradores passam por uma capacitação obrigatória. Esse treinamento inicial aborda os riscos gerais das áreas operacionais, as medidas de controle adotadas, o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), os comportamentos esperados e os protocolos de resposta a emergências.

Para os profissionais que atuam em áreas ou atividades de maior risco, promovemos simulados práticos e capacitações técnicas alinhadas às Normas Regulamentadoras brasileiras, incluindo trabalho em altura (NR-35), riscos elétricos e segurança em instalações (NR-10 e NR-10 SEP), operação segura de máquinas, equipamentos e veículos (NR-11 e NR-12), segurança na mineração (NR-22), brigada de incêndio e combate a princípios de incêndio (NR-23), primeiros socorros, entre outras.

A cultura de segurança é reforçada no dia a dia por meio dos DDSMS e durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho na Mineração (Sipatmin), que ocorre anualmente e engaja as equipes em diversas atividades interativas voltadas à adoção de comportamentos seguros.



Promoção da saúde **GRI 403-6**

A saúde integral de nossos colaboradores é promovida por meio de programas que facilitam o acesso a serviços médicos e de bem-estar para além do contexto ocupacional. Ao longo do ano, intensificamos uma cultura preventiva com campanhas de vacinação e incentivo a hábitos saudáveis.

A divulgação dessas iniciativas é realizada por canais internos, como a intranet e os DDSMS. Para assegurar a confiança e a privacidade dos colaboradores, mantemos procedimentos para proteger o sigilo dos dados de saúde, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O tratamento dessas informações é restrito aos profissionais autorizados dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), e o Médico do Trabalho emite apenas o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) para fins de aptidão funcional, sem a divulgação de diagnósticos. Complementarmente, nossas diretrizes de *compliance* proíbem o uso de informações clínicas em decisões que possam resultar em favorecimento ou discriminação.

A capacitação em Saúde e Segurança do Trabalho apoia o compromisso de Zero Dano e conta com um **processo sistemático de treinamento para colaboradores próprios e terceirizados**

Desenvolvimento social e econômico

Relacionamento com comunidades

GRI 3-3 Relacionamento com comunidades locais e povos tradicionais, 3-3 Impactos econômicos, 413-1, 413-2, 14.10.4

A comunicação transparente e o relacionamento contínuo com as comunidades locais são fundamentais para a construção da confiança, para a gestão de riscos e impactos socioambientais e para a geração de valor compartilhado nas comunidades e regiões onde o Projeto Piauí Níquel está presente.

Como o PPN ainda se encontra em fase preparatória para implantação, os impactos de maior magnitude associados à construção e operação permanecem, em sua maioria, potenciais. Entre os impactos positivos esperados estão a dinamização econômica regional, a geração de empregos diretos e indiretos, com priorização da contratação local, e o incremento de receitas públicas, incluindo tributos municipais e estaduais.

Também monitoramos de forma preventiva potenciais impactos negativos associados à implantação do Projeto, como a pressão sobre serviços públicos, aumento da demanda por moradias, elevação de preços, riscos de ocupações irregulares, alterações no uso da terra, deslocamento físico ou econômico de famílias, incômodos operacionais, aumento do tráfego e riscos à saúde e segurança da comunidade.



Para prevenir, mitigar e gerenciar esses riscos, executamos ações previstas no Sistema de Gestão Ambiental e Social e no Plano de Engajamento de Stakeholders (PES), ampliando os canais de diálogo e fortalecendo o acompanhamento das interações, manifestações e compromissos assumidos.

Entre essas ações estão o planejamento da força de trabalho e iniciativas locais de desenvolvimento de competências para maximizar as oportunidades de emprego na região; o diálogo com as autoridades públicas para a preparação diante do aumento da demanda por serviços públicos; medidas de acomodação e gestão do fluxo de pessoas; programas de segurança viária e comunitária; processos de acesso à terra e reassentamento alinhados às normas internacionais; e mecanismos acessíveis de reclamação para identificar e resolver preocupações em estágios iniciais. Essas ações são apoiadas pelo envolvimento dos *stakeholders*, pelo monitoramento de impactos e por medidas corretivas, quando necessário.

A efetividade das iniciativas de relacionamento é acompanhada pelo registro das interações com *stakeholders*, das manifestações recebidas nos canais de comunicação externa, das reuniões comunitárias e do trabalho rotineiro realizado pela equipe de campo. Os aprendizados gerados por esses processos são incorporados às revisões do PES, permitindo ajustar abordagens, priorizar demandas e fortalecer a escuta ativa das comunidades.

Em 2025, iniciamos a execução do Programa de Monitoramento das Interferências e Apoio aos Serviços Públicos (PMIASP) para identificar *gaps* territoriais e orientar respostas futuras, enquanto avançamos no planejamento do Programa de Desenvolvimento Autossustentável das Comunidades Locais. Nesse processo, as comunidades são engajadas a refletir sobre sua realidade e projetar oportunidades e riscos, preparando-se para que, em 2026, suas iniciativas e necessidades possam ser estruturadas na forma de projetos de desenvolvimento social e econômico.

Fóruns de participação

Para assegurar que o diálogo ocorra de maneira contínua, estruturada e aderente à realidade de cada público, implementamos e consolidamos diferentes espaços de interlocução ao longo de 2025:



Comitês de Monitoramento do Projeto: estruturamos dez comitês para promover encontros entre nossa equipe, lideranças comunitárias e representantes do poder público nos municípios sob influência do PPN. Esses fóruns têm como objetivo compartilhar informações sobre a evolução do Projeto, esclarecer dúvidas, acompanhar preocupações e discutir potenciais impactos locais, antecipando riscos.



Roda de Conversa com Mulheres: a iniciativa foi criada para incorporar a perspectiva das mulheres aos processos de escuta e diálogo comunitário. No ano, foram realizadas oito edições, em um ambiente acolhedor e seguro, para que as participantes pudessem expressar dúvidas, compartilhar percepções e identificar demandas sociais específicas. A iniciativa é fundamental para obter um diagnóstico mais acurado das vulnerabilidades locais e, a partir disso, atuarmos na gestão do impacto e buscar melhorias possíveis na condição de vida dessas populações.



Programa de visitas às instalações: recebemos diferentes públicos de interesse na área operacional da planta-piloto, incluindo comunidades locais, representantes do poder público e instituições parceiras. A iniciativa contribui para ampliar o conhecimento sobre a tecnologia adotada, as práticas de gestão socioambiental e as características do futuro Projeto. Por meio dessa iniciativa, ambicionamos aproximar as comunidades de nossas atividades cotidianas, promovendo a integração entre a mineração e o território que a recebe.



Visita Porta a Porta: o programa de visitas domiciliares realizado pela equipe de campo nas comunidades foi mantido para compartilhar informações sobre o Projeto com linguagem adequada e adaptada ao público. Além disso, incluiu a distribuição de materiais informativos; ações de prevenção sobre a ocorrência de atividades que interferem no cotidiano das pessoas, antecipando riscos e minimizando impactos; convites para ações de engajamento e divulgação de temas de interesse da população local.



Café com a Comunidade: a iniciativa que promove um diálogo direto e acessível com as comunidades vizinhas ao Projeto também seguiu durante o ano. Os encontros buscam fornecer informações atualizadas sobre o andamento do PPN, esclarecer dúvidas da população e fortalecer um ambiente de confiança, proximidade e acolhimento entre a comunidade e a nossa equipe. Com conversas informais e participativas, visamos à manutenção e ao fortalecimento de nossa Licença Social.

A comunicação também foi reforçada por meio de mensagens via WhatsApp e publicações no jornal impresso Xique-Xique, ampliando o acesso das comunidades às informações sobre o Projeto.



Aquisição de terras e reassentamento

Avançamos na preparação do processo de aquisição de terras necessário para o desenvolvimento do PPN, com foco na estruturação de um processo participativo e transparente, alinhado às Normas de Desempenho da IFC e às boas práticas internacionais aplicáveis ao reassentamento e à restauração dos meios de subsistência.

A partir de outubro, iniciamos uma fase de engajamento estruturado com os proprietários de terras por meio de reuniões coletivas, entrevistas individuais e a criação de um Comitê de Reassentamento, composto por representantes dos proprietários e seus consultores jurídicos. Esse fórum foi concebido para promover o diálogo, esclarecer dúvidas, discutir premissas e validar os elementos-chave do Plano de Ação de Reassentamento.

Até dezembro, cinco reuniões coletivas haviam sido realizadas com o grupo de proprietários de terras associados à área da mina de níquel. Durante essas reuniões, apresentamos e validamos aspectos-chave para o futuro processo de aquisição de terras, incluindo a identificação dos impactos físicos e econômicos do deslocamento, a definição da data-limite, os critérios de elegibilidade e a estrutura de indenização. Também foram discutidos a metodologia para avaliar melhorias produtivas e

não produtivas, o valor de referência da terra, as minutas dos instrumentos jurídicos, o cronograma de pagamentos e o Plano de Negociação Individual.

Após a validação coletiva da estrutura de indenização, o processo foi preparado para avançar, em 2026, para a fase de negociação individual com os proprietários de terras. Essa fase visa formalizar acordos voluntários e mutuamente satisfatórios, garantindo que o futuro processo de aquisição de terras seja conduzido de maneira justa e documentada, em consonância com os compromissos sociais e ambientais da Empresa.

Um comitê foi concebido para promover o diálogo, esclarecer dúvidas, discutir premissas e validar os elementos-chave do Plano de Ação de Reassentamento

Engajamento de *stakeholders* GRI 2-29

Adotamos o engajamento permanente de nossos *stakeholders* como parte essencial na identificação e mitigação de impactos, na gestão de riscos e no fortalecimento de relações de confiança. Nossa interação é contínua e abrange comunidades locais, grupos potencialmente vulneráveis, colaboradores, investidores, poder público, fornecedores, sindicatos, organizações da sociedade civil e demais partes interessadas.

Para assegurar que esse diálogo seja efetivo e significativo, atuamos sob as diretrizes do Plano de Engajamento de Stakeholders, que orienta a utilização de canais diversificados de comunicação e o registro sistemático das interações e *feedbacks*. Esse processo permite incorporar as percepções, expectativas e preocupações dos *stakeholders* aos nossos processos de gestão e tomada de decisão, contribuindo para uma atuação alinhada ao contexto local.

Em 2025, foram registradas, no sistema de gestão de *stakeholders*, 77 ações estruturadas de relacionamento (reuniões, comitês, cafés com as comunidades, visitas porta a porta e à planta PNP1000), para além das incontáveis abordagens rotineiras que a equipe de campo realiza todos os dias, em sua jornada de engajamento.

Para assegurar que as partes interessadas disponham de um mecanismo formal, transparente e responsável para registrar manifestações e fornecer *feedback* além das atividades rotineiras de engajamento, mantemos o canal Fale Conosco. O canal foi desenvolvido para receber, registrar, acompanhar e tratar formalmente dúvidas, solicitações, reclamações e demais manifestações que as comunidades e *stakeholders* queiram registrar, inclusive anonimamente.

Desenvolvimento regional e investimentos

O PPN está inserido num território essencialmente rural e vulnerável, marcado por desafios estruturais relacionados ao acesso a serviços básicos, qualificação profissional, diversificação econômica e geração de renda.

Diante desse contexto, atuamos em 2025 para aprofundar o entendimento sobre o território, principalmente por meio da consolidação e do fortalecimento das ações de relacionamento e da ampla divulgação dos canais de comunicação externa. Essas atividades nos permitiram compreender melhor as prioridades, as expectativas e as oportunidades regionais.

Nossa ambição é criar valor compartilhado e contribuir para um legado positivo nas comunidades onde atuamos. Para alcançar esse objetivo, é necessário esse entendimento do contexto local e um envolvimento colaborativo com os *stakeholders* para orientar nossa abordagem e concretizar iniciativas que apoiem o desenvolvimento regional sustentável e o progresso social de longo prazo.

Gestão de impactos socioeconômicos e serviços públicos **GRI 203-1**

Os resultados preliminares oriundos da execução do Programa de Monitoramento das Interferências e Apoio aos Serviços Públicos (PMIASP) sinalizaram para uma necessidade de atuação sobre dois assuntos críticos à viabilidade da fase de construção do PPN: prevenção e combate à violência sexual adulta e infantil; e o aumento da capacidade operacional das administrações públicas.

Para endereçar esses *gaps*, contratamos uma consultoria especializada que desenhou planos de ação para aprofundar a atuação sobre esses tópicos em 2026, visando preparar o território para os impactos iniciais da construção do Projeto.

Não foram realizados investimentos em infraestrutura de bens e serviços públicos nos municípios sob influência do PPN. Como forma de apoio às comunidades locais, disponibilizamos horas de trabalho de colaboradores e de maquinário para atender demandas pontuais, totalizando aproximadamente 20 horas de máquina ao longo do período reportado.

O PMIASP **priorizará a criação de uma base de dados e o desenvolvimento de diretrizes para investimentos no território**



O PMIASP priorizará as seguintes ações: a criação de uma base de dados qualitativos e quantitativos e o desenvolvimento de diretrizes para investimentos estruturais no território. Esses aportes serão fundamentados na evolução dos indicadores e nos impactos do PPN, apurados por monitoramento contínuo. Em 2025, iniciamos o processo de coleta e sistematização dos dados, prevendo para 2026 uma visão mais estruturada para esse eixo de atuação.

Complementarmente, nosso Plano de Gerenciamento de Influxo e nosso Plano de Acomodação dos Trabalhadores estabelecem medidas para prevenir, mitigar e gerenciar os potenciais impactos negativos associados à migração de mão de obra, contribuindo para a gestão das pressões sobre serviços públicos, moradia, dinâmica econômica e relações comunitárias e culturais locais.

Qualificação profissional e mão de obra local

A geração de empregos formais é uma das principais expectativas das comunidades do entorno do Projeto. Para ampliar as oportunidades de participação dessa população nas futuras obras, estruturamos o programa de qualificação profissional Mina do Saber, em parceria com uma instituição de educação profissional e prefeituras municipais.

A iniciativa, a ser implementada em 2026, prevê a oferta de cursos gratuitos em áreas relacionadas às demandas da fase de construção, como alvenaria, carpintaria, pintura, elétrica e mecânica. Além da qualificação, buscaremos apoiar a conexão entre os profissionais capacitados e as empresas contratadas para o PPN, incentivando a priorização da mão de obra local sempre que houver aderência aos requisitos técnicos, legais e de segurança aplicáveis.

Desenvolvimento local e diversificação econômica

Em 2025, avançamos na normatização de nossa atuação social, por meio da publicação da Política de Investimento Social Privado, Patrocínio e Doações, que estabelece as diretrizes para o futuro Plano de Investimento Social Privado a ser desenvolvido em 2026. A política orienta iniciativas voltadas ao fortalecimento da autonomia produtiva e ao estímulo ao empreendedorismo local.

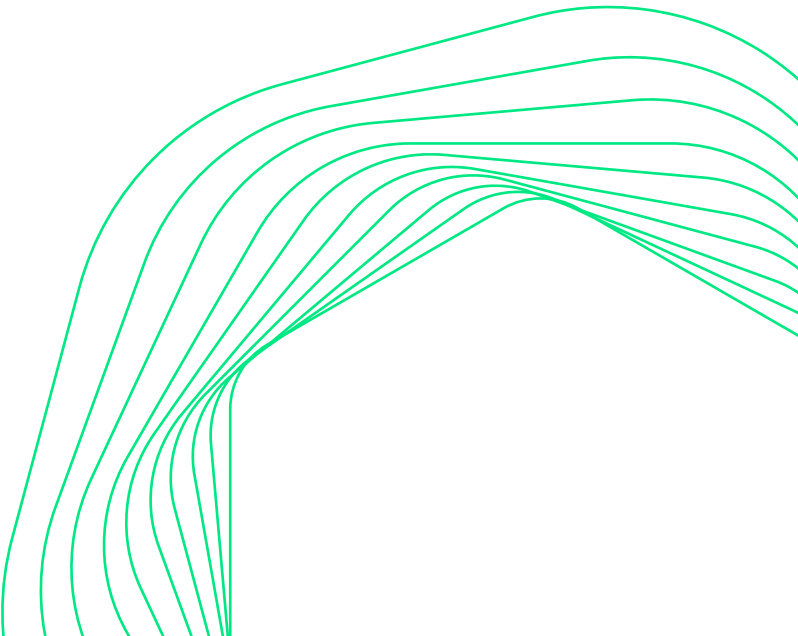
Com foco no legado de longo prazo, iniciamos o planejamento dos diagnósticos de vocação socioeconômica, no escopo do Programa de Desenvolvimento Autossustentável das Comunidades Locais (PDACL), a partir dos quais serão avaliadas oportunidades para projetos-piloto em áreas rurais e urbanas, com o objetivo de apoiar negócios independentes e reduzir a dependência econômica exclusiva da atividade mineral, visando à diversificação econômica regional desde as fases iniciais do Projeto.



Contribuição fiscal

A BRN contribuiu para a economia regional por meio do pagamento de tributos. Em 2025, R\$ 16,4 milhões foram pagos em impostos nas esferas federal, estadual e municipal.

Tipo de imposto	Total pago (R\$)		
	2023	2024	2025
Federal	5,7 milhões	9,4 milhões	13,7 milhões
Estadual	1,6 milhão	1,7 milhão	1,9 milhão
Municipal	814,8 mil	1 milhão	711,3 mil
Total	8,2 milhões	12,2 milhões	16,4 milhões



Educação ambiental

A educação ambiental é uma ferramenta essencial para ampliar o acesso à informação, fortalecer a participação social e incentivar práticas sustentáveis no território. Por meio do Programa de Educação Ambiental (PEA), desenvolvemos ações voltadas ao público externo, abrangendo estudantes da rede pública, agricultores familiares, lideranças comunitárias, agentes públicos e demais moradores da área de influência direta do Projeto.

A abordagem do programa busca alinhar as ações educativas aos conhecimentos, às referências e aos desafios vivenciados pela população local. Para isso, as atividades são precedidas por Diagnósticos Socioambientais Participativos, que contribuem para mapear os interesses, expectativas e temas prioritários identificados pelas próprias escolas e comunidades.

As ações incluem palestras, campanhas de prevenção e conscientização, oficinas e vivências práticas, com linguagem e recursos pedagógicos adaptados à realidade de cada público. Os conteúdos abordam temas ambientais relevantes para o território e, sempre que possível, são integrados a outras iniciativas de relacionamento, como o Café com a Comunidade e o Cinema com a Comunidade, e a datas comemorativas, como a Semana do Meio Ambiente.

Através dessas iniciativas, buscamos ampliar o acesso à informação, fortalecer a participação social e incentivar a disseminação de boas práticas ambientais, apoiando estudantes, moradores e lideranças comunitárias para que atuem como agentes multiplicadores no território.

As ações ambientais desenvolvidas em 2025 alcançaram um expressivo número de participantes de diferentes comunidades, setores internos e localidades da região, promovendo integração social e fortalecimento das práticas de educação ambiental.

O Programa de Educação Ambiental busca alinhar as ações educativas aos conhecimentos, às referências e aos desafios vivenciados pela população local

Resumo das Ações de Educação Ambiental - 2025

 **30 ações** **1.032 participantes** **8 localidades**
engajadas público atendido
interno e externo

Principais ações:

Palestras, rodas de conversa, campanhas, atividades comunitárias e diálogos de segurança

Meio ambiente

Mineração sustentável

Gestão de água

Gestão e tratamento de efluentes

Rejeitos

Resíduos sólidos

Emissões atmosféricas

Emissões de Gases de Efeito Estufa
(GEE) e mudanças climáticas

Gestão da fauna e flora



Mineração sustentável



Nossa atuação é orientada pelo compromisso com a mineração sustentável, com foco na proteção das pessoas, na gestão responsável dos recursos naturais e na redução de impactos sobre os ecossistemas locais. A Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente orienta a condução das atividades e a gestão dos aspectos ambientais relacionados ao Projeto Piauí Níquel. Por meio do PPN, buscamos contribuir com a cadeia global de minerais críticos que atendem a variadas demandas de desenvolvimento industrial, tecnológico e econômico. Para isso, adotamos uma tecnologia baseada na lixiviação em pilhas, que apresenta características ambientais relevantes: menor intensidade energética, recirculação de água no processo e ausência de barragens convencionais de rejeitos líquidos.

A experiência da planta-piloto demonstrou a viabilidade técnica dessa tecnologia e reforçou o potencial de produção responsável de níquel e cobalto. A obtenção e manutenção em 2025 do selo internacional Nickel Mark, concedido à PNP1000, refletem o alinhamento das práticas de gestão da BRN a critérios reconhecidos de produção responsável de níquel, incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança.

Ao longo do ano, seguimos avançando no aprimoramento de estudos, controles e programas ambientais relacionados ao desenvolvimento do PPN, incluindo gestão hídrica, monitoramento ambiental, gestão de resíduos e avaliação de riscos climáticos e socioambientais.



Gestão de água

GRI 3-3 Água, 303-1

A gestão de água é um tema material para o Projeto Piauí Níquel, considerando sua localização no semiárido piauiense, região caracterizada por irregularidade de chuvas, altos índices de evaporação e reconhecido estresse hídrico. Inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, o Projeto demanda uma abordagem preventiva e criteriosa para o uso da água, em alinhamento aos requisitos regulatórios, às outorgas aplicáveis, às políticas públicas locais e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 6.

Nossa gestão hídrica considera os potenciais impactos sobre a disponibilidade e a qualidade dos recursos hídricos, bem como possíveis percepções e preocupações das comunidades locais relacionadas ao uso da água.

Entre os riscos monitorados estão a ineficiência no consumo, possíveis conflitos com comunidades locais associados à percepção de uso intensivo, alterações na disponibilidade hídrica da sub-bacia do rio Piauí, riscos à qualidade da água superficial e aspectos reputacionais relacionados à gestão do recurso.

Considerando o estágio atual, sem operação produtiva em larga escala e com captação e uso reduzidos, não foram registrados impactos hídricos negativos significativos associados às atividades sob nossa gestão no período reportado. Ainda assim,

mantivemos controles de acompanhamento da captação e do consumo, com monitoramento dos volumes utilizados e verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nas outorgas de uso de recursos hídricos.

A água utilizada no período foi obtida a partir de fontes subterâneas, da reutilização de águas pluviais recolhidas em estruturas próprias e da aquisição de águas de terceiros. Temos três piscinas de captação de água de chuva, que permitem o armazenamento e a posterior reutilização durante o período de estiagem, principalmente nas atividades de umectação de vias para controle de poeira. As águas de terceiros incluem água mineralizada para consumo humano e como apoio para umectação de vias, quando necessário.

Ao longo do ano, a água foi destinada principalmente a usos potáveis, sanitários, laboratoriais e ao controle de poeira por meio da umectação de vias. O monitoramento é realizado por diferentes métodos, conforme a fonte de abastecimento, incluindo leituras de hidrômetros, registros operacionais de caminhão-pipa e notas fiscais de aquisição de água de terceiros.



+ Confira as tabelas GRI 303-3 e 303-4 nos Anexos

Consumo de água^{1,2} (ML)

GRI 303-5

	2023		2024		2025	
	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico
Consumo total de água	81,24	81,24	24,09	24,09	23,64	23,64

¹ O consumo de água é monitorado de acordo com a fonte: poços artesianos, com base nas leituras diárias dos hidrômetros; umectação de vias, com base nos registros operacionais dos caminhões-pipa; e água adquirida de terceiros, com base nas faturas. Os dados são compilados periodicamente em planilhas para calcular o consumo total por fonte. O cumprimento dos limites das outorgas é considerado um pré-requisito. Durante o período, foram extraídos 9,04 milhões de litros de água subterrânea, 14,46 milhões de litros foram utilizados para umectação de vias, provenientes de águas superficiais e de fontes de terceiros, e 0,14 milhão de litros foram adquiridos de terceiros para consumo humano.

² Os riscos relacionados à água foram avaliados utilizando a ferramenta Aqueduct Water Risk Atlas, produzida pelo World Resources Institute (WRI).

Gestão e tratamento de efluentes

3-3 Efluentes

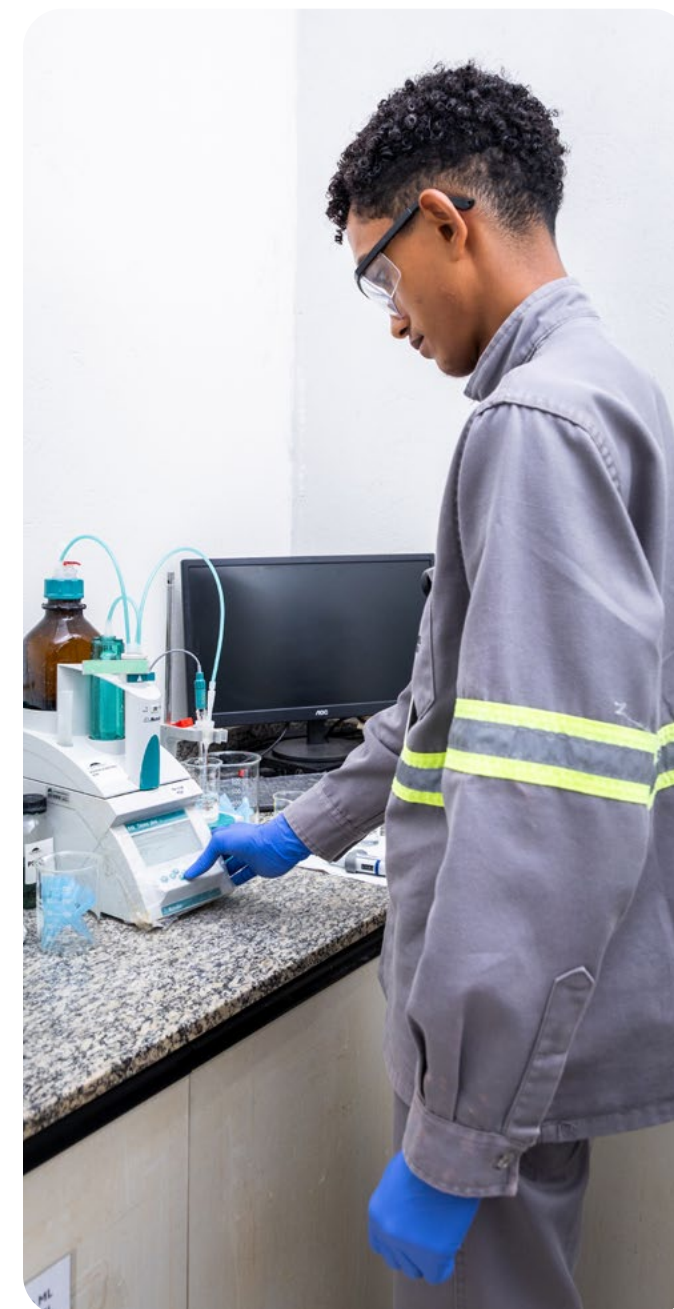
A gestão de efluentes é parte relevante de nosso gerenciamento ambiental e é conduzida por meio do Programa de Gestão de Efluentes, que estabelece práticas, responsabilidades e procedimentos para o controle, monitoramento, tratamento e destinação adequada dos efluentes gerados em nossas atividades.

O programa busca assegurar que os efluentes sejam monitorados em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, incluindo os padrões estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 430/2011, quando pertinente. Em 2025, considerando a ausência de operação produtiva, a geração de efluentes esteve essencialmente associada a efluentes sanitários, que foram coletados e destinados a empresas especializadas, licenciadas e autorizadas para tratamento e disposição adequada.

A efetividade da gestão é acompanhada por meio de inspeções periódicas, controle de destinação, verificação de parâmetros legais aplicáveis e análises laboratoriais, quando requeridas. Essas medidas buscam prevenir e mitigar impactos negativos potenciais, como riscos de contaminação de recursos hídricos, não conformidades regulatórias, impactos reputacionais e alterações na qualidade das águas superficiais e de habitats aquáticos.

Quando são identificados desvios ou não conformidades, conduzimos a apuração das causas e adotamos medidas corretivas nos processos, controles ou sistemas de tratamento aplicáveis.

O Programa de Gestão de Efluentes busca assegurar que os efluentes sejam monitorados em conformidade com os requisitos legais aplicáveis



Rejeitos GRI 3-3 Rejeitos

A gestão de rejeitos do Projeto Piauí Níquel está diretamente associada à tecnologia de lixiviação em pilhas, que difere de métodos convencionais de processamento mineral por não gerar rejeitos líquidos a serem dispostos em barragens tradicionais. Após o processo de lixiviação e as etapas subsequentes de separação e filtragem, os materiais remanescentes são manejados em estado sólido, na forma de minério lixiviado e tortas de filtro.

Essa característica reduz determinados riscos associados à disposição de rejeitos líquidos e orienta a definição dos controles de engenharia, monitoramento e estabilidade aplicáveis às estruturas de disposição. A gestão desses materiais é conduzida em alinhamento à Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, aos requisitos legais aplicáveis e aos nossos compromissos socioambientais.

Em 2025, mantivemos verificações em campo e controles de monitoramento da estrutura geotécnica da PNP1000



Estrutura de disposição de rejeitos e controles associados GRI 14.6.2, 14.6.3

Os rejeitos gerados durante a operação da PNP1000 foram destinados a uma estrutura dedicada à disposição de rejeitos localizada ao lado da unidade operacional, onde a disposição foi realizada entre 2022 e 2024, por meio de método de corte e preenchimento, com camadas controladas e medidas de manejo de umidade e águas pluviais. Atualmente, a estrutura encontra-se inativa, sem recebimento de novos rejeitos, e permanece em etapa de monitoramento e controle.

As medidas de controle incluem monitoramento geotécnico periódico, inspeções visuais em campo, controle de águas pluviais e limpeza da vegetação nos taludes. A área de disposição

também é encapsulada por geomembrana, contribuindo para o controle ambiental da instalação.

Em 2024, as condições técnicas e de segurança da área de disposição da PNP1000 foram avaliadas por consultoria externa. Em 2025, mantivemos verificações em campo e controles de monitoramento da estrutura geotécnica. Os aprendizados desse processo foram incorporados ao manual de gestão e controle da estrutura, em conjunto com as áreas de Topografia e Operações de Mina, fortalecendo a gestão de rejeitos e a preparação dos controles aplicáveis ao Projeto em escala comercial.

Resíduos sólidos

GRI 3-3 Resíduos, 306-1, 306-2

Conduzimos a gestão de resíduos sólidos por meio do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), que estabelece diretrizes para classificação, segregação, armazenamento temporário, transporte e destinação final adequada dos materiais gerados em nossas atividades. Esses procedimentos também se aplicam aos resíduos gerados por empresas contratadas que atuam em áreas sob nossa gestão.

Realizamos a segregação na fonte e o armazenamento temporário em uma Central de Materiais Descartáveis (CMD), localizada na planta-piloto e preparada para o acondicionamento de materiais recicláveis, perigosos e inertes. O transporte e a destinação dos resíduos são realizados por empresas licenciadas, conforme a classificação e os requisitos legais aplicáveis.

A rastreabilidade do processo é mantida por meio de controles internos, pesagens e documentos ambientais, como o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e o Certificado de Destinação Final (CDF). A efetividade das medidas é acompanhada por registros operacionais, indicadores de desempenho (KPIs), e ações contínuas de conscientização das equipes, incluindo treinamentos e Diálogos Diários de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Os impactos potenciais negativos associados à gestão de resíduos incluem falhas na gestão, armazenamento, transporte ou destinação de resíduos. Elas poderiam resultar em contaminação ambiental, deterioração da qualidade do solo, das águas subterrâneas e superficiais, alteração da qualidade de habitats aquáticos, aumento da pressão sobre áreas de disposição final, riscos à saúde humana no manejo de resíduos potencialmente perigosos e impactos reputacionais ou regulatórios.

Para prevenir e mitigar esses impactos potenciais, adotamos controles operacionais alinhados à Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente e ao PGRS, incluindo segregação adequada, armazenamento em local apropriado, transporte por empresas autorizadas e destinação ambientalmente correta. Quando são identificados desvios ou não conformidades, realizamos a apuração das causas, implementamos ações corretivas, revisamos procedimentos operacionais e reforçamos treinamentos para colaboradores e contratados.



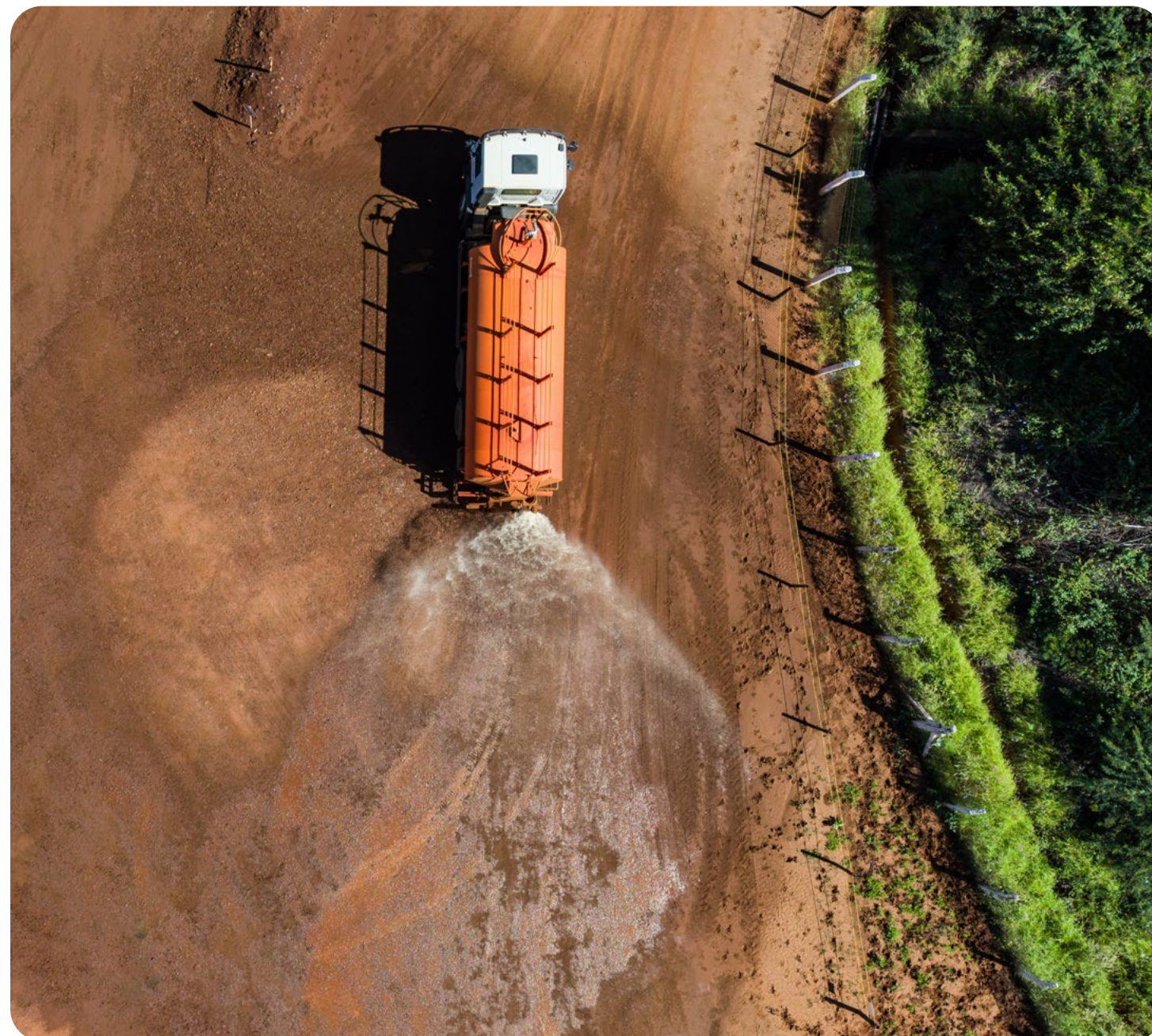
Confira as tabelas GRI 306-3, 306-4 e 306-5 nos Anexos



Emissões atmosféricas

A principal emissão atmosférica do Projeto está relacionada à geração de material particulado, especialmente poeira decorrente da movimentação de terra, da supressão vegetal e do tráfego de veículos em vias não pavimentadas. Para mitigar potenciais impactos nas comunidades do entorno e apoiar o atendimento aos limites legais aplicáveis, adotamos medidas de controle operacional e monitoramento.

Uma das principais medidas consiste na umectação regular das vias de acesso e frentes de trabalho. Essa ação é complementada pela definição de limites de velocidade, implantação de dispositivos de controle de tráfego em vias não pavimentadas, como lombadas, e realização de testes de opacidade para monitoramento de fumaça preta na frota de veículos. Também mantemos canais de comunicação com as comunidades para recebimento, registro e tratamento de manifestações relacionadas a emissões atmosféricas.



Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e mudanças climáticas

GRI 102-2, 102-5, 102-6, 201-2, 3-3 Adaptação às mudanças climáticas

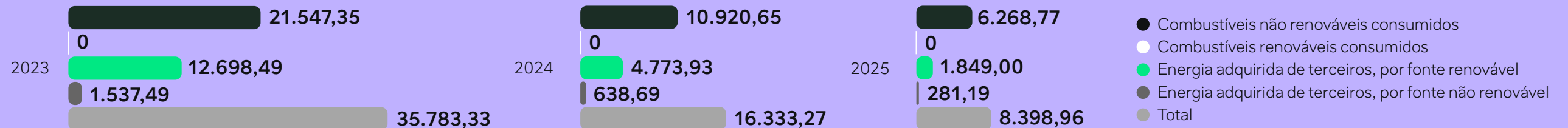
A gestão de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e dos riscos associados às mudanças climáticas integra nossa estratégia de sustentabilidade e o desenvolvimento do Projeto Piauí Níquel. Os principais impactos potenciais associados ao tema estão relacionados às emissões decorrentes do consumo de combustíveis, uso de energia e das futuras atividades industriais vinculadas ao Projeto. Em 2025, considerando a ausência de operação comercial, as emissões refletiram principalmente as atividades preparatórias e de suporte ao desenvolvimento do PPN.

Nesse contexto, buscamos integrar critérios de eficiência energética, redução de emissões e resiliência climática ao desenvolvimento do Projeto Piauí Níquel, em linha com os aprendizados da Avaliação de Riscos de Mudanças Climáticas (Climate Change Risk Assessment - CCRA). O processo de lixiviação em pilhas já contribui para uma menor intensidade energética em comparação com outras rotas de mineração e processamento de níquel.

Na futura fase de operação comercial, está prevista ainda a cogeração de energia por meio do aproveitamento do vapor superaquecido produzido na planta de ácido sulfúrico. Essa solução permitirá aproveitar a energia térmica gerada pelo próprio processo industrial, reduzindo significativamente a dependência de eletricidade adquirida da rede elétrica.

A capacidade de se antecipar, responder e se adequar aos cenários adversos impostos pelo clima é um fator crítico não apenas para a proteção ambiental, mas para a viabilidade e a segurança contínua de nossas operações. A Avaliação de Riscos de Mudanças Climáticas, realizada em 2024, identificou riscos físicos e de transição relevantes para o Projeto, incluindo aumento de temperatura, eventos extremos, estresse hídrico e potenciais mudanças regulatórias relacionadas às emissões de GEE. Esses fatores podem impactar a infraestrutura, a disponibilidade hídrica, a cadeia de suprimentos, as comunidades e as condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

Total de energia consumida dentro da organização¹ (GJ) GRI 103-2



¹ Toda a eletricidade consumida pela organização foi adquirida da rede pública de eletricidade por meio da concessionária local. A organização não utiliza combustíveis renováveis e não adquire eletricidade renovável por meio de instrumentos contratuais, tais como contratos de compra de energia (PPAs), certificados de energia renovável ou acordos semelhantes. A variação ano a ano no consumo total de energia reflete principalmente mudanças na situação operacional da PNP1000 e nas atividades de campo relacionadas, com redução das atividades em 2025, uma vez que a planta permaneceu em regime de manutenção.

Os resultados da avaliação vêm subsidiando a incorporação gradual de medidas de adaptação e resiliência ao PPN. Parte dessas medidas já foi considerada na estruturação da engenharia e do planejamento operacional, enquanto outras seguem em desenvolvimento para implementação nas próximas fases. Entre os exemplos já incorporados está a inclusão de uma “piscina de eventos” no Projeto, ampliando a capacidade de gerenciamento de águas pluviais durante períodos de chuvas intensas e contribuindo para maior segurança operacional e recirculação hídrica futura.

Complementarmente, mantemos iniciativas de pesquisa e desenvolvimento voltadas à captura e ao sequestro de carbono, alinhadas à nossa estratégia climática de longo prazo. Todo esse planejamento considera as necessidades dos *stakeholders*, incorporando dados sobre o contexto local e vulnerabilidades socioeconômicas. Buscamos, dessa forma, integrar engenharia e sustentabilidade, de forma que o diálogo com a comunidade e os processos de governança caminhem em conformidade com as melhores práticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Mantemos iniciativas de pesquisa e desenvolvimento voltadas à captura e ao sequestro de carbono, alinhadas à nossa estratégia climática de longo prazo

Total de emissões de GEE

Realizamos o monitoramento interno das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) com base na metodologia do GHG Protocol. A redução observada entre 2024 e 2025 decorre, principalmente, da menor intensidade das atividades operacionais durante esse período, tendo em vista o foco atual na preparação para a implantação em escala comercial do Projeto.

Emissões de Gases de Efeito Estufa¹ (tCO₂ equivalente)

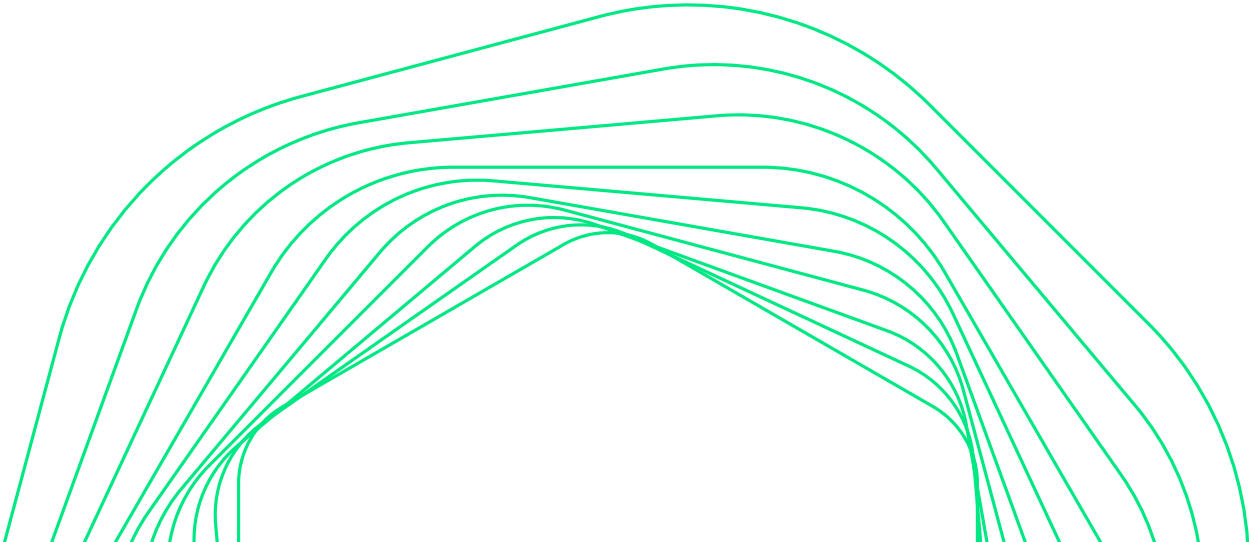
GRI 102-5, 102-6

	2024	2025
Total de emissões Escopo 1 ²	830,58	462,49
Total de emissões Escopo 2 (abordagem de localização) ³	81,94	27,28
Total (Escopos 1 + 2)	912,52	489,77

¹ A Brazilian Nickel adota a abordagem de controle operacional para os Escopos 1 e 2, com inventário elaborado conforme GHG Protocol. Gás incluído nos escopos 1 e 2: CO₂.

² As emissões de Escopo 1 foram calculadas de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, utilizando os fatores de emissão para combustíveis publicados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), conforme o Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene).

³ As emissões de Escopo 2 são reportadas exclusivamente pela abordagem de localização (location-based), utilizando o fator médio de emissão de 0,0461 tCO₂e/MWh para 2025, conforme dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A abordagem de mercado (market-based) não é aplicável ao período reportado, uma vez que a Companhia não possuía, em 2025, contratos de fornecimento de energia renovável, certificados de energia renovável (RECs ou I-RECs) ou outros instrumentos contratuais que permitissem o cálculo das emissões por essa abordagem.



Gestão da fauna e flora

GRI 101-1, 101-2, 101-5, 101-6, 101-8, 3-3 Biodiversidade

A proteção da biodiversidade e a conservação do bioma Caatinga são componentes essenciais da gestão ambiental do Projeto Piauí Níquel. Inserido em uma região com relevância ecológica e importância para a provisão de serviços ecossistêmicos, o Projeto demanda uma abordagem preventiva para identificação, avaliação e mitigação de impactos sobre a fauna, a flora, os habitats naturais e os recursos associados.

Nossa gestão da biodiversidade é orientada pela hierarquia de mitigação, priorizando ações para evitar, minimizar, restaurar e, quando necessário, compensar impactos. As diretrizes adotadas estão em conformidade com o Padrão de Desempenho 6 da International Finance Corporation (IFC) e são operacionalizadas por instrumentos como o Plano de Gestão da Biodiversidade e o Plano de Ação de Biodiversidade.

Como parte da infraestrutura de apoio às atividades de desmatamento, a BRN mantém uma unidade de emergência veterinária para animais silvestres e recintos dedicados ao acolhimento de animais resgatados que necessitem de observação temporária ou de um período prolongado de recuperação antes de serem devolvidos ao seu habitat. A Empresa também tem um viveiro para a produção de mudas nativas da Caatinga, utilizando



sementes coletadas por meio do Programa de Resgate da Flora e Controle de Supressão. Juntas, essas estruturas apoiam as medidas de resgate e realocação da fauna, resgate da flora e manejo de habitats, de acordo com os procedimentos ambientais aplicáveis, requisitos legais e boas práticas ambientais.

Esses compromissos também se conectam às políticas corporativas de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Relacionamento com Comunidades e Direitos Humanos, aplicáveis às atividades próprias e, quando pertinente, às relações com contratadas e fornecedores.

O viveiro para a produção de mudas nativas da Caatinga utiliza sementes coletadas por meio do Programa de Resgate da Flora e Controle de Supressão

Identificação de riscos e impactos

A identificação de riscos e impactos sobre a biodiversidade considerou estudos ambientais, levantamentos de campo, avaliações de habitats críticos e serviços ecossistêmicos, além dos requisitos legais e compromissos socioambientais aplicáveis. Embora o Projeto Piauí Níquel e a área da planta-piloto não estejam localizados dentro de unidades de conservação, sua inserção no bioma Caatinga exige atenção à conservação de habitats, espécies nativas e serviços ecossistêmicos relevantes para o território.

No caso do PPN, os principais impactos potenciais estão relacionados às futuras atividades de implantação, incluindo supressão vegetal, terraplenagem, movimentação de solo, aumento de tráfego, geração de poeira, ruído, vibração, resíduos e efluentes. Esses fatores podem afetar a qualidade do solo, do ar e da água, provocar perda ou alteração de habitats, perturbação ou deslocamento de fauna, riscos a espécies nativas e interferências sobre áreas de relevância ecológica. Também são considerados riscos associados à eventual introdução de espécies exóticas invasoras, especialmente em função da movimentação de materiais e equipamentos.

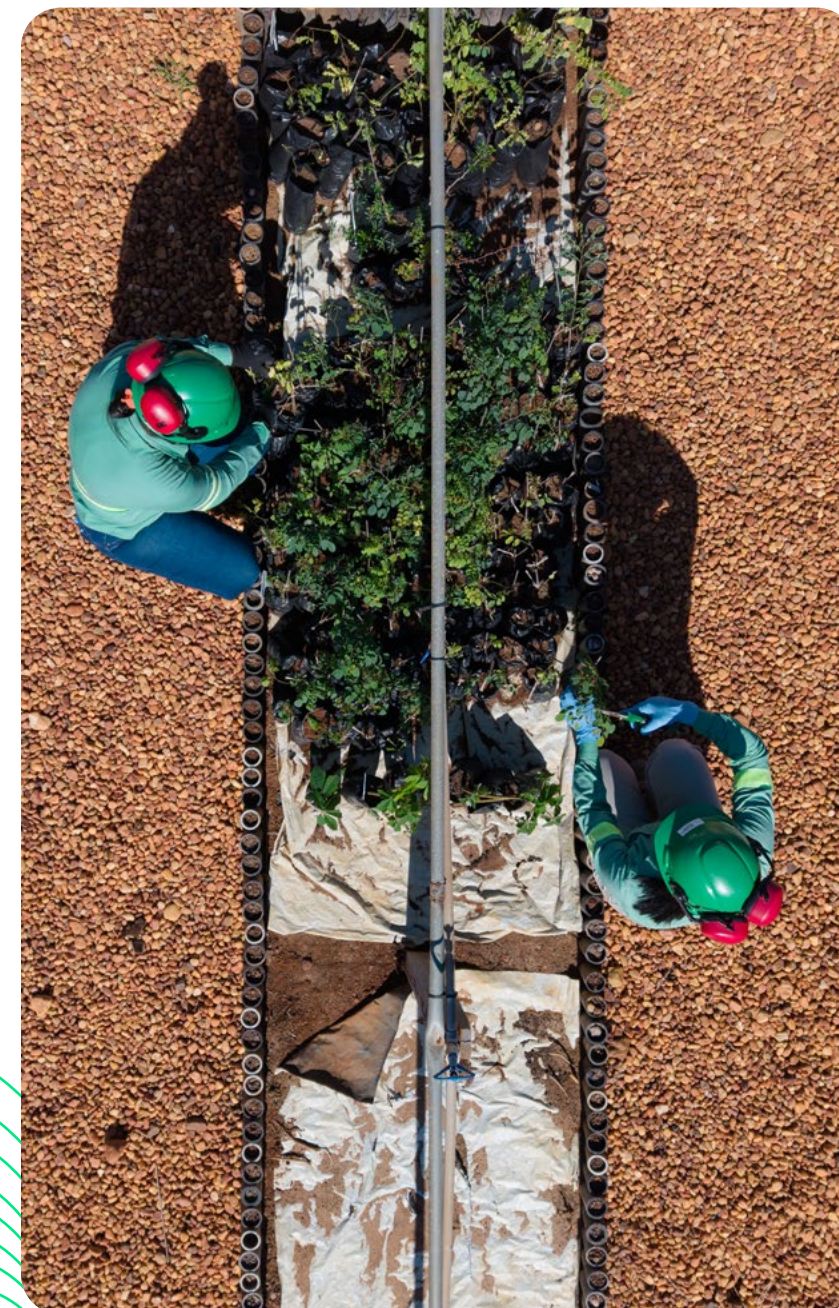
As medidas de prevenção e mitigação incluem a limitação da supressão vegetal ao estritamente necessário, ações de afugentamento e resgate de fauna, resgate de flora, coleta de material vegetal para futura recomposição de áreas, monitoramento ambiental, controle de poeira por aspersão de água, monitoramento de ruído e vibração, gestão adequada de resíduos e efluentes, além de inspeções sistemáticas em campo. Também promovemos treinamentos e orientações para colaboradores e contratados sobre práticas de prevenção e minimização de impactos à fauna, flora e habitats.

A gestão da biodiversidade também considera critérios ambientais no planejamento do Projeto, incluindo avaliações de alternativas de engenharia e uso do solo que possam reduzir interferências de maior relevância ecológica e apoiar a mitigação de impactos ambientais e climáticos. Os resultados dos estudos e monitoramentos subsidiam a definição de controles operacionais, medidas de recuperação e ações de compensação, conforme aplicável.

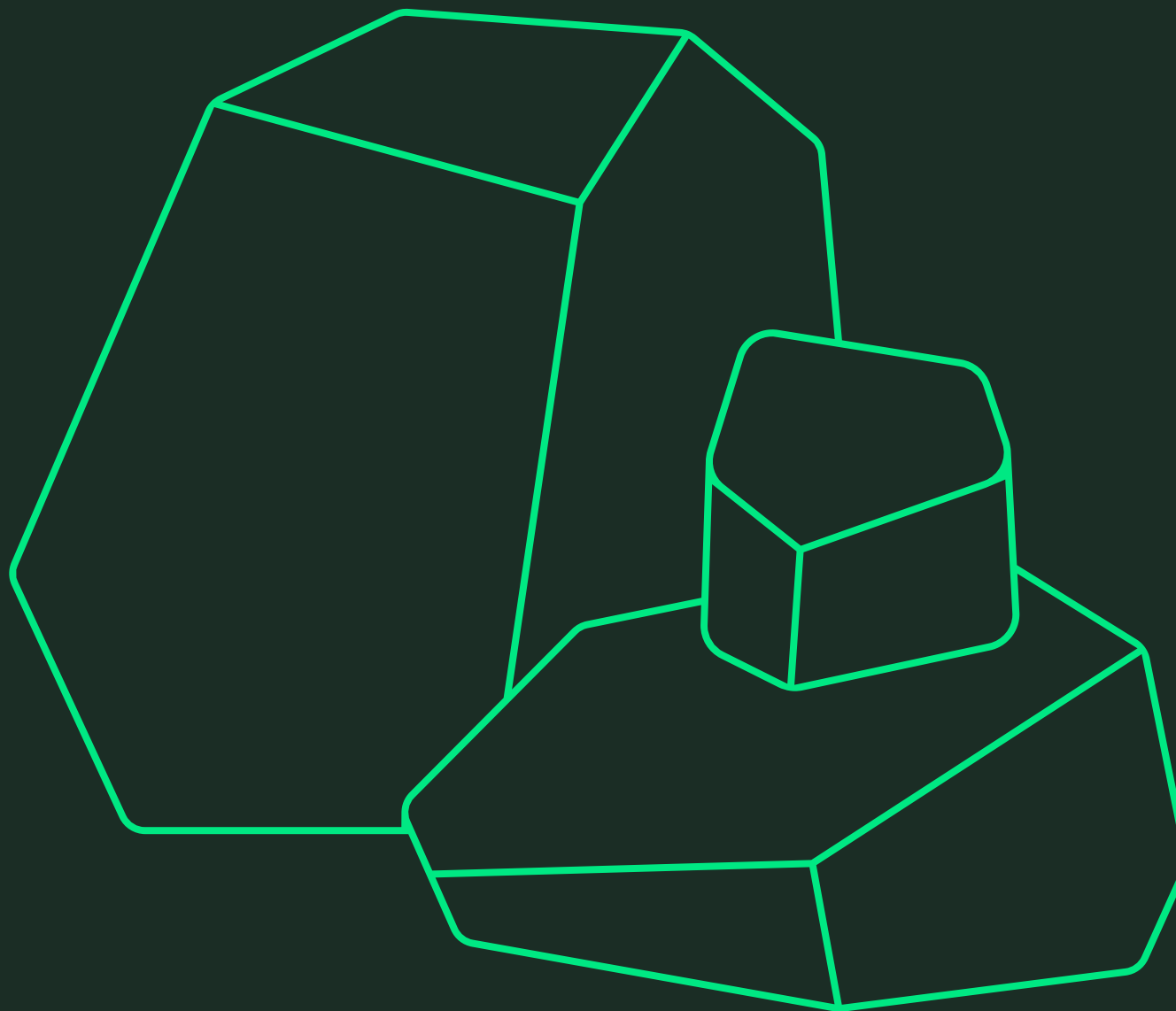
Monitoramento e efetividade

A efetividade das medidas de gestão da biodiversidade é acompanhada por meio de monitoramentos ambientais, inspeções de campo, registros de fauna e flora, acompanhamento de áreas de intervenção e verificação do cumprimento das medidas previstas nos planos e programas aplicáveis. Os resultados são utilizados para ajustar procedimentos, reforçar treinamentos e orientar ações corretivas ou preventivas quando necessário.

Considerando o estágio atual do Projeto, não há áreas em processo de restauração ou reabilitação física. As compensações realizadas possuem caráter financeiro, em atendimento aos requisitos legais aplicáveis.



Anexos



Empregados GRI 2-7

Empregados por região e gênero¹ GRI 2-7

2024			2025			
	Homens	Mulheres	Subtotal	Homens	Mulheres	Subtotal
Locais	104	66	170	84	54	138
Brasil	62	21	83	63	22	85
Regionais	5	3	8	4	2	6
Exterior	8	4	12	8	3	11
Total	179	94	273	159	81	240

¹ A apuração dos dados foi realizada por contagem direta. As informações do Brasil foram extraídas do sistema ERP, enquanto as operações externas foram consolidadas via controles internos do RH, devido à implementação em curso do sistema integrado. Neste ciclo, a Brazilian Nickel ajustou a metodologia de reporte do indicador para maior aderência à norma. O histórico de 2024 foi reprocessado conforme as novas premissas adotadas em 2025; porém, não foi possível levantar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Empregados por tipo de contrato e gênero¹ GRI 2-7

2024						2025
	Prazo indeterminado	Prazo determinado	Subtotal	Prazo indeterminado	Prazo determinado	Subtotal
Homens	179	0	179	157	2	159
Mulheres	94	0	94	81	0	81
Total	273	0	273	238	2	240

¹ Os números foram coletados por meio de contagem direta. Os dados relativos ao Brasil foram extraídos do sistema ERP, enquanto os dados referentes às operações no exterior foram consolidados por meio de controles internos de RH, devido à implementação em andamento do sistema integrado. Neste ciclo de relatório, a Empresa ajustou a metodologia utilizada para este indicador a fim de melhor alinhá-la à Norma GRI. Assim, o conjunto de dados de 2024 foi reprocessado com base nos pressupostos adotados em 2025; no entanto, não foi possível compilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Empregados por tipo de contrato e região¹ GRI 2-7

2024						2025
	Prazo indeterminado	Prazo determinado	Subtotal	Prazo indeterminado	Prazo determinado	Subtotal
Locais	170	0	170	138	0	138
Brasil	83	0	83	83	2	85
Regionais	8	0	8	6	0	6
Exterior	12	0	12	11	0	11
Total	273	0	273	238	2	240

¹ Os números foram coletados por meio de contagem direta. Os dados relativos ao Brasil foram extraídos do sistema ERP, enquanto os dados referentes às operações no exterior foram consolidados por meio de controles internos de RH, devido à implementação em andamento do sistema integrado. Neste ciclo de relatório, a Empresa ajustou a metodologia utilizada para este indicador a fim de melhor alinhá-la com a Norma GRI. Assim, o conjunto de dados de 2024 foi reprocessado com base nos pressupostos adotados em 2025; no entanto, não foi possível compilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Empregados por tipo de emprego e gênero¹ GRI 2-7

2024			2025			
	Tempo integral	Período parcial	Subtotal	Tempo integral	Período parcial	Subtotal
Homens	179	0	179	159	0	159
Mulheres	94	0	94	81	0	81
Total	273	0	273	240	0	240

¹ Os números foram coletados por meio de contagem direta. Os dados relativos ao Brasil foram extraídos do sistema ERP, enquanto os dados referentes às operações no exterior foram consolidados por meio de controles internos de RH, devido à implementação em andamento do sistema integrado. A BRN não emprega funcionários em regime de meio período. Neste ciclo de relatório, a Empresa ajustou a metodologia utilizada para este indicador a fim de melhor alinhá-la com a Norma GRI. Assim, o conjunto de dados de 2024 foi reprocessado com base nos pressupostos adotados em 2025; no entanto, não foi possível compilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Empregados GRI 2-7

Empregados por tipo de emprego e região¹ GRI 2-7

2024				2025		
	Tempo integral	Período parcial	Subtotal	Tempo integral	Período parcial	Subtotal
Locais	170	0	170	138	0	138
Brasil	83	0	83	85	0	85
Regionais	8	0	8	6	0	6
Exterior	12	0	12	11	0	11
Total	273	0	273	240	0	240

¹ Os números foram coletados por meio de contagem direta. Os dados relativos ao Brasil foram extraídos do sistema ERP, enquanto os dados referentes às operações no exterior foram consolidados por meio de controles internos de RH, devido à implementação em andamento do sistema integrado. A BRN não emprega funcionários em regime de meio período. Neste ciclo de relatório, a Empresa ajustou a metodologia utilizada para este indicador a fim de melhor alinhá-la com a Norma GRI. Assim, o conjunto de dados de 2024 foi reprocessado com base nos pressupostos adotados em 2025; no entanto, não foi possível compilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Trabalhadores que não são empregados GRI 2-8

Trabalhadores que não são empregados¹ GRI 2-8

Relação contratual	2023	2024	2025
Aprendizes	22	13	12
Terceirizados	179	77	105
Total	201	90	117

¹ Os dados foram apurados via contagem direta de todos os profissionais ativos ao término do período de relato, em 31 de dezembro de cada ano. Durante o exercício, não foram registradas variações expressivas ou flutuações significativas no contingente de trabalhadores que não são empregados. Os aprendizes estão alocados em atividades administrativas. Já os trabalhadores terceirizados atuam em serviços de limpeza, segurança patrimonial, alimentação, além de funções técnicas e de infraestrutura.

Consumo e autogeração de energia dentro da organização GRI 103-2

Consumo de combustíveis dentro da organização¹ (GJ) GRI 103-2

Combustíveis	2023	2024	2025
Fontes não renováveis			
Gasolina	- ²	- ²	677,69
Diesel	21.547,35	10.920,65	5.591,08
Total	21.547,35	10.920,65	6.268,77

¹ A organização não utiliza combustíveis renováveis. A gasolina e o diesel são utilizados principalmente para transporte e atividades de apoio operacional. A variação ano a ano no consumo de combustível reflete principalmente as mudanças no status operacional da PNP1000 e nas atividades de campo relacionadas: em operação em 2023, parcialmente mantido em 2024 e em fase de conservação e manutenção com atividades reduzidas em 2025.

² O consumo de gasolina passou a ser considerado no inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) a partir de 2025. Nos anos anteriores, esse consumo não era monitorado para fins de cálculo das emissões, razão pela qual os dados não estão disponíveis

Consumo de energia adquirida de terceiros¹ (GJ) GRI 103-2

	2023	2024	2025
Eletricidade - fontes não renováveis	1.537,49	638,69	281,19
Eletricidade - fontes renováveis	12.698,49	4.773,93	1.849,00
Total	14.235,98	5.412,62	2.130,19

¹ A organização não adquire energia para aquecimento, refrigeração ou vapor. Toda a eletricidade consumida foi adquirida da rede pública por meio da concessionária local. A parcela renovável foi estimada utilizando a participação de 86,8% de fontes renováveis na matriz elétrica do Brasil, divulgada pela EPE no Relatório Resumido de 2026, com base nos dados de 2025. O fator de emissão utilizado foi de 0,0461 tCO₂/MWh, conforme publicado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil. A variação ano a ano na eletricidade adquirida reflete principalmente mudanças no status operacional da PNP1000 e nas atividades de campo relacionadas, com redução das atividades em 2025, uma vez que a usina permaneceu em regime de cuidados e manutenção.

Riscos e oportunidades climáticas GRI 102-2, 201-2

Riscos e oportunidades climáticas GRI 102-2, 201-2

Descrição do risco/ oportunidade	Classificação	Impactos sobre as pessoas	Impactos sobre o meio ambiente	Impactos operacionais	Métodos de gerenciamento / adaptação
Aumento da demanda por níquel e cobalto para baterias de veículos elétricos	Oportunidade – transição de mercado	-	-	Aumento potencial da demanda por produtos do Projeto, especialmente para a cadeia de suprimento de baterias de veículos elétricos. Pode gerar oportunidades comerciais e expansão de mercado.	Posicionamento do produto no mercado de minerais críticos para a transição energética e alinhamento a padrões ESG (Equator Principles, IFC Performance Standards e Nickel Mark).
Volatilidade de preços e excesso de oferta de níquel no mercado	Risco – transição de mercado	-	-	Redução potencial do preço do níquel e pressão sobre a rentabilidade do Projeto.	Diferenciação do produto com base em menor intensidade de carbono e melhores credenciais de sustentabilidade.
Preferência de mercado por níquel de baixo carbono	Oportunidade – transição de mercado	-	-	Potencial prêmio de preço para níquel com baixa intensidade de carbono.	Desenvolvimento de iniciativas para redução de emissões e alinhamento com padrões internacionais de sustentabilidade e certificações.
Preferência por níquel com credenciais de sustentabilidade	Oportunidade – reputacional e de mercado	-	-	Possível vantagem competitiva no mercado de baterias e maior atratividade para investidores.	Alinhamento com padrões internacionais e Nickel Mark.
Introdução de sistema de comércio de emissões no Brasil (ETS)	Risco – regulatório	-	-	Possível aumento de custos operacionais devido à aquisição de permissões de emissão. O CCRA indica que inicialmente as empresas podem receber cotas gratuitas, mas posteriormente terão de pagar por emissões.	Monitoramento de políticas climáticas e implementação de iniciativas para redução de emissões.
Introdução de mecanismos de precificação de carbono em mercados internacionais	Risco – regulatório	-	-	Possíveis custos adicionais associados a mecanismos como o Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM). O CCRA indica que o impacto pode ser limitado devido à baixa intensidade de carbono do produto.	Manutenção de baixa intensidade de carbono no processo produtivo.

Descrição do risco/ oportunidade	Classificação	Impactos sobre as pessoas	Impactos sobre o meio ambiente	Impactos operacionais	Métodos de gerenciamento / adaptação
Precipitação intensa / Chuvas intensas	Risco físico – agudo	-	Aumento da instabilidade de estruturas (depósitos de resíduos sólidos, pilhas de lixiviação e de estocagem); transbordamento de lagoas de solução ácida, da estação de tratamento de água e de canais de desvio; infiltração proveniente das pilhas de lixiviação.	Instabilidade de estruturas (depósitos de resíduos, pilhas de lixiviação e estoques), interrupção do processo de extração, aumento da necessidade de bombeamento e risco de transbordamento de lagoas e sistemas de tratamento de água.	A infraestrutura deve ser projetada considerando cenários climáticos futuros, com atenção às mudanças na frequência de eventos extremos. Os critérios de projeto para estruturas hídricas devem considerar cenários pessimistas para prevenir falhas. Desenvolvimento de avaliação hidrológica e modelo hidráulico para identificar áreas suscetíveis a inundações e avaliar a necessidade de estruturas para prevenir erosão e deslizamentos.
Inundações	Risco físico – agudo	Inundação de comunidades, aumento da vulnerabilidade e empobrecimento; danos à infraestrutura e ao fornecimento de energia; interrupção do transporte e danos às estradas.	Efeitos adversos na integridade das estruturas de armazenamento de água.	Danos à infraestrutura, interrupção de sistemas de transporte e estradas, aumento da necessidade de bombeamento e impactos em comunidades próximas.	Desenvolvimento de avaliação hidrológica e modelo hidráulico para identificar áreas suscetíveis; consideração dos impactos sobre comunidades; verificação da necessidade de estruturas para evitar erosão, deslizamentos e colapso de vias. Avaliação de infraestrutura hídrica e desenvolvimento de modelagem para planejamento de sistemas de drenagem e prevenção de falhas estruturais.
Escassez hídrica e secas	Risco físico – crônico	Redução da disponibilidade de água para comunidades locais, aumentando a vulnerabilidade.	Redução da disponibilidade de água da Barragem Jenipapo; impactos sobre flora e fauna e sobre atividades de reabilitação.	Redução da disponibilidade de água para o Projeto e comunidades locais, o que pode afetar operações e relações com <i>stakeholders</i> .	Realização de estudos adicionais sobre disponibilidade hídrica, com abordagem de <i>stewardship</i> da água e perspectiva de direitos humanos; alinhamento com critérios da Nickel Mark RRA (Risk Readiness Assessment). Análise adicional sobre disponibilidade de água da Barragem Jenipapo e gestão de recursos hídricos.

Descrição do risco/ oportunidade	Classificação	Impactos sobre as pessoas	Impactos sobre o meio ambiente	Impactos operacionais	Métodos de gerenciamento / adaptação
Estresse térmico e ondas de calor	Risco físico – crônico/agudo	Riscos à saúde e à vida dos trabalhadores; exaustão e desidratação; impacto na produtividade e necessidade de ajustes na jornada.	Impactos no crescimento de espécies nativas e nas atividades de revegetação e reabilitação.	Possíveis impactos na saúde e produtividade dos trabalhadores e necessidade de ajustar condições e horários de trabalho. Também pode aumentar custos com resfriamento e manutenção de equipamentos. Possível redução de produtividade e paralisações operacionais.	Avaliação das implicações do estresse térmico nas condições de trabalho e planejamento operacional. Avaliação dos impactos sobre a força de trabalho; consideração de ajustes nos turnos e adoção de equipamentos de resfriamento.
Deslizamentos de terra	Risco físico – agudo	Danos à infraestrutura das comunidades e redes de abastecimento; interrupção do sistema de transporte e danos às estradas.	-	Possíveis danos à infraestrutura e interrupção de sistemas de transporte.	Avaliação de riscos associados a chuvas intensas e infraestrutura adequada de drenagem e estabilidade de solo.
Incêndios florestais	Risco físico – agudo	Destruição de equipamentos e infraestrutura; evacuação; paralisação das operações; riscos à vida; interrupção das redes de energia e do acesso à mina.	Danos às áreas revegetadas, prejudicando a reabilitação de áreas impactadas.	Possíveis danos à infraestrutura e equipamentos, evacuação do local e interrupção das operações.	Monitoramento de riscos climáticos e integração na gestão de riscos do Projeto.
Divulgação climática e transparência	Oportunidade – reputacional	-	-	Melhor acesso a capital e maior atratividade para investidores e clientes que exigem transparência climática.	Fortalecimento de divulgações climáticas alinhadas a padrões internacionais, como IFRS S2.

Valor econômico direto gerado e distribuído

GRI 201-1

Valor econômico direto gerado e distribuído^{1, 2, 3} (R\$ mil)

	2023	2024	2025
Valor econômico direto gerado	88.595	158.936	102.769 ⁴
Valor econômico distribuído			
Custos operacionais	209.449	266.057	126.696
Salários e benefícios de empregados	21.468	47.641	48.234
Pagamentos a provedores de capital	64.877	158.276	194.974
Pagamentos ao governo	8.236	12.232	16.483
Investimentos na comunidade	0	0	0
Total	304.030	484.206	386.387
Valor econômico retido			
"Valor econômico direto gerado" menos "Valor econômico distribuído"	-215.435	-325.270	-283.618

¹ O valor econômico gerado foi distribuído com base nos gastos com fornecedores localizados em 23 municípios, representando 92% dos investimentos relacionados à construção de ativos próprios da Empresa, dos quais 44% foram associados a fornecedores localizados em Minas Gerais, 10% no Piauí, 15% em São Paulo, 7% no Rio de Janeiro e 16% em outros estados brasileiros. A distribuição foi apurada com base nos custos de aquisições por localidade dos fornecedores, na proporção da folha de pagamento por unidade (Matriz – MG; Filial – PI; e Canadá – Toronto) e na representatividade dos provedores de capital estrangeiros.

² Ainda não realizamos investimentos monetários diretos na comunidade, no entanto, contribuímos por meio da disponibilização de horas de trabalho de colaboradores e do uso de maquinários em apoio a iniciativas locais.

³ Foi ajustada a forma de reporte neste ciclo para adequação aos requisitos do indicador e atendimento à norma. **GRI 2-4**

⁴ O valor econômico direto gerado é calculado com base na metodologia da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 09. Em razão de a Brazilian Nickel ainda não se encontrar em operação comercial no período reportado, o valor apresentado corresponde ao valor adicionado gerado pela Companhia, e não à receita de vendas.

Apoio financeiro recebido do governo¹ (R\$ mil)

GRI 201-4

	2023	2024	2025
Incentivos fiscais de apoio e patrocínios	4.658	433	0
Programa de Alimentação do Trabalhador	0	0	0

¹ A Brazilian Nickel não recebeu nenhuma assistência financeira direta de entidades governamentais em ²⁰²⁵, incluindo doações, subsídios, incentivos fiscais, garantias de empréstimo ou financiamento de bancos de desenvolvimento. Não foi recebida nenhuma assistência financeira do governo durante o período do relatório nas categorias abrangidas pela **GRI 201-4**.

Relato país a país

GRI 207-4

As entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são residentes para fins tributários no Brasil, Reino Unido e Canadá. A entidade residente é a Brazilian Nickel, cuja atividade primária é produção/fabricação, incluindo a extração de minério de níquel. O número de empregados é de 240, com base no final do período. A Piauí Níquel Metais é uma subsidiária integral da Brazilian Nickel – uma empresa sediada no Reino Unido.

Entidade	Brazilian Nickel		
Atividade principal	Produção/fabricação e extração de minério de níquel		
Número de empregados	240		
Dados	Jurisdição fiscal (R\$ mil)		
	Brasil	Reino Unido	Canadá
Receita proveniente de vendas a terceiros	0	0	0
Receita proveniente de transações intragrupo	3.077,27	1.341,75	0
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	-42.352,10	-266.768,83	-12.579,68
Bens tangíveis (exceto caixa e equivalentes)	156.125,90	0	321,91
IRPJ pago (regime de caixa)	0	0	0
IRPJ incidente sobre lucro/prejuízo	0	0	0

Captação de água

GRI 303-3

Volume total de água captada em todas as áreas e áreas com estresse hídrico, por fonte^{1, 2} (ML) GRI 303-3

Fonte	2023		2024		2025	
	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico
Águas superficiais	8,14	8,14	8,51	8,51	5,39	5,39
Águas subterrâneas	34,89	34,89	5,06	5,06	9,04	9,04
Águas de terceiros	38,21	38,21	26,00	26,00	9,21	9,21
Total	81,24	81,24	39,57	39,57	23,64	23,64

¹ A captação de água é monitorada de acordo com a fonte. A água superficial refere-se à água da chuva coletada nos reservatórios da Empresa. A água subterrânea refere-se à água captada dos cinco poços devidamente outorgados da Empresa. Em 2025, entretanto, a captação foi realizada em apenas quatro desses poços, uma vez que o quinto, embora outorgado, permaneceu inativo durante todo o período reportado. A água de terceiros refere-se à água adquirida para umectação de vias e à água potável adquirida para consumo humano, com base nas faturas. Os dados são compilados periodicamente em planilhas para calcular a captação total por fonte.

² O valor comparativo de 2024 foi revisado em relação ao divulgado no Relatório de Sustentabilidade 2024, em razão da identificação de um erro de transcrição ocorrido durante a etapa de diagramação do relatório. GRI 2-4.

Descarte de água

GRI 303-4

Descarte total de água em todas as áreas e áreas com estresse hídrico, discriminado pelas seguintes fontes¹ (ML) GRI 303-4

Fonte	2023		2024		2025	
	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico	Todas as áreas	Áreas com estresse hídrico
Águas superficiais	0	0	15,40	15,40	0	0
Total	0	0	15,40	15,40	0	0

¹ Não houve descarte de água no período de 2025, em função da ausência de operação no período.

Resíduos gerados GRI 306-3

Não houve geração de rejeitos na planta PNP1000 no período reportado, pois o empreendimento permanece em fase de projeto, sem operação. Os materiais de rejeito gerados anteriormente foram destinados a uma instalação de armazenamento de rejeitos, que possui monitoramento geotécnico e controles rotineiros.

Total de resíduos gerados, por composição^{1, 2} (t) GRI 306-3

	2023	2024	2025
Resíduos não perigosos			
Resíduos gerados nas atividades de manutenção e nas áreas de apoio, como resíduos provenientes de áreas comuns, refeitório e atividades administrativas. Esses resíduos incluem embalagens, papel, plástico, resíduos orgânicos e outros materiais não contaminados.	366,79	209,52	82,71
Sucata metálica	80,31	19,14	8,00
Resíduo de construção civil	28,50	3,00	15,00
Efluentes domésticos	0	42,00	202,37
Subtotal resíduos não perigosos	475,60	273,66	308,08
Resíduos perigosos			
Resíduos contaminados gerados principalmente nas atividades de manutenção de máquinas e equipamentos, como estopas, panos, filtros e outros resíduos contaminados com óleos e graxas. Também incluem tubulações, peças e demais materiais que tiveram contato com produtos químicos.	37,51	26,51	5,18
Resíduo líquido inflamável, proveniente de sobras, vazamentos ou contaminação de óleo diesel utilizado em equipamentos, veículos ou atividades de manutenção.	0	2,88	0,68
Resíduos ambulatoriais	0	0,13	0,03
Subtotal resíduos perigosos	37,51	29,52	5,89
Total (não perigosos + perigosos)	513,11	303,18	313,97

¹ Os dados foram compilados com base em registros internos de gestão de resíduos, incluindo registros de armazenamento temporário, manifestos de transporte de resíduos e certificados de descarte de resíduos emitidos por empresas licenciadas. Como a PNP1000 permaneceu em fase de conservação e manutenção em 2025, a geração de resíduos foi baixa e associada principalmente a atividades de apoio e manutenção.

² Em 2025, foram geradas 8,00 t de sucata metálica, 15,00 t de resíduos de construção, 1,77 t de resíduos contaminados provenientes de atividades de manutenção e 0,68 t de resíduos líquidos inflamáveis; no entanto, no final do período do relatório, esses resíduos permaneceram armazenados temporariamente no local, aguardando o descarte definitivo por empresas licenciadas de gestão de resíduos ou a reutilização.

Resíduos não destinados para disposição final

GRI 306-4

Total de resíduos não destinados para disposição final, por operação de recuperação¹ (t)

GRI 306-4

	2023			2024			2025		
Tipo de recuperação	Peso total dentro da organização	Peso total fora da organização	Total	Peso total dentro da organização	Peso total fora da organização	Total	Peso total dentro da organização	Peso total fora da organização	Total
Resíduos não perigosos									
Reciclagem	0	0	0	0	40,41	40,41	0	11,44	11,44
Preparação para reutilização	0	121,88	121,88	0	42,00	42,00	0	0	0
Subtotal resíduos não perigosos	0	121,88	121,88	0	82,41	82,41	0	11,44	14,44
Resíduos perigosos									
Reciclagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Preparação para reutilização	0	0	0	0	2,88	2,88	0	0	0
Subtotal resíduos perigosos	0	0	0	0	2,88	2,88	0	0	0
Total (não perigosos + perigosos)	0	121,88	121,88	0	85,29	85,29	0	11,44	11,44

¹ Os dados foram compilados com base em registros internos de gestão de resíduos, incluindo registros de armazenamento temporário e manifestos de transporte de resíduos. Os resíduos desviados do descarte final foram gerenciados fora da organização por empresas terceirizadas licenciadas. Os resíduos não perigosos encaminhados para preparação para reutilização incluem principalmente resíduos de construção, enquanto os resíduos não perigosos reciclados incluem madeira, sucata metálica e resíduos orgânicos. Os resíduos perigosos encaminhados para preparação para reutilização referem-se ao óleo lubrificante usado enviado para re-refino. Em comparação com o ano de 2024 a redução na geração de resíduos reflete o fato de que a PNP1000 permaneceu em fase de manutenção ao longo de 2025, com a geração de resíduos associada principalmente a atividades de apoio e manutenção.

Resíduos destinados para disposição final GRI 306-5

Total de resíduos destinados para disposição final, por operação de disposição¹ (t) GRI 306-5

	2023			2024			2025		
Tipo de recuperação	Peso total dentro da organização	Peso total fora da organização	Total	Peso total dentro da organização	Peso total fora da organização	Total	Peso total dentro da organização	Peso total fora da organização	Total
Resíduos não perigosos									
Aterro	0	33,72	33,72	0	47,25	47,25	0	71,27	71,27
Tratamento de efluentes	0	320,00	320,00	0	144,00	144,00	0	202,37	202,37
Subtotal resíduos não perigosos	0	353,72	353,72	0	191,25	191,25	0	273,64	273,64
Resíduos perigosos									
Incineração	0	0	0	0	0,13	0,13	0	0,03	0,03
Aterro	0	37,51	37,51	0	26,51	26,51	0	3,41	3,41
Subtotal resíduos perigosos	0	37,51	37,51	0	26,64	26,64	0	3,44	3,44
Total (não perigosos + perigosos)	0	391,23	391,23	0	217,89	217,89	0	277,08	277,08

¹ Em 2025, foram geradas 8,00 t de sucata metálica, 15,00 t de resíduos de construção, 1,77 t de resíduos contaminados provenientes de atividades de manutenção e 0,68 t de resíduos de líquidos inflamáveis; no entanto, no final do período do relatório, esses resíduos permaneceram armazenados temporariamente no local, aguardando o descarte final por empresas licenciadas de gestão de resíduos ou a reutilização.

Novas contratações e rotatividade de empregados GRI 401-1

Novas contratações e rotatividade de empregados^{1, 2, 3} GRI 401-1

	2023				2024				2025			
	Número de novos contratados	Taxa de novas contratações	Número total de desligados	Taxa de rotatividade	Número de novos contratados	Taxa de novas contratações	Número total de desligados	Taxa de rotatividade	Número de novos contratados	Taxa de novas contratações	Número total de desligados	Taxa de rotatividade
Gênero												
Homens	57	-	-	15,00%	36	20,11%	51	24,30%	22	13,84%	41	19,81%
Mulheres	33	-	-	19,00%	21	22,34%	28	26,06%	7	8,64%	19	16,05%
Faixa etária												
Abaixo de 30 anos	32	-	-	20,00%	5	7,04%	10	10,56%	5	8,93%	15	17,86%
Entre 30 e 50 anos	39	-	-	14,00%	41	24,85%	54	28,79%	17	11,18%	32	15,46%
Acima de 50 anos	19	-	-	18,00%	11	29,73%	15	35,14%	7	21,87%	13	31,25%
Região												
Filial	60	-	-	16,00%	30	13,57%	63	21,04%	10	6,21%	43	16,46%
Sede	23	-	-	32,00%	24	60,00%	16	50,00%	18	26,47%	16	25,00%
Exterior	7	-	-	0%	3	25,00%	0	12,50%	1	9,09%	1	9,09%
Total	90	-	47	17,60%	57	20,88%	79	24,91%	29	12,08%	60	18,12%

¹ Neste ciclo, a Brazilian Nickel ajustou a metodologia de reporte do indicador para maior aderência à norma, passando a utilizar o cálculo padronizado da plataforma de reporte. A forma de cálculo das taxas permaneceu a mesma, porém o histórico de 2024 foi reprocessado conforme as premissas adotadas em 2025. Adicionalmente, a desagregação por raça deixou de ser considerada no cálculo das taxas de contratação e desligamento. Não foi possível levantar os dados completos de 2023, razão pela qual essas informações não estão disponíveis. GRI 2-4

² Para fins de reporte deste indicador, jovens aprendizes não são considerados no cômputo das taxas de novas contratações e desligamentos, em razão das características específicas dessa modalidade de contratação. Esse critério foi adotado de forma consistente para os períodos reportados.

³ Filial: Consideramos os colaboradores alocados no site em Capitão Gervásio de Oliveira/ Piauí; Sede: Colaboradores alocados no escritório em BH/Minas Gerais; Exterior: Toronto/ Canadá e Londres/ Reino Unido.

Licença-maternidade/paternidade GRI 401-3

Licença-maternidade/paternidade GRI 401-3

		2023	2024	2025
Empregados que tiveram direito a tirar a licença	Homens	200	179	159
	Mulheres	106	94	81
Empregados que tiraram a licença	Homens	0	3	2
	Mulheres	3	4	3
Empregados que retornaram ao trabalho, no período do relatório, após o término da licença	Homens	0	3	2
	Mulheres	1	6	3
Empregados que retornaram a trabalhar após a licença e continuaram empregados 12 meses após o retorno ao trabalho	Homens	0	0	3
	Mulheres	2	1	3
Taxa de retorno	Homens	0%	0%	100%
	Mulheres	100%	100%	100%
Taxa de retenção	Homens	0%	0%	100%
	Mulheres	100%	100%	50%

Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho GRI 403-8

Trabalhadores cobertos pelo sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho¹ GRI 403-8

		2023		2024		2025	
	Empregados	Trabalhadores que não são empregados	Empregados	Trabalhadores que não são empregados	Empregados	Trabalhadores que não são empregados	
Número total de indivíduos	306	201	285	90	240	117	
Número de indivíduos que estão cobertos pelo sistema	306	201	285	90	240	117	
Percentual de indivíduos que estão cobertos pelo sistema	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

¹ A Brazilian Nickel não realizou auditorias internas ou externas do sistema de gestão.

Acidentes de trabalho relacionados a empregados e trabalhadores¹ GRI 403-9

	2023		2024		2025	
	Empregados	Trabalhadores que não são empregados	Empregados	Trabalhadores que não são empregados	Empregados	Trabalhadores que não são empregados
Número de horas trabalhadas	709.922	166.402	555.200	195.305	470.268	163.229
Número de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	0	0	0
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	0	0	0
Número de acidentes relacionados ao trabalho de alta consequência (excluindo mortes)	0	0	0	0	0	0
Índice de acidentes relacionados ao trabalho de alta consequência (excluindo mortes)	0	0	0	0	0	0
Número de acidentes de trabalho	4	2	2	1	0	1
Número de incidentes com perda de tempo	1	0	1	0	0	0
Número de incidentes sem perda de tempo	3	2	1	1	0	1
Número de dias perdidos	7	0	2	0	0	0
Índice de frequência de acidentes de trabalho	5,6	12,0	3,6	5,1	0	6,13

¹ Referência da fórmula: o cálculo da taxa de frequência de acidentes é baseado em 1.000.000 de horas trabalhadas, utilizando a seguinte fórmula (norma GRI 403-2018): número de acidentes relacionados ao trabalho sujeitos à notificação obrigatória ÷ total de horas trabalhadas × 1.000.000.

Diversidade em órgãos de governança e empregados GRI 405-1

Indivíduos dentro dos órgãos de governança da organização, por gênero (%)¹ GRI 405-1

2024	Homens	75
	Mulheres	25
	Total	100
2025	Homens	75
	Mulheres	25
	Total	100

¹ Neste ciclo de relatórios, a Brazilian Nickel ajustou a metodologia de divulgação deste indicador para se adequar melhor à norma. O conjunto de dados de 2024 foi reprocessado de acordo com os novos pressupostos adotados em 2025; no entanto, não foi possível compilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Indivíduos dentro dos órgãos de governança da organização, por faixa etária (%)¹ GRI 405-1

2025	Abaixo de 30 anos	0,00
	Entre 30 e 50 anos	8,33
	Acima de 50 anos	91,67
	Total	100,00

¹ Neste ciclo de relatórios, a Brazilian Nickel ajustou a metodologia de divulgação deste indicador para se adequar melhor à norma. Não foi possível compilar os dados de 2023 e 2024 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Empregados, por categoria funcional e gênero (%)¹ GRI 405-1

Categoria funcional	2024		2025	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
C-Level	57,14	42,86	62,50	37,50
Diretores	75,00	25,00	87,50	12,50
Gerentes	81,48	18,52	90,91	9,09
Coordenadores	82,35	17,65	61,11	38,89
Especialistas	80,00	20,00	81,82	18,18
Engenheiros	90,00	10,00	100,00	0,00
Supervisores	63,64	36,36	66,67	33,33
Analistas	50,00	50,00	43,33	56,67
Técnicos	37,50	62,50	38,46	61,54
Administrativo	16,67	83,33	35,71	64,29
Operacional	65,97	34,03	71,29	28,71
Total	65,57	34,43	66,25	33,75

¹ Neste ciclo de relatórios, a Brazilian Nickel ajustou a metodologia de divulgação deste indicador para se adequar melhor à norma. O conjunto de dados de 2024 foi reprocessado de acordo com os novos pressupostos adotados em 2025; no entanto, não foi possível compilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Empregados, por categoria funcional e faixa etária (%)¹ GRI 405-1

Categoria funcional	2024			2025		
	Abaixo de 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Acima de 50 anos	Abaixo de 30 anos	Entre 30 e 50 anos	Acima de 50 anos
C-Level	0	14,29	85,71	0	12,50	87,50
Diretores	0	75,00	25,00	0	62,50	37,50
Gerentes	3,70	62,96	33,33	0	77,27	22,73
Coordenadores	5,88	58,82	35,29	0	61,11	38,89
Especialistas	20,00	60,00	20,00	9,09	90,91	0
Engenheiros	10,00	60,00	30,00	0	66,67	33,33
Supervisores	9,09	72,73	18,18	0	77,78	22,22
Analistas	25,00	64,29	10,71	40,00	43,33	16,67
Técnicos	25,00	75,00	0	38,46	61,54	0
Administrativo	50,00	50,00	0	35,71	64,29	0
Operacional	36,98	59,59	3,42	32,67	66,34	0,99
Total	26,00	60,44	13,55	23,33	63,33	13,33

¹ Neste ciclo de relatórios, a Brazilian Nickel ajustou a metodologia de divulgação deste indicador para se adequar melhor à norma. O conjunto de dados de 2024 foi reprocessado de acordo com os novos pressupostos adotados em 2025; no entanto, não foi possível compilar os dados de 2023 utilizando os mesmos critérios metodológicos. GRI 2-4

Percentual de empregados de grupos minoritários e/ou vulneráveis por categoria funcional (%)¹ GRI 405-1

Categoria funcional	2024					2025				
	Pessoas negras	Pessoas pardas	Pessoas indígenas	PCDs	Outros	Pessoas negras	Pessoas pardas	Pessoas indígenas	PCDs	Outros
C-Level	13,33	13,33	0	0	20,00	12,50	12,50	0	0	25,00
Diretores	13,33	13,33	0	0	20,00	12,50	12,50	0	0	12,50
Gerentes	7,41	37,04	0	0	0	4,55	36,36	0	0	0
Coordenadores	11,76	11,76	0	0	0	11,11	33,33	0	0	0
Especialistas	-	-	-	-	-	9,09	27,27	0	0	0
Engenheiros	-	-	-	-	-	0	66,67	0	0	0
Supervisores	0	72,73	0	0	0	0	66,67	11,11	22,22	0
Analistas	-	-	-	-	-	6,67	50,00	0	3,33	6,67
Técnicos	-	-	-	-	-	7,69	38,46	0	7,69	0
Administrativo	10,20	48,98	2,04	0	2,04	7,14	64,29	0	0	0
Operacional	5,84	69,48	0	3,25	0	4,95	67,33	0	3,96	0
Total	7,37	55,79	0,35	1,75	1,40	6,25	52,50	0,42	3,33	2,08

¹ Em 2024, a alta liderança (15 pessoas) foi reportada na categoria “Diretoria”, com três executivos sem declaração de raça (20% classificados em “outros”). Os profissionais técnicos, analistas, engenheiros e especialistas estavam agrupados nas áreas operacionais e administrativas, incluindo cinco PCDs (3,25% da base), todos alocados na operação. Em 2025, a Brazilian Nickel passou a adotar novos critérios metodológicos para este indicador, que não eram aplicáveis ao exercício de 2024, mantendo-se, portanto, a divulgação de 2024 conforme a metodologia anterior. GRI 2-4

Sumário GRI



Sumário de Conteúdo da GRI

Declaração de uso	A Brazilian Nickel relatou em conformidade com as Normas GRI para o período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.
GRI 1 usada	GRI 1: Fundamentos 2021
Norma(s) setorial(is) da GRI aplicável(eis)	GRI 14: Setor de mineração 2024

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
Conteúdos gerais							
A organização e suas práticas de relato							
GRI 2: Conteúdos gerais 2021	2-1 Detalhes da organização	6					
	2-2 Empresas incluídas no relato de sustentabilidade da organização	6					
	2-3 Período de relato, frequência e ponto de contato	3					
	2-4 Reformulações de informações	Quando aplicável, as diferentes abordagens e reformulações de informações são descritas nos indicadores.					
	2-5 Verificação externa	90					
Atividades e trabalhadores							
GRI 2: Conteúdos gerais 2021	2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	9, 10	-	-	-	-	-
	2-7 Empregados	34, 59, 60	-	-	-	-	8, 10
	2-8 Trabalhadores que não são empregados	60	-	-	-	-	8

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
Governança							
GRI 2: Conteúdos gerais 2021	2-9 Estrutura de governança e sua composição	18	-	-	-	-	5, 16
	2-10 Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	-	Todos	Informação não disponível	A BRN está em fase de estruturação e aprimoramento de sua governança corporativa. A definição de ritos formais de seleção contemplando critérios de diversidade, independência, competências técnicas e consulta a <i>stakeholders</i> está prevista para ser implementada durante o exercício de 2026.	-	5, 16
	2-11 Presidente do principal órgão de governança	18	-	-	-	-	16
	2-12 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	18	-	-	-	-	16
	2-13 Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	18	-	-	-	-	-
	2-14 Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	3	-	-	-	-	-
	2-15 Conflitos de interesses	23	-	-	-	-	16
	2-16 Comunicação de preocupações cruciais	20	-	-	-	-	
	2-17 Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	18	-	-	-	-	-
	2-18 Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	-	Todos	Informação não disponível	A Brazilian Nickel ainda não realizou a avaliação formal do desempenho de seu mais alto órgão de governança na supervisão dos impactos socioambientais e econômicos. A Companhia está em fase de estruturação de seus processos de governança corporativa, com previsão de implementar mecanismos de avaliação para o Conselho e seus comitês durante o exercício de 2026.	-	-

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
GRI 2: Conteúdos gerais 2021	2-19 Políticas de remuneração	36	-	-	-	-	-
	2-20 Processo para a determinação da remuneração	36	-	-	-	-	-
	2-21 Proporção da remuneração total anual	No ciclo de 2025 na Brazilian Nickel, a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização foi de R\$2.857.453,74, enquanto a remuneração total anual mediana de todos os empregados, excluindo-se o mais bem pago, foi de R\$41.751,06, resultando em uma proporção de 68,44. A remuneração total anual do indivíduo mais bem pago passou de R\$1.568.081,08 no período anterior para R\$2.857.453,74 no período vigente, representando aumento de 82,23%. O aumento percentual mediano na remuneração total anual dos demais empregados foi de 14,53%, resultando em uma proporção de 5,66 entre os percentuais de aumento.	-	-	-	-	-
Estratégia, políticas e práticas							
GRI 2: Conteúdos gerais 2021	2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável	4	-	-	-	-	-
	2-23 Compromissos de política	22	-	-	-	-	16
	2-24 Incorporação de compromissos de política	22	-	-	-	-	-
	2-25 Processos para reparar impactos negativos	20	-	-	-	-	-
	2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	20	-	-	-	-	16
	2-27 Conformidade com leis e regulamentos	Em 2025, a Brazilian Nickel não registrou casos significativos de não conformidade, nem recebeu multas ou sanções financeiras. A significância de eventuais ocorrências é definida pelo potencial impacto financeiro, legal, regulatório, reputacional ou operacional.	-	-	-	-	-
	2-28 Participação em associações	28	-	-	-	-	-

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
Engajamento de <i>stakeholders</i>							
GRI 2: Conteúdos gerais 2021	2-29 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	43	-	-	-	-	-
	2-30 Acordos de negociação coletiva	33	-	-	-	-	8
Temas materiais							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-1 Processo de definição de temas materiais	15	-				
	3-2 Lista de temas materiais	16					
Gestão de riscos							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	26	-	-	-	14.2.1	1, 13, 16
Água							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	49	-	-	-	14.7.1	12, 15
GRI 303: Água e efluentes 2018	303-1 Interação com a água como um recurso compartilhado	49	-	-	-	14.7.2	6, 12
	303-3 Captação de água	65	-	-	-	14.7.4	6
	303-5 Consumo de água	49	-	-	-	14.7.6	6

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
Efluentes							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	50	-	-	-	14.7.1	12, 15
GRI 303: Água e efluentes 2018	303-2 Gestão de impactos relacionados ao descarte de água	-	Todos	Não aplicável	A Brazilian Nickel não realiza descarte de água ou efluentes líquidos provenientes de processos, pois suas atividades encontram-se em fase de manutenção operacional, não havendo tratamento de água em suas dependências. O manejo de efluentes sanitários ocorre por meio de sistema composto por fossa séptica e sumidouro, destinado ao tratamento primário e à disposição final. Esses efluentes são monitorados periodicamente conforme parâmetros da Resolução Conama nº 430/2011, e o lodo acumulado é removido por sucção e encaminhado para centro de tratamento licenciado em Petrolina, assegurando destinação ambientalmente adequada. Dessa forma, não se aplicam requisitos específicos para descarte de efluentes de processo, sendo o gerenciamento restrito aos efluentes sanitários, em conformidade com a legislação vigente.	14.7.3	6
	303-4 Descarte de água	65	-	-	-	14.7.5	6
Relacionamento com comunidades locais e povos tradicionais							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	41	-	-	-	14.10.1	1, 5, 16
GRI 413: Comunidades locais 2016	413-1 Operações com engajamento, avaliação de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	41	-	-	-	14.10.2	
	413-2 Operações com impactos negativos significativos reais ou potenciais nas comunidades locais	41	-	-	-	14.10.3	1, 2

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
GRI 14 – Setor de mineração 2024	Para cada local de mina, reporte: o número e os tipos de queixas das comunidades locais durante o período do relatório; a porcentagem de reclamações que foram abordadas e resolvidas durante o período do relatório; a porcentagem de reclamações resolvidas por meio de mediação durante o período do relatório.	41	-	-	-	14.10.4	16
Rejeitos							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	51	-	-	-	14.6.1	-
GRI 14 – Setor de mineração 2024	Relate os métodos de disposição de rejeitos utilizados pela organização.	51	-	-	-	14.6.2	3, 15
	Liste as instalações de rejeitos da organização e relate o nome, localização e status de propriedade, incluindo se a organização é a operadora.	51	-	-	-	14.6.3	3, 6, 11, 15
Biodiversidade							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	56	d,e,f	Informação não disponível	A Brazilian Nickel não dispõe de informações sobre medidas para tratar impactos negativos reais, ações de recuperação ou cooperação, nem sobre a gestão de impactos positivos, uma vez que não houve identificação de impactos reais até o momento. Adicionalmente, não há monitoramento da eficácia das medidas, definição de objetivos, metas ou indicadores, nem processos ou metodologias para avaliar resultados ou gerar aprendizados. Também não houve consideração das necessidades dos <i>stakeholders</i> ou incorporação de seus <i>feedbacks</i> , pois não foram implementadas ações relacionadas ao tema de biodiversidade no período de relato.	14.4.1	-

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
GRI 101: Biodiversidade 2024	101-1 Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade	56	a,c	Informação não disponível	As políticas e os compromissos da Brazilian Nickel não estão alinhados aos Objetivos para 2050 e às Metas para 2030 do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, e a organização ainda não definiu objetivos e metas específicos para combater a perda de biodiversidade.	14.4.2	6, 14, 15,
	101-2 Gestão de impactos na biodiversidade	56	b,c,d,e,f	Não aplicável	Devido ao estágio atual do Projeto, ainda em fase de planejamento e preparação para a etapa de construção, não há, neste momento, informações aplicáveis sobre compensações de impactos residuais, áreas em processo ou já submetidas à restauração ou reabilitação, bem como sobre a existência de unidades operacionais com impactos significativos na biodiversidade que demandem planos específicos.	14.4.3	1, 6, 11, 12, 13, 14,15,
	101-4 Identificação de impactos na biodiversidade	-	Todos	Não aplicável	Devido ao estágio atual do Projeto, ainda em fase de planejamento e preparação para a etapa de construção, não há, neste momento, informações disponíveis sobre a análise detalhada das atividades da organização para identificação de riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade, uma vez que o Plano de Gestão da Biodiversidade e o Plano de Ação de Biodiversidade ainda serão elaborados.	14.4.4	1, 15
GRI 101: Biodiversidade 2024	101-5 Locais com impactos na biodiversidade	56	d	Informação não disponível	A organização ainda não realiza a rastreabilidade da cadeia de fornecedores da forma solicitada pela GRI.	14.4.5	1, 6, 11, 12, 14, 15
	101-6 Fatores diretos da perda de biodiversidade	-	Todos	Informação não disponível	Devido ao estágio atual do Projeto, ainda em fase de planejamento e preparação para a etapa de construção, não há, neste momento, informações disponíveis detalhadas sobre produtos e serviços da cadeia de fornecedores por país ou jurisdição, em função da não operacionalização da PNP1000 e da ausência de rastreabilidade dos fornecedores.	14.4.6	1, 6, 11, 12, 14, 15
	101-7 Mudanças no estado da biodiversidade	-	Todos	Informação não disponível	Devido ao estágio atual do Projeto, ainda em fase de planejamento e preparação para a etapa de construção, não há, neste momento, informações disponíveis detalhadas sobre os itens solicitados.	14.4.7	6, 8, 11, 12, 14, 15
	101-8 Serviços ecossistêmicos	56	-	-	-	14.4.8	6, 14, 15

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
Saúde, segurança e qualidade de vida							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	38	d	Informação não disponível	A Brazilian Nickel não definiu medidas para gerenciar impactos positivos reais e potenciais. Também não foram estabelecidos métodos para utilização do <i>feedback</i> dos <i>stakeholders</i> na avaliação da eficácia das medidas, estando essa etapa prevista para futura implementação por meio de procedimento de gerenciamento de não conformidades e ações preventivas.	14.16.1	-
GRI 403: Saúde e segurança do trabalho 2018	403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	38	-	-	-	14.16.2	8
	403-2 Identificação de periculosidade, avaliação de risco e investigação de incidentes	39	-	-	-	14.16.3	8
	403-3 Serviços de saúde do trabalho	38	-	-	-	14.16.4	8
	403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	39	-	-	-	14.16.5	8, 16
	403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	40	-	-	-	14.16.6	9
	403-6 Promoção da saúde do trabalhador	40	-	-	-	14.16.7	3
	403-7 Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	39	-	-	-	14.16.8	8
	403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	70	-	-	-	14.16.9	8
	403-9 Acidentes de trabalho	38, 71	-	-	-	14.16.10	3, 8, 16
	403-10 Doenças profissionais	38	-	-	-	14.16.11	3, 8, 16

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
Adaptação às mudanças climáticas							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	54	a,c,e,f	Informação não disponível	A Brazilian Nickel ainda não possui levantamento de impactos reais, pois as análises realizadas até o momento, como a Avaliação de Riscos Climáticos (CCRA), concentraram-se na identificação de riscos e impactos potenciais. Também não foram estabelecidas políticas específicas, objetivos, metas, indicadores ou processos formais de monitoramento e acompanhamento da eficácia das medidas adotadas. Da mesma forma, ainda não foram definidos procedimentos estruturados para incorporação sistemática do <i>feedback</i> de <i>stakeholders</i> na avaliação dessas medidas. Parte dos aprendizados identificados ainda não foi formalmente incorporada às políticas e procedimentos operacionais. Esses pontos refletem um processo em evolução, com previsão de desenvolvimento e aprimoramento à medida que a organização avança na estruturação da gestão do tema.	-	-
GRI 102: Mudanças climáticas 2025	102-1 Plano de transição para mitigação da mudança climática	-	Todos	Informação não disponível	A Brazilian Nickel está em uma fase estratégica de transição, com foco no planejamento e futura implantação do Projeto Piauí Níquel (PPN) em escala industrial. Em função desse estágio de desenvolvimento, a Companhia ainda não possui um plano de transição climática formalmente estruturado. No entanto, a estratégia de descarbonização e resiliência climática já está integrada ao projeto de engenharia e às decisões de investimento da organização. A organização reafirma seu compromisso de formalizar metas climáticas e um plano de transição estruturado à medida que o cronograma de implantação do PPN avance para suas fases definitivas de execução.	-	-

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
GRI 102: Mudanças climáticas 2025	102-2 Plano de adaptação às mudanças climáticas	54, 61	b,c,d	Informação não disponível	O CCRA identifica oportunidades de mercado, reputacionais e tecnológicas, como o aumento da demanda por níquel e cobalto para baterias de veículos elétricos, a preferência por níquel de baixo carbono, a valorização de boas credenciais de sustentabilidade, o potencial de atração de investidores por meio de divulgações climáticas e a transição para tecnologias com menores emissões. No entanto, não foram detalhados impactos sociais nem impactos específicos sobre a biodiversidade associados a essas oportunidades. Apesar da identificação dos riscos e oportunidades, a organização ainda não possui um Plano de Adaptação às Mudanças Climáticas, pois a Avaliação de Riscos Climáticos realizada em 2024 foi submetida à auditoria e está em revisão em 2026 para endereçar lacunas e pontos de melhoria. O plano será desenvolvido após essa finalização, garantindo alinhamento com os riscos identificados, estando atualmente em andamento a revisão da avaliação de riscos, com conclusão prevista para 2027.	-	-
	102-3 Transição justa	-	Todos	Não aplicável	Não houve, no período, contratações, desligamentos, transferências ou treinamentos relacionados à transição ou adaptação climática, incluindo trabalhadores que não são empregados, nem dados sobre remuneração ou lacunas salariais associadas.	-	-
	102-4 Metas e progresso da redução de emissões de GEE	-	Todos	Informação não disponível	A Brazilian Nickel está em uma fase estratégica de transição, com foco no planejamento e futura implantação do Projeto Piauí Níquel em escala industrial. Em função desse estágio de desenvolvimento, a Companhia ainda não estabeleceu metas de redução de emissões de GEE.	-	-
	102-5 Emissões de GEE do Escopo 1	54, 55	a.iii e setoriais	Informação não disponível	A Brazilian Nickel, no momento, não dispõe de informações consolidadas e validadas que permitam confirmar, com o nível de precisão requerido, se o cálculo das emissões de GEE de Escopo 1 exclui integralmente remoções de GEE, transações de GEE, como créditos de carbono e RECs, e emissões evitadas. Adicionalmente, a Empresa não realiza, atualmente, o cálculo das emissões associadas a mudanças no uso da terra, nem a segregação das emissões por área ou local específico da operação.	-	-
	102-6 Emissões de GEE do Escopo 2	54, 55				-	-
	102-7 Emissões de GEE do Escopo 3	-	Todos	Informação não disponível	A Brazilian Nickel ainda não monitora emissões indiretas (Escopo 3).	-	-

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
GRI 102: Mudanças climáticas 2025	102-8 Intensidade de emissões de GEE	-	Todos	Não aplicável	A Brazilian Nickel não realizou o monitoramento da intensidade das emissões de GEE devido ao estágio atual do empreendimento. No período de referência, a operação produtiva encontra-se paralisada e a planta-piloto está em regime de manutenção, sem atividades operacionais em andamento.	-	-
	102-9 Remoções de GEE na cadeia de valor	-	Todos	Não aplicável	A Brazilian Nickel não realizou atividades relacionadas a remoções de GEE ao longo de sua cadeia de valor, não havendo registros ou contabilizações desse tipo de iniciativa.	-	-
GRI 103: Energia 2025	103-1 Políticas e compromissos relacionados a energia	-	Todos	Informação não disponível	A Brazilian Nickel não possui, no momento, política ou compromisso formal específico relacionado à energia, não tendo, portanto, metas estabelecidas para redução do consumo energético, melhoria da eficiência energética ou transição para fontes renováveis.	-	-
	103-2 Consumo e autogeração de energia dentro da organização	54, 60	-	-	-	-	-
	103-3 Consumo de energia <i>upstream</i> e <i>downstream</i>	-	Todos	Informação não disponível	A Brazilian Nickel ainda não realiza o monitoramento de emissões da sua cadeia de valor.	-	-
GRI 103: Energia 2025	103-4 Intensidade energética	-	Todos	Não aplicável	A Brazilian Nickel não realizou o monitoramento da intensidade das emissões de GEE devido ao estágio atual do empreendimento. No período de referência, a operação produtiva encontra-se paralisada e a planta-piloto está em regime de manutenção, sem atividades operacionais em andamento.	-	-
	103-5 Redução do consumo de energia	-	Todos	Informação não disponível	A Brazilian Nickel, no período de reporte, não registrou reduções no consumo de energia associadas a iniciativas específicas e não possui programas, metas ou iniciativas estruturadas que permitam a mensuração dessas reduções.	-	-
GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes de mudanças climáticas	54, 61	a.iii, a.v	Informação não disponível	A Brazilian Nickel ainda não possui sistema estruturado para quantificação financeira ou projeções a respeito dos riscos e oportunidades climáticas.	14.2.2	13, 17

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS		
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação				
Resíduos									
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	52	-	-	-	14.5.1	-		
GRI 306: Resíduos 2020	306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	52	-	-	-	14.5.2	3, 6, 11, 12		
	306-2 Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	52	-	-	-	14.5.3	3, 6, 8, 11, 12		
	306-3 Resíduos gerados	66	-	-	-	14.5.4	3, 6, 11, 12, 15		
	306-4 Resíduos não destinados à disposição final	67	-	-	-	14.5.5	3, 11, 12		
	306-5 Resíduos destinados à disposição final	68	-	-	-	14.5.6	3, 6, 11, 12, 15		
Práticas trabalhistas									
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	33	e.ii, e.iii	Informação não disponível	A Brazilian Nickel ainda não possui processo ou metodologia formal para acompanhar se as ações adotadas contribuem para o atingimento de objetivos e metas. Os aprendizados gerados ainda não são incorporados formalmente às políticas e procedimentos operacionais da organização.	14.17.1	-		
GRI 202: Presença no mercado 2016	202-1 Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por gênero	A Brazilian Nickel possui política de remuneração que estabelece valores mínimos de salário superiores ao salário-mínimo local, com definição baseada em grades salariais estruturadas conforme a metodologia Korn Ferry de avaliação de cargos. No Brasil, a proporção entre o menor salário pago e o salário mínimo local é de 1,25 para homens e 1,06 para mulheres. Para garantir remuneração acima desse patamar, são utilizados estudos salariais conduzidos pela consultoria Korn Ferry, que asseguram que o nível mais baixo praticado esteja acima do salário mínimo.			-	-	-	14.17.2	5, 8

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
GRI 401: Emprego 2016	401-1 Novas contratações e rotatividade de empregados	69	-	-	-	14.17.3	5, 8, 10
	401-2 Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	36	-	-	-	14.17.4	3, 5, 8
	401-3 Licença-maternidade/paternidade	70	-	-	-	14.17.5	5, 8
GRI 402: Relações de trabalho 2016	402-1 Prazo mínimo de aviso sobre mudanças operacionais	33	-	-	-	14.17.6	8
GRI 404: Capacitação e educação 2016	404-1 Média de horas de capacitação por ano, por empregado	37	-	-	-	14.17.7	4, 5, 8, 10
	404-2 Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para a transição de carreira	37	-	-	-	14.17.8	8
GRI 414: Avaliação social de fornecedores 2016	414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais	27	Todos	Informação não disponível	A Brazilian Nickel não realiza o controle da volumetria de novos fornecedores e, por isso, não dispõe do percentual de fornecedores selecionados com base nesses critérios.	14.17.9	5, 8, 16
	414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas	27	a, c, d	Informação não disponível	A Empresa não realiza o controle da volumetria de fornecedores avaliados, não dispondo da quantidade de fornecedores avaliados nem daqueles identificados como causadores ou potenciais causadores de impactos sociais negativos.	14.17.10	5, 8, 16
Impactos econômicos							
GRI 3: Temas materiais 2021	3-3 Gestão dos temas materiais	41	-	-	-	14.23.1	-
GRI 201: Desempenho econômico 2016	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	64	-	-	-	14.23.2	8, 9
	201-4 Apoio financeiro recebido do governo	64	-	-	-	14.23.3	1, 16

Norma GRI	Conteúdo	Localização	Omissão			Nº de Ref. da Norma Setorial da GRI	ODS
			Requisitos Omitidos	Motivo	Explicação		
GRI 203: Impactos econômicos indiretos 2016	203-1 Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços	44	-	-	-	14.9.3	5, 9, 11
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	-	Todos	Não aplicável	A Brazilian Nickel não realiza o mapeamento dos impactos econômicos indiretos gerados por suas atividades. Isso se deve ao fato de que o Projeto Piauí Níquel ainda se encontra em fase de planejamento, não havendo, até o momento, impactos econômicos indiretos reais que possam ser monitorados. O monitoramento será iniciado a partir da ativação de fornecedores locais, da contratação de mão de obra local e do início efetivo das obras de construção, quando haverá dados passíveis de correlação com suas atividades.	14.9.4	1, 3, 8
GRI 204: Práticas de compras 2016	204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	10	-	-	-	14.9.5	8
GRI 207: Tributos 2019	207-1 Abordagem tributária	24	-	-	-	14.23.4	1, 10, 17
	207-2 Governança, controle e gestão de riscos fiscais	24	-	-	-	14.23.5	1, 10, 17
	207-3 Engajamento de <i>stakeholders</i> e gestão de suas preocupações quanto a tributos	24	-	-	-	14.23.6	1, 10, 17
	207-4 Relato país a país	64	-	-	-	14.23.7	1, 10, 17
Disclosures GRI extras: Indicadores não contemplados na materialidade, mas estratégicos para o negócio							
GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	405-1 Diversidade em órgãos de governança e empregados	34, 72, 73, 74	-	-	-	14.21.5	5, 8

Carta



DECLARAÇÃO DE VERIFICAÇÃO

INTRODUÇÃO

O **Bureau Veritas Quality International Brasil (BVQI)**, doravante denominado Bureau Veritas, estabelecido na Alameda Xingu, 350, 3º andar, Alphaville Industrial, Barueri, SP, Brasil, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº CNPJ 72.368.012/0002-65, declara, para os fins devidos, que fica a **PIAUI NIQUEL METAIS S/A**, estabelecida na Rodovia Stael Mary Bicalho Motta Magalhaes, 521 Sala 1301 Sala 1302, Belvedere, Belo Horizonte, MG, CEP 30320-760, Brasil, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº CNPJ: 18.459.538/0001-24, autorizada a publicar em todos os seus títulos e sites o trecho da Declaração de Verificação conforme redação a seguir:

"O Bureau Veritas, com base nos processos e procedimentos descritos no seu Relatório de Verificação, declara que para o atendimento aos padrões e princípios da *Global Reporting Initiative*™ para Relatórios de Sustentabilidade, não existe evidência de que o Relatório de Sustentabilidade 2025 da PIAUI NIQUEL METAIS S/A esteja materialmente incorreto, que não represente de forma justa os dados e informações da PIAUI NIQUEL METAIS S/A ou que não tenha sido preparado de acordo com as especificações da *Global Reporting Initiative*™."

ESCOPO

O escopo deste trabalho se limita a verificação dos resultados avaliados no Relatório de Sustentabilidade 2025 apresentado pela PIAUI NIQUEL METAIS S/A. Foram verificados:

- Produto/Serviço: Verificação do atendimento aos padrões e princípios¹ da *Global Reporting Initiative*™ (GRI) para Relatórios de Sustentabilidade.
- Ano de Referência: 2025
- Fonte de dados: Relatório de Sustentabilidade 2025 da PIAUI NIQUEL METAIS S/A.

¹ Exatidão, Equilíbrio, Clareza, Comparabilidade, Completude, Contexto da Sustentabilidade, Tempestividade e Verificabilidade.

LIMITAÇÕES E EXCLUSÕES

O período de corte estabelecido neste trabalho em relação a análise documental e da planilha consolidada foi de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Os critérios de elegibilidade e de exclusão para avaliar os interessados dos estudos de caso foram previamente definidos entre PIAUI NIQUEL METAIS S/A e o Bureau Veritas, não cabendo neste trabalho a análise de sua aplicabilidade.

Foi excluída desta verificação qualquer avaliação de informações relacionadas à(ao):

- Atividades fora do período reportado;
- Declarações de posicionamento (expressões de opinião, crença, objetivos ou futuras intenções) por parte da PIAUI NIQUEL METAIS S/A;
- Exatidão de dados econômico-financeiros contidos neste Relatório, extraídas de demonstrações financeiras, verificadas por auditores independentes;
- Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), incluindo dados de energia (verificado em processo a parte por outra equipe do Bureau Veritas);
- Dados e informações de empresas coligadas ou colaboradores terceirizados, sobre as quais não há controle operacional por parte PIAUI NIQUEL METAIS S/A;

As seguintes limitações foram aplicadas a esta verificação:



- Os princípios de Exatidão e Confiabilidade de dados foram verificados de forma amostral, exclusivamente à luz das informações e dados relacionados aos temas materiais apresentados no Relatório.

Desta forma, o trabalho apresenta alguns pontos frágeis ou de atenção, que seguem:

- Análise, preenchimento e consolidação dos dados realizada de forma manual, podendo estar sujeita a erros humanos. O registro dos indicadores é realizado pelos responsáveis de cada área diretamente na plataforma Central ESG, sem integração automatizada com os sistemas operacionais de origem (ERP, planilhas de campo, eSocial), o que aumenta o risco de divergências entre o dado de origem e o dado publicado.

MÉTODO DE TRABALHO

Este trabalho foi conduzido de forma 100% remota (sem visita presencial e/ou entrevista com os interessados objeto deste estudo), tendo ocorrido reuniões de esclarecimentos em relação a seleção dos critérios e da forma de avaliação, cruzamento e consolidação do banco de dados junto a auditora líder Priscilla Cersosimo e colaboradores da PIAUI NIQUEL METAIS S/A, respectivamente.

O trabalho se deu a partir das seguintes etapas:

- a) Reunião de Kick-off;
- b) Análise de evidências documentais fornecidas pela PIAUI NIQUEL METAIS S/A para o período coberto pelo Relatório (2025);
- c) Elaboração de um checklist para solicitação de documentos complementares;
- d) Análise dos documentos complementares enviados;
- e) Análise das atividades de engajamento com partes interessadas (stakeholders) desenvolvidas pela PIAUI NIQUEL METAIS S/A;
- f) Avaliação e validação da metodologia e sistemática utilizadas para determinação dos aspectos materiais incluídos no Relatório, considerando o contexto da sustentabilidade e abrangência das informações publicadas;
- g) Elaboração do relatório contendo toda a análise realizada e a validação dos resultados;
- h) Elaboração da Declaração de veracidade da metodologia/ resultados;
- i) Revisão técnica do relatório e declaração.

O nível de verificação adotado foi o Limitado, de acordo com os requisitos da norma ISAE 3000², incorporados aos protocolos internos de verificação do Bureau Veritas.

² International Standard on Assurance Engagements 3000 – Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information.

RESPONSABILIDADES DA PIAUI NIQUEL METAIS S/A E DO BUREAU VERITAS

As apresentações de todas as documentações relacionadas ao Escopo foram de inteira responsabilidade da PIAUI NIQUEL METAIS S/A. A auditora foi responsável por verificar e analisar as documentações e ações realizadas de forma remota e, com isso, validar o proposto no escopo.

CONCLUSÃO

Em nosso entendimento o Relatório de Sustentabilidade 2025 da PIAUI NIQUEL METAIS S/A apresenta os impactos das atividades da empresa de forma equilibrada.

Tem-se como oportunidade de melhoria:

Carta



- Estabelecer metas quantitativas de gestão hídrica e incluir no relatório o score WRI Aqueduct da área do PPN, fortalecendo a transparência do GRI 303-1;
- Implementar programa de monitoramento contínuo de fauna e flora, superando o modelo atual restrito aos momentos de supressão vegetal, em atendimento ao GRI 3-3 Biodiversidade;
- Avançar na formalização do inventário de emissões de GEE com adoção dos fatores AR5, e incluir em ciclos futuros triagem das categorias de Escopo 3 relevantes (GRI 305-3);
- Progredir na estruturação formal do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, com vistas à certificação ISO 45001 (GRI 403-1);
- Implementar controles automatizados de validação de dados na plataforma de gestão, reduzindo a exposição a erros decorrentes do preenchimento manual por múltiplas equipes.

As inconsistências encontradas no Relatório foram ajustadas durante o processo e foram corrigidas satisfatoriamente.

Como resultado de nosso processo de verificação, nada chegou ao nosso conhecimento que pudesse indicar que:

- As informações prestadas no Relatório não sejam equilibradas, consistentes e confiáveis.
- A PIAUÍ NIQUEL METAIS S/A não tenha estabelecido sistemas apropriados para coleta, compilação e análise de dados quantitativos e qualitativos, utilizados no Relatório.
- O Relatório não seja aderente aos Princípios para definição de conteúdo e qualidade do Padrão GRI para relatórios de sustentabilidade.

VALIDADE

Esta Declaração de Verificação não possui data de validade. Entretanto, a verificação foi realizada de acordo com o estudo apresentado pela PIAUÍ NIQUEL METAIS S/A conduzido no período de 06/05/2026 a 17/07/2026.

Ressalta-se que, caso haja alguma modificação significativa, inclusão ou exclusão de dados/informações atualmente estabelecidas e validadas em relação ao escopo desta Declaração, deve-se realizar nova verificação.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA E IMPARCIALIDADE

O Bureau Veritas é uma empresa independente, com mais de 198 anos de experiência em verificação de Sistemas de Gestão de Qualidade, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Possui um Sistema de Gestão da Qualidade certificado, garantindo conformidade ética, profissional e legal. Sua equipe atua de forma independente, sem vínculo com a PIAUÍ NIQUEL METAIS S/A. Além disso, aplica um Código de Ética rigoroso para assegurar altos padrões de integridade e profissionalismo.

Ao final do processo de verificação, foram gerados Relatórios Detalhados de Verificação, mantidos como registro em nosso Sistema de Gestão.

3



CONTATO

<https://www.bureauveritas.com.br/pt-br/fale-com-gente>

Barueri, 16 de julho de 2026


Priscilla Cersosimo
Verificador(a)
Bureau Veritas Quality International Brasil


Rodrigo da Silva Oliveira
Revisor Técnico - Gerente Técnico de Sustentabilidade
Bureau Veritas Quality International Brasil

4

Créditos

Gestão de projeto, consultoria, conteúdo e *design*

Grupo Report
www.gruporeport.com.br

